



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 42

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 27 de novembro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*
(*substituído pelo Deputado Cláudio Almeida no decorrer da sessão*)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada às Sras. e aos Srs. Deputados, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos com a continuação da discussão dos seguintes diplomas:

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X – “Plano Anual Regional para 2014”.](#)
- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/X – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014”.](#)

Iniciado o debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*), as Sras. Deputadas Renata Correia Botelho (*PS*) e Judite Parreira (*PSD*), os Srs. Deputados Lúcio Rodrigues (*PS*) e Jorge Costa Pereira (*PSD*), as Sras. Deputadas Catarina Moniz Furtado (*PS*) e Ana Espínola (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Rogério Veiros (*PS*), Paulo Borges (*PS*), Ricardo

Ramalho (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*), Jorge Macedo (*PSD*), António Pedroso (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Lizuarte Machado (*PS*), Valdemiro Vasconcelos (*PSD*) e José Ávila (*PS*), a Sra. Deputada Marta Couto (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Saúde (*Luís Cabral*), da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*) e do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*), e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 53 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Bom dia a todos.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Peço ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

Isabel Maria Duarte de **Almeida** **Rodrigues**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Estávamos ontem nas intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exma. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo, Exmo. Senhor Secretário Regional da Saúde:

O Governo da Região Autónoma dos Açores (GRA) pretende ter sempre um planeamento rigoroso, uma implementação meticulosa das medidas recomendadas e uma perene avaliação dos objetivos propostos, em todas as áreas de intervenção.

A beneficiação das infraestruturas, o apetrechamento, a modernização do sistema de Saúde da Região Autónoma dos Açores e a construção dos novos Centros de Saúde de Ponta Delgada e da Madalena são prioridades nas políticas da governação socialista, expressas no Plano e Orçamento para 2014.

O investimento nas infraestruturas informáticas e de comunicação é uma aposta estruturante. Investir em aplicações informáticas quer de âmbito clínico quer de índole financeira são necessidades contempladas, no Plano e Orçamento para 2014 porque o Governo Regional dos Açores (GRA) entende que o progresso e o desenvolvimento serão potenciados com estes investimentos.

A rede regional de cuidados paliativos é também uma preocupação para Governo Regional dos Açores (GRA) e para o Partido Socialista dos Açores

(PS/A), a atribuição de uma verba direcionada para a sua implementação é mais uma mais-valia para todos.

Prosseguir com a certificação dos serviços e unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores (RAA) é o caminho a seguir para a conformidade de todos os procedimentos em Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) tem tido uma atenção especial e permanente com a **redução das listas de espera do Serviço Regional de Saúde.**

As instituições de saúde e os profissionais de saúde estão a fazer um grande esforço para servir a população.

Os Açorianos devem saber que foram efetuadas um total de treze mil novecentas e sessenta e oito (13 968) cirurgias, durante o ano de 2012.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Principalmente aqueles que não fizeram!

O Orador: Sabemos que os esforços de todos não têm sido suficientes para reduzir os atrasos, tanto quanto desejaríamos.

Sabemos que é impossível eliminar as listas de espera, mas o GPPS/A está disponível para contribuir, para diminuir o tempo de espera dos utentes do SRS, para períodos de tempo aceitáveis.

O **investimento público no Plano e Orçamento**, para o ano de 2014, no desenvolvimento das infraestruturas e do Sistema de Saúde, preconiza uma verba de trinta e quatro milhões, trezentos e noventa e um mil e duzentos e noventa e dois euros (€ 34 391 292) e a prevenção de riscos e proteção civil é de seis milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e dezoito euros (€ 6 186 218), por modo a permitir a concretização de muitas ações e possibilitar a realização de inúmeros projetos com impacto direto na população de todas as ilhas dos Açores.

A despesa total da Secretaria Regional de Saúde será de duzentos e quarenta e seis milhões, novecentos e trinta e seis mil e novecentos e dois euros (€ 246

936 902), representando vinte e nove vírgula quatro por cento (29,4%) da despesa global da Região Autónoma dos Açores (RAA).

Os recursos são limitados, todavia, para 2014, o Governo Regional dos Açores (GRA) disponibilizará cerca de trezentos e dezanove milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e nove euros (€ 319 859 569) para a Saúde, é uma quantia volumosa, um verdadeiro indício da prioridade estabelecida pela governação regional e socialista, para a Região Autónoma dos Açores (RAA).

A Saúde é dispendiosa, mas absolutamente necessária para o bem estar da nossa comunidade, constituída por nove ilhas com necessidades especiais e muito distintas.

A **estratégia política** é manter a qualidade e a segurança e continuar a investir no Sistema de Saúde da Região Autónoma dos Açores, dando prossecução à melhoria de todos os procedimentos no Sistema Regional e Saúde (SRS).

A **eficiência e a produtividade** dos profissionais de saúde e a **reorganização dos serviços** são vetores indispensáveis para a melhoria da Saúde na Região Autónoma dos Açores (RAA).

Em suma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) está disposto em aperfeiçoar as soluções e corrigir o que, ainda, necessita de ser melhorado.

O Governo Regional dos Açores e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) estão empenhados na implementação da reestruturação da Saúde para elevar a qualidade do acesso e manter a segurança da prestação de cuidados de saúde, em todas as instituições públicas de saúde da região.

Estas são as preocupações do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) e do Governo Regional dos Açores (GRA) ao apresentar as diretrizes da reestruturação do Saúde dos Açores, para responder às necessidades das açorianas, dos açorianos e de todas as pessoas que optaram por viver na Região Autónoma dos Açores (RAA).

Em suma, é preciso administrar, ainda melhor, os dinheiros públicos, aumentar o rigor na gestão, evitar os desperdícios e aproveitar a enorme capacidade instalada nas instituições públicas de saúde na Região Autónoma dos Açores (RAA).

O património do Partido Socialista dos Açores (PS/A) na Saúde da Região Autónoma dos Açores (RAA) é relevante e o nosso bom percurso deverá ser sublinhado e evidenciado, basta ver o aumento considerável dos indicadores de saúde, nos últimos anos.

A Via Açoriana é o caminho a seguir, as nossas soluções distinguem-se das políticas nacionais e os resultados produziram mais uma vez a confiança dos açorianos nas nossas políticas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Veja-se o desemprego!

O Orador: Existem sinais nas instituições públicas de saúde de que estão a aproximar de um maior equilíbrio financeiro, como retrata os relatórios do Tribunal de Contas. O Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada reduziu consideravelmente o seu défice ao longo deste ano. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) entende que é, ainda, possível reduzir o défice em todas as instituições e otimizar o volume da despesa.

O Serviço Regional de Saúde (SRS) na Região Autónoma dos Açores (RAA) é o nosso maior projeto público de inclusão social.

A Saúde é uma condição indispensável para atingir os objetivos traçados nas políticas sociais, para alcançar o crescimento económico e o bem-estar das pessoas.

Os custos da saúde são enormes, porém o Partido Socialista dos Açores (PS/A) sabe que é, sempre, um importante investimento para a elevação da qualidade de vida de todos os açorianos.

As ações, as medidas e os investimentos previstos no Plano e Orçamento para 2014 vão, certamente, melhorar as condições de saúde dos açorianos, essencialmente aos mais desfavorecidos, que têm o direito de receberem os

tratamentos e os exames complementares com a igual qualidade e com a mesma segurança porque é um direito constitucional de todos cidadãos.

A Saúde deve continuar a gerir os recursos para assegurar e manter a boa prestação de cuidados de saúde às pessoas.

Uma intensa articulação entre a prática médica e a sociedade na qual se encontra inserida deve continuar a ter a primazia de todos, para que o progresso e o desenvolvimento da Saúde na Região Autónoma dos Açores (RAA) se faça de forma equilibrada e consistente. Deve continuar a ser uma prioridade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) está atento e disponível às necessidades legislativas para melhorar a Saúde dos açorianos e das açorianas.

Todavia, não é possível aprovar despesas sem apontar de onde sairão os recursos.

Não se pode ampliar a despesa se não tiver a receita.

É fundamental garantir o equilíbrio das despesas da saúde.

“O dinheiro público é um bem escasso”.

O Partido Socialista dos Açores (PS/A) tem que continuar a lutar para que a região não tenha de pagar pelos tratamentos dos açorianos num hospital do continente português.

O direito à saúde é universal e vigora em todo o território, é o princípio da igualdade que está consagrado na Constituição da República.

Garantir o princípio de acesso universal é um vetor prioritário para o Partido Socialista dos Açores (PS/A).

O Partido Socialista dos Açores (PS/A) tem que continuar também a lutar para que os subsistemas de saúde da responsabilidade das entidades nacionais sejam pagos ao Serviço Regional de Saúde (SRS), pelos serviços efetuados na Região Autónoma dos Açores (RAA), aos seus utentes. O montante em dívida ascende já a **63 milhões de euros**, verba suficiente para que os hospitais da região não tivessem um único cêntimo de dívida aos seus fornecedores. Há trabalhadores da Administração Central que descontam, todos os meses, para a prestação de

um serviço de saúde, dinheiro que é arrecadado por esses subsistemas e, depois, não é transferido para pagamento das prestações de serviço que são feitas pelas unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É estranho, o silêncio cúmplice das oposições que apoiam o governo da república sobre este assunto de grande importância para a RAA.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Era, realmente, um grande benefício para a Região Autónoma dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) sabe que não podemos contar, muitas vezes, com a **oposição** porque quando há intenção de implementar medidas no sentido de reestruturar, de racionalizar, de diminuir as despesas e de aumentar a produtividade há sempre um aproveitamento **demagógico** para travar as políticas necessárias e indispensáveis para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Para a oposição pouco ou nada é positivo e o que se faz e implementa na RAA é sempre muito escasso.

Todavia, nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS), estamos decididos e determinados em continuar a identificar e a implementar medidas que melhorem os procedimentos, sem nunca reduzir a qualidade dos serviços prestados de saúde na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Plano e Orçamento para 2014, agora apresentado pelo Governo Regional dos Açores (GRA), tem uma cautela especial para com os problemas persistentes relacionados com a produção, a aquisição, a regularização e a avaliação do Serviço Regional de Saúde (SRS).

Só um largo consenso, de preferência com o maior número de agentes sociais e políticos leva à manutenção, à consistência e ao melhoramento da qualidade de vida da população açoriana.

O Governo Regional dos Açores (GRA) ao apresentar este Plano e Orçamento para 2014 tem o desígnio de atenuar os riscos e proteger as populações contra os danos, as enfermidades e as deficiências, e, ao mesmo tempo, através das suas políticas, diminuir as disparidades e a exclusão.

Os objetivos das políticas de saúde propostos pelo Governo Regional dos Açores (GRA) e pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores (GPPS/A) têm sempre em conta a sustentabilidade, a equidade, os resultados e a qualidade do Sistema Regional de Saúde.

“A Saúde é um direito de todos e um dever do Estado”.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) pretende um Serviço Regional de Saúde (SRS) de todos e para todos.

Disse.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar então à última intervenção de tribuna sobre esta matéria com o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Como o passado recente têm demonstrado, a proteção civil é infelizmente um elemento chave da nossa vida quotidiana de ser ilhéu.

Neste plano verificamos um aumento significativo na dotação orçamental que visa (como referiu o Sr. Secretario da tutela) a substituição da rede de comunicações de emergência nos Açores.

Importa referir que, paralelamente, será instalada a rede nacional de emergência e segurança (SIRESP), rede esta que, segundo o governo, não satisfaz as necessidades dos Açores, com o argumento de que a região necessita de uma rede de comunicações mais robusta.

Mais importante do que questionar o montante de investimento nesta área, devemos preocuparmo-nos com a sua eficiência, até porque todo o investimento efetuado em proteção civil só se torna elevado se não for eficiente.

Assim, é fundamental garantir que, quer com a rede a implementar pela região, quer pela rede SIRESP, todos os agentes de proteção civil sejam envolvidos no momento de crise.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

A análise dos documentos referentes ao Planeamento Regional sempre mereceu destaque na sociedade açoriana, na medida que eles deveriam ser documentos indiciadores da evolução económica e social da Região.

Mas, à medida que esses documentos, depois de aprovados, não são executados ou são mal executados, perdem a sua credibilidade.

Para um enquadramento correto é necessário fazer algum exercício de memória. Utilizando como exemplo a Ilha das Flores, pela qual fui eleito, nos últimos dez anos foram programados cerca de 200 milhões de euros. Aqui importa fazer uma avaliação desta programação, e concluímos que, não obstante os milhões programados, temos uma economia mais frágil e menos competitiva.

Por exemplo, nos últimos dois anos foram destruídos mais de 200 postos de trabalho que também contribuem para os 21545 desempregados nos Açores.

Numa aritmética simples, e retomando o exemplo do Sr. Deputado José Contente, só para a Ilha das Flores seriam necessários 3 Q 400 da Sata Air Açores para albergar os empregos destruídos neste período.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para nós, PSD/Açores, esta é uma enorme preocupação, para o Governo é irrelevante.

Para além disso, o setor agrícola está cada vez menos competitivo, onde a frágil fileira do leite parece estar a dar sinais de enormes dificuldades, afetando muitas famílias.

Por isso, fica aqui demonstrado que, não obstante os milhões, necessitamos de políticas específicas, com um sentido de coesão, por forma a permitir um melhor bem-estar das famílias.

E os factos são esses, muito dinheiro gasto ao longo de dez anos – cada orçamento foi o maior de sempre - mas os resultados do nosso progresso sintetizam-se nestas reveladoras expressões do Professor Augusto Mateus, ex-ministro da Economia do Governo do Eng.º Guterres, e passo a citar: “No capítulo da coesão económica, a Região manifesta carências significativas ao nível da sua capacidade de geração de riqueza (...). No capítulo da coesão social, a posição debilitada da Região no contexto nacional traduz-se pela existência de um padrão de qualidade de vida (nível de esperança média de vida) e de qualificação do seu capital humano inferior à média nacional”.

Disse!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Da intervenção que acabámos de ouvir por parte do Deputado Bruno Belo, não posso deixar de referir o aspeto que realçou do grande investimento que foi feito no âmbito da Proteção Civil, designadamente na ilha das Flores, que, como todos sabemos, tem sido das mais afetadas, nos últimos anos. Portanto, realço o reconhecimento que tem sido feito nesta área, assim como o grande investimento que os diversos governos do Partido Socialista têm feito na ilha das Flores e que estão à vista de todos.

Deputado José San-Bento (PS): Fale do cabo submarino!

Deputado Bruno Belo (PSD): Comece!

O Orador: Infelizmente, o que eu gostaria de ter ouvido era uma referência a um grande investimento que recentemente foi feito, que é o cabo de fibra ótica,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Exatamente! Que a Dra. Berta Cabral...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Secretária de Estado!

O Orador: ... que, ao longo de anos, foi uma reivindicação de todos os florentinos e corvinos e que nós, em 1995,...

Deputado Luís Garcia (PSD): E que finalmente o Governo do PSD resolveu, não foi Sr. Deputado?

O Orador: ... por termos sido considerados poucos para um tão grande investimento, fomos afastados dessa rede que foi instalada nas restantes sete ilhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Presunção e água benta!...

O Orador: Portanto, foi...

Presunção e água benta, Sr. Deputado, mas é, de facto, a realidade e foi o Governo do Partido Socialista que resolveu a questão...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: ... do cabo de fibra ótica,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): O Sócrates?

O Orador: ... bem como a instalação das redes de nova geração em doze dos dezanove concelhos, permitindo assim que...

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi o Sócrates!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou o Sr. Presidente do Governo patrocinado pela PT?

O Orador: ... os florentinos e os corvinos possam beneficiar de todos os mecanismos de comunicações que estão disponíveis nas outras ilhas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que o Governo do PS teve a ver para o assunto?

O Orador: O Governo teve a ver, pois foi graças ao Presidente do Governo do Partido Socialista, numa visita estatutária, perante o Conselho de Ilha, que assumiu que o Governo Regional ia participar com os 85%,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só conversa!

O Orador: ... no âmbito do PROCONVERGENCIA. No âmbito do PROCONVERGENCIA, foi pago...

Deputado Bruno Belo (PSD): Fundos Comunitários!

O Orador: ... 85% das verbas atribuídas ao Governo Regional, contrariando um protocolo que estava celebrado com o Governo da República, que foi quebrado por este governo central, da responsabilidade...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi o Sr. Presidente do Governo patrocinado pela PT!

Deputado José Contente (PS): *Nonagon!*

O Orador: ... do PSD e do CDS-PP.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isto são verdades que, de facto, devem incomodar, mas são factos. São factos e estão documentados.

E, portanto, era sobre isto que queria referir e que, de facto, centrando-me na intervenção que fez, esta nova infraestrutura irá potenciar tudo aquilo que se quer fazer, no âmbito de comunicações, para melhorar os serviços de comunicações da Proteção Civil, que, como todos nós sabemos, pelo afastamento, podemos ter graves problemas, aliás como no passado já aconteceram, e espero que com esta infraestrutura, que foi esquecida pelo Deputado Bruno Belo, possa contribuir para a melhoria, quer no âmbito da Proteção Civil, quer ainda em todas as outras áreas, das condições de vida de todos os florentinos e corvinos.

Disse.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi por uma questão de humildade que ele se esqueceu, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Bom dia, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Manuel Pereira, eu quando o vi levantar-se e falar do cabo de fibra ótica pensei que o senhor, em nome do Partido Socialista, ia pedir desculpa aos açorianos florentinos...

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados do PS)

O Orador: ... e corvinos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Pensei isso e sabe porque é que pensei isso? Pensei que ia pedir desculpa por terem demorado 17 anos a concluir este processo.

Deputado Manuel Pereira (PS): Por culpa de quem?

O Orador: Repare uma coisa, ninguém tem legitimidade de culpar ninguém...

Deputado Francisco César (PS): Tem, tem!

O Orador: ... quando demora 17 anos a executar o que quer que seja. Ninguém tem legitimidade para isso.

Mais do que isso, Sr. Deputado, essa infraestrutura,...

Deputado Manuel Pereira (PS): É uma questão de austeridade, Sr. Deputado!

O Orador: ... obviamente, que é positiva. Claramente! Não há dúvida!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito positivo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito!

O Orador: Agora, em termos de proteção civil, um dos argumentos que o Sr. Secretário utiliza é que a nova rede nacional, que é assente na distribuição do cabo de fibra ótica, não é fiável, porque pode haver roturas, pode haver falhanço.

Portanto, ao nível da proteção civil, nem sequer é válido para o Governo. O senhor também tem que ajudar o Governo a explicar por que é que...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não, não!

O Orador: ... pode ser útil na proteção civil.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, eu não pretendi acusar ninguém, nem responsabilizar ninguém, apenas lembrar factos e os factos são estes: em 1995, as ilhas das Flores e do Corvo foram excluídas da ligação do cabo de fibra ótica, porque foi considerado então que eramos um número reduzido de população para tamanho investimento e colocaram-nos por via satélite, que, como sabe, logo desde o início, começou a dar problemas. Também deve saber, porque falou em culpas, que o Governo do Partido Socialista demorou 17 anos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Câmara Municipal!

O Orador: ... que antes do Governo ter assumido que iria fazê-lo com verbas do PROCONVERGENCIA estava assinado um protocolo entre o Governo Regional, Governo Central, na altura do Governo de José Sócrates, e a PT e que era financiado pelo Governo Central...

Deputado Luís Garcia (PSD): Cumpriram ou não?

O Orador: ... e que quando o Governo CDS-PP/PSD assumiu funções a primeira coisa que fez foi quebrar esse protocolo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto é uma história muito comprida!

O Orador: E, portanto, se há atrasos foram em 95,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): São especialistas em protocolos, papéis! Dinheiro, nada!

O Orador: ... foi agora em 2011...

É! Especialistas em protocolos! Estavam celebrados e estavam assumidos e foi o Governo do Partido Socialista que solucionou a questão...

(Apartes inaudíveis de vários Deputados)

O Orador: ... com verbas do PROCONVERGÊNCIA.

Presidente: Senhoras...

O Orador: O Presidente da Câmara de Santa Cruz? Parece que está mal informado,...

(Aparte inaudível do Deputado Bruno Belo)

O Orador: Não, não. O senhor, pelos vistos, está muito mal informado, mas eu posso informá-lo, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Moura (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: O Presidente da Câmara de Santa Cruz das Flores, ao longo de todo o tempo que estive na Câmara, no âmbito do Conselho de Ilha, sempre foi... Basta ler as atas dos Conselhos de Ilha e as reivindicações que eram apresentadas todos os anos ao Governo, uma delas era exatamente essa, a ligação de cabo de fibra ótica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há uma pública!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal está a dar-nos razão!

O Orador: Uma delas! Uma delas!

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Era isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma, uma!

O Orador: Seja justo, porque foi sempre essa a postura que eu tomei enquanto responsável autárquico.

Acusar-me de não ter feito nada, desculpe-me, mas não lhe admito isso.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: Peço desculpa, Sra. Presidente, mas quero dizer,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça de dizer quem é que fez força!

O Orador: ... até por uma questão de justiça.

Se o Partido Socialista reclamou esta infraestrutura, também temos que ser honestos e sérios e dizer que não fomos os únicos a fazê-lo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Assim está bem!

O Orador: Fomos acompanhados. Sempre fomos acompanhados, designadamente pelo então Deputado Paulo Valadão,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agora está certo!

O Orador: ... que foi das primeiras pessoas, que até a mim me disse que nós íamos ser mal servidos com a questão do satélite.

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Muito bem lembrado!

O Orador: Portanto, sejamos honestos e sejamos sérios. Há culpados e eu acho que nós temos que respeitar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falta uma coisinha!

O Orador: Falta muitas mais coisas, se calhar até com intervenções que o senhor tentou fazer em 2011 e que não resolveu nada junto do Governo da República.

(Burburinho)

O Orador: Estou correto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi em 2009! Em 2009, a Câmara de Santa Cruz, zero!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Só para dar aqui um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Bruno Belo, que acho que fez uma interpretação algo excessiva...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É sobre a telemedicina, é?

O Orador: ... daquilo que tinham sido as minhas declarações sobre a matéria do cabo de fibra ótica, para lhe dizer que o Governo Regional dos Açores, como é óbvio, não põe em questão o cabo de fibra ótica para as Flores e para o Corvo. Aquilo que foi dito da minha parte relativamente ao cabo de fibra ótica e à rede SIRESP, e é exatamente só (e só) dentro desse contexto que o disse, é que a rede SIRESP baseada em ligações por fibra ótica entre os diferentes sites na Região Autónoma dos Açores não nos garantia a segurança e a resiliência necessárias numa rede de emergência. No nosso ponto de vista, deveria haver, além da fibra ótica entre sites, uma resiliência por via rádio e é isso que nós iremos fazer com a rede que nos propomos agora montar.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, é evidente que eu não quis, de forma alguma, pôr em questão as suas declarações. Percebi-as e em que contexto foram proferidas.

Para o PSD-Açores também é importante que haja, como disse há bocadinho, na minha intervenção,...

Os investimentos na Proteção Civil só se tornam caros se não forem eficientes. Todos eles são sempre necessários...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e só são testados convenientemente no dia da catástrofe...

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e no momento de crise.

Espero que a rede da região (à partida, esperemos que dê resposta às necessidades que serão as necessidades da região) não exclua também a rede SIRESP como rede redundante num caso de necessidade.

Mas mais, Sr. Secretário. É importante também perceber – e é aqui que eu queria que o Sr. Secretário me explicasse – se a rede da região vai ou não dar a possibilidade a que todos os agentes de Proteção Civil – e quando falo em todos os agentes não falo apenas em bombeiros, em hospitais, falo em forças armadas, em polícias, em polícia judiciária – estejam em condições de, no momento de crise, estarem todos coordenados. E isto é que é importante, porque sendo a rede da região fornecida pelo mesmo fornecedor da rede SIRESP, ou seja, em que o corte das duas redes é o mesmo, há ou não compatibilidade entre as redes?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Isso não é verdade!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): É o mesmo fornecedor! O Motorola!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não! Não é verdade!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): É o mesmo fornecedor!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Ele fez uma pergunta, não fez uma afirmação! Escusa de estar a dizer que não é verdade uma pergunta!

O Orador: Sr. Presidente, é verdade! É verdade! O Motorola! O Motorola é o mesmo fornecedor. É o mesmo fornecedor!

O Orador: Sr. Deputado Manuel Pereira, as suas declarações levam-me a recordar outras declarações.

Quando o senhor diz que em 95 as Flores e o Corvo foram preteridas na expansão do cabo de fibra ótica na região, realmente é verdade, mas foram preteridas em 95, em 96, em 97, em 98, até 2013.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

Deputado Francisco César (*PS*): Sr. Deputado, é preciso ter lata!

O Orador: Portanto, foram preteridas durante esses anos todos. Mas, eu só encontro uma explicação para isso: é que no dia da inauguração da estação de

satélite nas Flores (o senhor era presidente da Câmara na altura e poderá ter estado... Não era ainda? Peço desculpa),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso! É isso mesmo!

O Orador: ... o Sr. Presidente da Região na altura, o Sr. Carlos César, dizia, na sua intervenção, que nem daqui a 100 anos as Flores precisariam de fibra ótica.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oh, Jesus!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora! Ora!

O Orador: Portanto, se calhar é por causa disso que demoraram 17 anos!

Sr. Deputado Manuel Pereira, é importante,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Toma lá esta!

O Orador: ... e isto é também fazer justiça a quem de direito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado António Marinho (PSD): Essa foi dura, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, sim senhor!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O presidente da Câmara é o responsável máximo de Proteção Civil no concelho!

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Recordou exatamente uma coisa que eu ia dizer.

Efetivamente, há, e antes da intervenção do Sr. Secretário, responsabilidades dos autarcas, designadamente os planos de emergência, que têm de ser testados, e o verdadeiro teste é nas situações de catástrofe.

Agora, Deputado Bruno Belo, referiu, e eu não o vou contradizer,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não pode!

O Orador: ... porque nem sequer tenho dados e parto do princípio que a sua afirmação está correta sobre essa intervenção do então Presidente do Governo Regional.

O que queria também lembrar, e isso foi muito mais recente, é que se calhar o Sr. Presidente Carlos César tinha razão...

(Aparte inaudível do Deputado Jorge Macedo)

O Orador: Não, Sr. Deputado, sabe por quê? Por uma razão muito simples: é que quando o Sr. Presidente da República esteve nas Flores a internet funcionou quase como está a funcionar agora com o cabo de fibra ótica.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Portanto, algo foi feito. E nesse dia...

É verdade ou não é, Sr. Deputado?

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Então, faça-se justiça que se calhar a intervenção do Presidente Carlos César...

Deputado Bruno Belo (PSD): De quem é a responsabilidade?

O Orador: Não é certamente o Partido Socialista.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ah, não!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para responder de uma forma direta à pergunta que me foi colocada pelo Sr. Deputado Bruno Belo relativamente à interação entre a rede SIRESP e a rede que é projetada pelo Governo Regional.

Eu não me queria alongar em aspetos técnicos, porque, obviamente, há vários aspetos técnicos ligados a esta matéria que devem ser discutidos, mas só para lhe garantir que sim, que iremos trabalhar no sentido desta interligação.

Existem tecnologias que permitem a interligação entre as duas redes, mas as redes irão funcionar em frequências diferentes, por uma necessidade estrutural da própria rede a nível dos Açores, porque a rede que nós propomos neste momento é uma evolução tecnológica da rede que nós já temos dentro das mesmas frequências, porque são essas as únicas frequências que garantem, por exemplo, comunicações de ilha a ilha, coisa que a rede SIRESP não iria conseguir pelas frequências que usa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Penso que agora não há mais inscrições.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos e passamos para a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação Ciência e Cultura.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me Vossas Excelências que retome, na apresentação do Plano e Orçamento da Região para o ano de 2014, o discurso com que iniciei a minha intervenção de apresentação do Plano e Orçamento para 2013. E faço-o, não por falta de imaginação, mas sim porque os princípios, as preocupações e as filosofias para os setores da Educação, Ciência, Cultura, Desporto e Juventude são exatamente os mesmos: porque não trabalhamos ao ano e porque

trabalhamos de um modo consistente, com os pés assentes na terra e os olhos projetados no futuro.

Assim, a proposta de Plano e Orçamento que aqui trazemos é realista, responsável, contido e empenhado, e é sistémico.

É realista, porque articula as disponibilidades financeiras com as necessidades reais: nada do que é necessário fazer deixará de ser feito.

É responsável e contido, porque não assume compromissos que teria dificuldade em concretizar, definindo, de entre as várias opções de investimento, aquelas que são prioritárias em matéria das necessidades de desenvolvimento e de justiça social.

É empenhado, porque considera que nem tudo se resolve numa perspetiva financeira, nem atirando dinheiro para cima dos problemas, mas gerindo, politicamente e na base do bom senso, os meios que estão disponíveis – e isso faz-se com dedicação, com abertura ao diálogo, com a ida ao terreno, com o falar olhos-nos-olhos com as pessoas, lidando com os seus problemas, mas também com as suas esperanças e com o seu juízo crítico.

E é sistémico, na medida em que olha para os assuntos de que se ocupa numa perspetiva global, no entendimento de que nada funciona ou deve funcionar isoladamente, mas sim de uma forma articulada e interdependente.

Com base nestes pressupostos, e no que à Educação diz respeito, um dos desafios que temos de vencer, com particular relevância em 2014, é o combate ao insucesso e ao abandono escolares, e a qualificação dos alunos, corporizando, desta forma, um princípio fundamental de uma escola inclusiva que saiba encontrar, para cada aluno, as melhores soluções para os seus problemas e as melhores ofertas para o desenvolvimento das suas qualidades e características pessoais.

Trata-se de um objetivo que dará continuidade ao trabalho que tem vindo a ser feito em 2013, quando se colocou à disposição das unidades orgânicas do sistema educativo regional um conjunto de meios acrescidos, designadamente:

- Um crédito no horário letivo adicional, para cada turma, de 90 minutos semanais a Português e Matemática;
- O Projeto Fénix, que foi alargado a 17 unidades orgânicas, abrangendo 1.250 alunos, no sentido de se promover uma integração mais efetiva dos que, num momento da sua escolaridade, se confrontam com sérias dificuldades de aprendizagem; no próximo ano letivo, este projeto será alargado à totalidade das unidades orgânicas.
- A criação de uma equipa de 10 professores acompanhantes (formadores) que, em todas as escolas do 1.º ciclo, conjuntamente com os docentes dos 2.º e 4.º anos de escolaridade, trabalham na procura e na aplicação das estratégias de ensino mais adequadas aos alunos a que se destinam;
- A diversificação da oferta formativa ao nível do 3.º ciclo do ensino básico e do secundário, aumentando o número de cursos profissionais,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que é?

O Orador: ... sem, no entanto, entrar em concorrência com as escolas profissionais e, conseqüentemente, alargando a componente vocacional e as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho.

- A dotação, em todas as escolas, de docentes de educação especial em número suficiente para responder às necessidades.
- O reforço do papel dos órgãos de administração e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo público da Região e das estruturas de gestão intermédia das escolas, atribuindo um papel de maior responsabilidade quer aos alunos, quer os encarregados de educação.
- O apoio às famílias nas diversas componentes da Ação Social Escolar, nomeadamente refeições, transportes, seguro escolar e manuais escolares, bem como o investimento nos projetos pedagógicos inovadores com o objetivo principal de combater o insucesso e o abandono escolar precoce.

Em 2014, o investimento a fazer-se na área da formação contínua será orientado para a melhoria dos resultados dos alunos e para o combate ao abandono escolar

precoce, como já referi, de acordo com um programa que define metas e a sua calendarização.

Continuar-se-á o investimento no parque escolar, que, em 2014, e de acordo com a Carta Regional de Obras Públicas, consistirá no seguinte:

- Conclusão da ES Domingos Rebelo, da EBI da Horta e da EBS das Velas.
- Início da construção da EBS das Lajes do Pico e da EBI da Ribeira Grande.
- Conclusão do projeto da EBI Canto da Maia e reformulação do projeto da EBI dos Arrifes.

Na área da Ciência, o Governo continuará a apostar num crescimento inteligente, assumindo que a investigação científica e a inovação são dos principais impulsionadores da competitividade, do crescimento económico e do emprego. Por isso, as principais linhas de política setorial a prosseguir em 2014 passam por:

- Garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade do Sistema Científico dos Açores e consolidar o potencial científico da Região.
- Estimular a investigação em áreas relevantes para a Região, focando o investimento num número definido de prioridades, estabelecidas após uma ponderação das potencialidades atuais, em articulação apertada com a comunidade científica e com a Universidade dos Açores, e a definição de uma visão partilhada para o futuro.
- Incentivar a criação de parcerias transregionais e internacionais que projetem externamente a investigação realizada nos Açores.
- Reforçar a articulação entre a investigação e as empresas.
- Qualificar os recursos humanos da ciência.
- Promover a cultura científica.

A Região conta, para o efeito, com o Pro-Scientia, instrumento de políticas públicas que consubstancia o sistema de incentivos financeiros do Governo para apoio às atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e

inovação. Para 2014, encontram-se estabelecidas as seguintes prioridades de investimento:

- O fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), a fim de desenvolver a excelência, através do apoio ao funcionamento dos centros de investigação, com um acréscimo de investimento na ordem dos 25% relativamente ao ano em curso;
- A promoção de projetos de investigação centrados em áreas definidas como prioritárias e que privilegiam o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de Investigação e Inovação e a Universidade;
- O apoio à organização na Região de eventos científicos de carácter internacional e à edição de publicações científicas, tendo em vista o aumento da produção e divulgação de informação científica especializada e a projeção internacional da Região;
- A manutenção do apoio a bolseiros de investigação científica, considerando a importância da qualificação e renovação de recursos humanos nas áreas científicas;
- A promoção da difusão da cultura científica através da manutenção do apoio à Rede de Centros de Ciência dos Açores.

Desta forma, será possível conciliar, não só as linhas de orientação política regionais com as orientações europeias, mas também conciliar os instrumentos de financiamento disponíveis em ambos os círculos.

A Estratégia Científica para a Região Autónoma dos Açores, um documento que tem vindo a ser preparado em articulação com a comunidade científica e que será muito em breve colocado à discussão pública, estará em linha com a Estratégia Europa 2020, baseada numa perspetiva de financiamento multi-fundos, através das receitas da Região, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Horizonte 2020.

Será criada ainda uma equipa específica, dentro da estrutura do Fundo Regional para a Ciência, encarregue de captar para a região fundos do Horizonte 2020.

As prioridades estratégicas da política setorial para a Cultura serão marcadas pela aplicação da nova legislação aos diferentes tipos de património e pela alteração do regime jurídico de apoios a atividades culturais.

Estes diplomas – Decretos Legislativos e Decretos Regulamentares –, que, muito em breve entrarão em apreciação pública, têm por objetivo adequar conceitos, aumentar a eficácia e otimizar o apoio ao património cultural, nomeadamente no combate a pragas e na prevenção dos efeitos de catástrofes naturais; e, na perspetiva das atividades culturais, premiar o mérito e a inovação e incentivar o surgimento e intensificação de redes de produção de âmbito regional, bem como o estabelecimento de parcerias inovadoras.

E porque a formação de agentes culturais é essencial, vão ser iniciados cursos pilotos em diversas áreas, que terão como consequência a melhoria qualitativa dos agentes culturais e a eventual perceção de novos valores; estes cursos, que, para já, serão circunscritos São Miguel e à Terceira, serão alargados a todas as ilhas a partir de 2015.

Esta ação será complementada com uma programação de atividades culturais públicas, de carácter eclético e multifacetado, envolvendo os criativos e agentes culturais de todas as formas e expressões naturais dos Açores ou aqui residentes. Ou seja, os nossos criadores e demais agentes culturais com capacidade crítica e organizativa constituirão a trave-mestra da atividade cultural financiada ou apoiada pela Região.

A abertura, no último trimestre de 2014, de grandes infraestruturas, como o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, que se pretende que seja um centro de Artes Vivas, do Convento de Santo André –...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... Museu Carlos Machado, do Antigo Hospital da Boa Nova e da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo – irá permitir o fortalecimento das Redes Regionais de Museus e de Bibliotecas e Arquivos, que funcionarão de modo articulado sob a coordenação geral dos serviços

centrais da Direção Regional da Cultura. Serão definidos novos horários adequados aos públicos-alvo, marcando claramente o período de verão.

É intenção do Governo criar o máximo de condições para facultar o acesso ao conhecimento e à cultura, através das novas tecnologias. Nesse sentido, em 2014, vai prosseguir e intensificar o projeto de digitalização do património documental existente nos Arquivos Regionais, disponibilizando-o através da web, nomeadamente no portal “Cultura Açores”...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual será a empresa a quem irá adjudicar isso?!

O Orador: ... e através da “Europeana – Biblioteca Digital Europeia”, da qual a RAA é parceira.

Este projeto já concretizou a digitalização de 963.933 ficheiros/imagens, aproximando-se a curto prazo de um milhão de imagens, estando já atualmente disponíveis, no portal “Cultura Açores”, 4.283 obras, que correspondem a um total de 834.203 ficheiros.

Esta página tem-se revelado um êxito, contando, entre 1 de janeiro e 22 de novembro de 2013, um total de 67.765 visitantes.

De salientar, por fim, o acordo com a Diocese de Angra, que acaba de ser revisto, que irá permitir o desenvolvimento de um programa de inventariação global do património religioso e de um programa de sensibilização dos párocos e comissões financeiras para o património imóvel, móvel e integrado que têm ao seu cuidado.

Na área do Desporto, vamos assegurar as condições necessárias para que se mantenha a acessibilidade do movimento associativo desportivo às instalações desportivas propriedade da Região, colocando à disposição dos clubes e dos praticantes e agentes desportivos espaços de qualidade onde poderão desenvolver as suas atividades, com especial preocupação para as crianças e jovens, ou seja, para os escalões formativos.

Garantir a disponibilização do maior número de projetos de apoio, assegurando que o futuro desportivo dos Açores continue na senda do aumento da prática e também da qualidade de resultados que já alcançámos, é uma preocupação do Governo.

Por isso, reforçamos também o investimento na área da excelência desportiva, de forma a assegurar apoios para representações de Alto Rendimento e planos especiais de preparação individual para que possamos colocar atletas Açorianos a discutirem qualificações para a representação olímpica.

A valorização do desporto adaptado, onde contamos com atletas de grande qualidade que têm alcançado prémios nacionais e internacionais, inscreve-se na política global do Governo para as áreas que tutelamos, no sentido da inclusão, da formação, da valorização do mérito e da dignificação dos atletas e demais praticantes da atividade desportiva, incluindo a não federada e a atividade física de carácter não competitivo.

Finalmente, e no que diz respeito às políticas regionais para a Juventude, o emprego jovem constitui um dos pontos mais importantes da agenda do Governo.

Desta forma, e porque está demonstrado que para a empregabilidade dos jovens contribuem diversos fatores, nomeadamente todo um conjunto de competências adquiridas por via da educação não formal, a estratégia definida para 2014, em muito alinhada com as estratégias europeias, tem como principal objetivo enriquecer o capital humano dos jovens, fomentar o sentido de cidadania e de solidariedade e instigar a internacionalização das suas experiências.

Por tal, apostamos no fortalecimento do associativismo e do empreendedorismo social, enquanto estratégia de reforço da coesão social e da reconversão profissional, que potencia a empregabilidade dos jovens. Em parceria com o movimento associativo juvenil daremos mais respostas à fragilidade social em que se encontram alguns jovens, visando diretamente a redução de fatores de

risco e reforçando as ações e os comportamentos que permitam um crescimento saudável e harmonioso.

A aposta na formação não formal dos jovens é também um caminho para a redução do insucesso escolar e do abandono escolar precoce, uma das preocupações fundamentais da política do Governo para o setor tutelado pela Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura.

No que toca à formação e produção cultural e intelectual dos jovens, o Governo, para além de continuar a apostar em programas nas áreas do incentivo à criatividade, que têm obtido grande adesão, irá proporcionar, em parceria com entidades especializadas, cursos de formação em liderança e irá desenvolver um novo projeto intitulado “Inspira-te, Aprende e Age!”, que visa fortalecer as competências dos jovens de todas as ilhas, muito especialmente os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, proporcionando-lhes atividades de formação não formal em diversas áreas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

São estas as linhas gerais das políticas setoriais do Governo para a Educação, a Ciência, a Cultura, o Desporto e a Juventude para o ano de 2014, consubstanciadas no Plano e Orçamento que trazemos para discussão em sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Tais políticas serão aplicadas, sempre que possível e seja adequado, de um modo transversal e articulado, não só no sentido de se ganhar sinergias e de, por esta via, se alcançar uma melhor gestão dos meios humanos, técnicos, instrumentais e financeiros disponíveis, mas também porque o público-alvo destas políticas é, na sua esmagadora maioria, o mesmo – os jovens – e os objetivos que pretendemos alcançar – a formação, a busca da excelência, a investigação científica, a descoberta e a formação de competências artísticas e desportivas, a inclusão social, a valorização do trabalho em equipa, mas

também das características e potencialidades individuais – nunca poderão ser vistos isoladamente.

Para tal, este Plano e Orçamento considera as verbas necessárias para a concretização dos objetivos pretendidos, na medida em que obriga a uma boa gestão dos meios, potencializando-os, com base no entendimento de que, mais do que disponibilizar dinheiro, o que é necessário é rever-se e, em certos casos, corrigir-se, alguns aspetos organizacionais das escolas, dos equipamentos desportivos e culturais e também dos agentes culturais, desportivos e científicos, bem como do associativismo juvenil, no sentido de promover e incentivar uma cultura e uma prática de responsabilização individual e coletiva, condição fundamental para que possamos continuar no caminho da construção de uma sociedade moderna, que seja crítica, integradora, criativa e aberta à novidade.

Tais objetivos encontram-se descritos nas ações e projetos dos Programas 5 e 9 da Proposta de Plano Regional Anual para 2014, que aqui ficam à consideração de Vossas Excelências.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta é a minha primeira intervenção neste debate.

Devo dizer que ontem resisti à tentação de participar no direto televisivo que então foi realizado.

Deputada Zuraida Soares (BE): No direto?

Deputado Francisco César (PS): Mentira! O senhor não sabia!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não sabia que havia direto!

O Orador: E resisti à participação, resisti à tentação nesse direto televisivo para que os senhores espetadores não fossem enganados, porque poderia parecer, para quem observasse a primeira meia hora de debate, que aqui tínhamos um debate justo, que estávamos a realizar um debate justo. E os senhores telespetadores ficariam com uma perceção errada, porque o que nós temos em termos de regras do debate do Plano e Orçamento é um debate que não é justo, é um debate em que o Partido Socialista e o Governo somam 500 minutos, praticamente 500 minutos, e três dos seis partidos que integram esta Assembleia somam, os três juntos, 45 minutos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, não vá por aí! Isso vai correr mal!

O Orador: É uma diferença tremenda, porque isso significa que estes partidos, a Representação Parlamentar do PPM tem 5 minutos por dia (5 minutos por dia!) para debater estas diversas temáticas. Eu tenho 2 minutos...

Deputado José Ávila (PS): É a democracia!

O Orador: ... para debater com cada membro do Governo Regional as diversas perspetivas estratégicas e programas que aqui são apresentados no Plano e Orçamento.

E eu pergunto-vos: isto é justo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para o PS isso é irrelevante!

O Orador: E o que eu vos pergunto: estas são condições para realizar um debate justo?

O que a cidadania açoriana pede é que os partidos políticos tenham a oportunidade de apresentar o seu programa, que tenham a oportunidade de apresentar as suas iniciativas e que tenham a oportunidade de realizar as suas

críticas. E isto não é possível se para cada programa tivermos apenas 2 minutos de intervenção.

Deputado José Ávila (PS): É a democracia!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Trinta segundos já são demais para o Sr. Deputado!

O Orador: E, portanto, é absolutamente fundamental que aqueles que nos estão a ouvir, que a cidadania açoriana percebam que nestas condições, para as representações parlamentares, não é possível de todo realizar um debate, não é possível apresentar os diversos posicionamentos partidários. Porque é diferente...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Se o Sr. Deputado tiver mais votos tem mais tempo!

O Orador: ... a posição de cada deputado individualmente. Evidentemente que é, porque o Partido Socialista, os 31 deputados do Partido Socialista são politicamente responsáveis, são política e solidariamente responsáveis perante o seu programam eleitoral. E, portanto, nesse sentido, obviamente que repartem tarefas.

A responsabilidade dos outros partidos políticos é poderem apresentar à sociedade açoriana quais são as suas respostas, quais são as suas críticas, mas também as suas concordâncias, as suas convergências em relação ao Plano e Orçamento que aqui nos apresentam e isso não é possível nestas condições. E a responsabilidade para que isto assim seja cabe única e exclusivamente ao Partido Socialista, que impôs de forma unilateral as condições em que se realiza este debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma acusação grave!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente! Isto merece um esclarecimento da Mesa! O Sr. Deputado está a pôr em causa as orientações da Mesa!

O Orador: Porque, meus senhores, e termino, em relação a esta introdução, que é absolutamente fundamental, porque aqui o que acontece é se apresentarmos,...

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Paulo Estevão está a utilizar termos que necessitam de esclarecimento!

O Orador: ... se tivermos a oportunidade de apresentar um exemplo, eu apresento um exemplo a quem nos está a ouvir: é como se nós realizássemos aqui um jogo de xadrez e um dos jogadores tem 3 horas e o outro tem 3 minutos. O jogador que tem 3 horas diz: “Bom, vamos jogar um jogo justo, mas ainda não está bem nas condições que eu quero”, porque o jogador que tem 3 horas é o primeiro a jogar, pede a primeira jogada, eu abro o jogo e a seguir ainda não está bem nas condições ideais do debate, porque aquele que tem 3 horas e que abre o jogo e que é o primeiro a fazer a primeira jogada ainda pede uma condição suplementar: que seja o último e que feche o jogo.

E, portanto, é nestas condições que se está a realizar este debate.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço-lhe...

O Orador: Devo dizer-lhe agora,...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, penso que já transmitiu...

O Orador: ... no âmbito da educação,...

Presidente: Exatamente, a sua posição.

Deve continuar a intervenção sobre a matéria.

Deputado José Contente (PS): Já gastou 5 minutos!

O Orador: ... que, Sr. Secretário, em relação a este programa, em relação ao programa da educação, é importante frisar as convergências.

Eu estou de acordo com a prioridade que o Governo Regional realiza no âmbito deste Orçamento e deste Plano no sentido de favorecer a continuação, a persistência de um sistema público na área do ensino. Portanto, estamos de acordo. Eu considero que é um dos fatores fundamentais, no âmbito do Estado Social, a preservação do sistema educativo público, por uma questão de

igualdade de oportunidades. E esta aposta é feita, este Plano e este Orçamento contêm um esforço considerável na área da educação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estavas a ir tão bem, Paulo Estêvão!

O Orador: Esta é uma convergência.

Também lhe quero dizer que também encontro, em relação a determinados programas, outras convergências.

Por exemplo, na área da cultura. É evidente que tenho que concordar com o investimento que é feito para fechar o sistema museológico regional, dotando a ilha do Corvo de um museu.

Essa foi uma proposta do PPM e está contemplada neste Plano. Também concordo, também subscrevo.

Posso dizer-lhe em termos do esforço que tem de ser feito a nível do atlas do património imaterial dos Açores, da promoção e defesa da cultura imaterial dos Açores que também estamos de acordo.

Estou de acordo em muitos outros programas. O que eu não estou de acordo, o que eu não posso estar de acordo, Sr. Secretário, é que eu considero que este Plano não dá resposta a um problema que é um problema crucial com que nos defrontamos atualmente no âmbito da educação, que é em relação aos resultados calamitosos que nós temos na área da educação.

Não é possível, Sr. Secretário, que se diga aos açorianos, aos contribuintes açorianos, aos pais e às famílias dos Açores que nós realizamos um esforço financeiro tão grande, ao longo de todos estes anos, e que temos os piores resultados deste país na área do ensino. Isto não é aceitável! Não é aceitável!

E esta é a maior discordância que lhe posso apresentar no âmbito da área da educação, uma discordância estratégica. Não é possível fazer-se este esforço. É exigível que os açorianos, que realizamos este esforço, para que seja criado um sistema que dê igualdade de oportunidades e que dê uma preparação escolar adequada aos nossos filhos, não é aceitável que, ano após ano, os nossos resultados escolares sejam os piores do país. E digo-lhe uma coisa, Sr.

Secretário, não tem neste Plano nenhuma ação concreta que tenha possibilidades de inverter esta situação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho só duas perguntas muito rápidas.

Uma em relação às transferências para a Universidade dos Açores para a compensação da tripolaridade, se tem algum mecanismo pensado que garanta que efetivamente essa verba vai ser utilizada para garantir a tripolaridade? Em relação à Ciência, a questão que se coloca é: o Fundo Regional para a Ciência, neste momento, teve um acréscimo de dotação enorme, mas, como todos nós sabemos, apenas para pagar bolsas. Portanto, no fundo, temos a Ciência transformada em pagamento de ordenados na região. Para quando a abertura de financiamentos para projetos de investigação?

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Zero! Exatamente! Aí é que está a questão!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José San-Bento, pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Para prestar um esclarecimento!

Presidente: Está inscrito. Tem que aguardar. Tem outras pessoas inscritas.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também uma pergunta muito rápida para o Sr. Secretário Regional.

Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo. Isto foi uma obra prometida em 1997, a sua construção teve início em 2009, e as novas instalações têm o mesmo valor no Plano de 2014 que tinham no Plano de 2013,

ano em que a obra esteve parada, que é um valor pouco acima de 7 milhões e euros. Já foram gastos nesta obra cerca de 15 milhões.

Esta é uma obra não terminada e aparentemente interminável, que salta de Plano em Plano há demasiado tempo. É um escândalo, é uma aberração arquitetónica e uma vergonha dos governos do PS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um roubo!...

O Orador: Já teve cinco derrapagens nos custos – os chamados adicionais –, que custaram cerca de mais 2 milhões de euros aos açorianos.

É para concluir em 2014? O senhor já se identifica pessoalmente com o projeto e assume o compromisso de acabar a obra no próximo ano?

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Aquela obra ou é para concluir ou então é para demolir. Como está é que não pode ficar e gostaria que o Sr. Secretário se pronunciasse acerca da Biblioteca Pública de Angra.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É como o casino de Ponta Delgada! Aqui no Faial não tem nenhuma inacabada, porque ainda não começaram!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, quatro perguntas diretas para quatro respostas diretas, presumo.

Primeira. Em maio de 2011, foi aprovado, nesta casa, um DLR da iniciativa do Bloco de Esquerda sob a epígrafe “Bolsa Regional aos estudantes do Ensino

Superior”. Pergunta: quantas bolsas foram, até ao dia de hoje, atribuídas ao abrigo desta legislação?

Segunda pergunta. Bruxelas intimou Portugal a, no prazo de dois meses, pôr fim ao tratamento discriminatório dado aos docentes contratados, implicando aumento de salários e vínculo à função pública...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é só para a República!

A Oradora: ... sob pena de ir a tribunal europeu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: Pergunta: que medidas vai tomar o Sr. Secretário Regional no sentido de cumprir a lei na Região Autónoma dos Açores?

Outra. Em junho de 2012, foi aprovado, nesta casa, um DLR sob a epígrafe “Empréstimo de manuais escolares”, da iniciativa do CDS, que implicava o pagamento por parte dos encarregados de educação de uma caução que seria devolvida no final de cada ano letivo se os livros fossem devolvidos em condições. Esta legislação não está a ser cumprida, tal como está explícita, em muitas escolas dos Açores, ou seja, os manuais são devolvidos pelos encarregados de educação, mas a caução fica na escola. Sr. Secretário Regional, tem conhecimento ou não desta situação? Se não tem, passou agora a ter, e a pergunta é: que medidas vai tomar para pôr cobro a esta ilegalidade?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouve!

A Oradora: Última pergunta.

O regulamento para novas bolsas de investigação recentemente publicado na região não contempla o pagamento de propinas. Desta maneira, e na prática, os bolseiros da região ficarão a receber menos do que os bolseiros da Fundação para a Ciência e Tecnologia, tornando inócua a resolução desta casa, aprovada este ano, e que no seu ponto 2 recomendava que a Fundação para a Ciência e Tecnologia, sob a tutela do Governo da República, criasse um regime compensatório destinado aos seus bolseiros por forma a que o montante da

bolsa fosse idêntico ao recebido pelos bolseiros do Fundo Regional para a Ciência.

Neste momento, a situação está completamente invertida, ou seja, os nossos bolseiros têm uma bolsa menor (porque têm que pagar propinas) do que os bolseiros (fiz as contas, Sr. Secretário) da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Pergunta: é desta maneira que queremos apostar, como o Sr. Secretário Regional disse e bem, na ciência, na investigação, na inovação, trazer para os Açores massa crítica, potencialmente criadora de riqueza, ao mesmo tempo que ajudamos a salvar a Universidade dos Açores da ameaça de morte que diariamente impende sobre ela?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Agora sim, Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para repor a verdade face ao que foi aqui dito e prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado procurou fazer aqui um exercício de vitimização próprio de quem tem o rei na barriga, mas não tem qualquer razão.

Eu relembro que a democracia pressupõe a adesão e o respeito por regras democráticas e nomeadamente por regras que regulam o debate parlamentar,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... em particular um debate com a importância do Plano e Orçamento da região.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E essas regras, Sr. Deputado, para si, vigoram há cerca de 6 anos, e, portanto, é isso que é preciso que fique registado.

Em segundo lugar, o senhor goza, e a verdade é esta, e todas as representações parlamentares, de uma muito generosa discriminação positiva,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Obrigado!

O Orador: ... como fator de igualdade para proporcionar oportunidades de debate e de contributo para a melhoria destes documentos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Em que manual isso está? Está em algum manual?

O Orador: É isso que é preciso ser dito.

Vejam como é que é na Madeira, vejam como é que é na Assembleia da República e...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... vejam em outros parlamentos qual é o tempo...

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que as representações parlamentares têm.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E em Cuba?

O Orador: E, portanto, a verdade é esta: uma representação parlamentar no Parlamento dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E na Venezuela?

O Orador: ... tem 90% mais tempo do que qualquer um dos deputados do Partido Socialista para poder usar da palavra neste debate.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Essa qualidade também não se mede à hora!

O Orador: Nós temos 245 minutos, mas temos 31 deputados que também querem falar sobre tudo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então deixe-os falar! O senhor é que não os deixa falar!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados das bancadas)

O Orador: ... sobre várias áreas, sobre muitas questões relacionadas com as suas ilhas.

A questão é essa.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Isso implica uma gestão e um respeito pelas regras democráticas que o senhor parece não ter.

E, portanto, esta é que é a verdade.

(Burburinho geral)

O Orador: E o seu problema, Sr. Deputado,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e isso também tem de ser dito.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado, quem vem para aqui queixar-se de ter falta de tempo para debater o Orçamento da região e que depois gasta 1/3 desse suposto pouco tempo (15 minutos) para debater o Orçamento e o Plano de Investimentos da região é porque na verdade não tem nada de relevante, não tem nenhum contributo importante para dar. E esse é que é o seu problema.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito direta.

Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura,...

(Risos da Deputada Graça Silveira)

O Orador: ... da Região Autónoma dos Açores (não sei onde está a ciência, desconheço a educação e a cultura...

Deputado Bruno Belo (PSD): E a cultura procura-se!

O Orador: ... é aquilo que se vê), relativamente às obras faraónicas que os senhores fizeram e a alguns engulhos que os senhores têm, quero perguntar-lhe diretamente: a Escola do Alto das Covas, na cidade Património de Angra do Heroísmo, é para fechar ou não? A Escola do Alto das Covas, na cidade de Angra, é para fechar no próximo ano letivo? Uma pergunta muito direta.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Tem de ir ao oftalmologista, Sr. Deputado!

O Orador: E, Sr. Secretário, qual o motivo pelo qual o senhor retirou do Plano e Orçamento os manuais escolares? Um DLR aprovado nesta casa por unanimidade e que o senhor teve a petulância de retirar do Plano e Orçamento.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa leitura superficial e rudimentar da realidade, poder-se-ia dizer que não é fácil investir em cultura num contexto socioeconómico como o que atravessamos em Portugal, um país afundado, de dia para dia, em lógicas

tecnocráticas e que tudo secam à sua volta, esmagado pela austeridade demolidora que o Governo da República nos impõe.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas os Açores têm opções diferentes, seguem rumos políticos distintos. E, corajosamente, investem em cultura. Porque sabem que a cultura, das suas expressões mais populares às mais eruditas, constitui os alicerces de um povo e cimenta, consolida a sua identidade. Ontem mesmo, um dia que eu diria de luto para Portugal, com a aprovação do Orçamento de Estado, com os votos dos deputados do PSD eleitos pelos Açores,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

A Oradora: ... assistimos ao designado Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta, que reuniu milhares de pessoas, entre os quais um largo grupo de sindicatos ligados à cultura, agentes culturais e grupos, por assim dizer, informais de trabalhadores da cultura, que lutam todos os dias, em condições de enorme precariedade, pela dignificação da cultura em Portugal.

Estiveram, pois, todas estas pessoas, todos estes trabalhadores exigindo o que há de mais legítimo e que é internacionalmente apontado como o patamar de investimento mínimo: 1% do investimento público para a cultura. Pois nos Açores temos cerca de 1,6% de investimento em cultura no Plano e Orçamento para a Região Autónoma para 2014, mesmo numa altura em que o investimento já não contempla, como ficou dito, grandes obras, pois estas estão em fase de franca conclusão.

Podemos não estar deslumbrados, mas penso que temos razões, todos nós, para estar satisfeitos com isto.

Posto isto, Sr. Secretário, gostaria de lhe perguntar de que forma é que se articula a anunciada revisão legislativa com a manutenção, ou mesmo ligeiro aumento, dos valores de investimento do programa 5.9 – Dinamização de Atividades Culturais. Ou, reformulando: deduzo, pelos números, que a revisão

legislativa não penalizará a cultura e os seus agentes, pelo contrário, mas gostaria, de facto, que explanasse melhor este aspeto.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pauli Estêvão, tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olha que não tens tempo!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve, necessária, mas muito breve. Já gastei 7 minutos do meu tempo e agora vou aproveitar apenas 30 segundos para responder ao Sr. Deputado José San-Bento e dizer-lhe o seguinte.

Sr. Deputado José San-Bento, os deputados da sua bancada querem falar, é fácil: eles para falarem o senhor tem que se calar!

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque o Sr. Deputado já aqui falou de saúde, já aqui falou num conjunto de generalidades, já aqui falou nos tempos regimentais.

Deputado Berto Messias (PS): E o Sr. Deputado continua a gastar o seu tempo!

O Orador: Eu vejo aqui clínicos da maior categoria, vejo profissionais da maior categoria,...

Deputado Berto Messias (PS): E o senhor vai gastar o seu tempo!

O Orador: ... nas diversas áreas, e o Sr. Deputado não se cala!

(Risos da câmara)

O Orador: Portanto, se os Srs. Deputados do Partido Socialista não têm tempo, a V. Ex.^a o deve. É o senhor não retirar o tempo...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... aos seus próprios colegas,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... aos deputados que partilham a sua bancada parlamentar.

E, depois, dizer-lhe, Sra. Presidente, termino já, generoso? Ah, 15 minutos é género, 2 minutos por cada programa que tem mais de 100 ou 200 ações é género! Oh, Sr. Deputado, ainda por cima temos que chegar à conclusão que tenho que lhe agradecer o facto do PPM aqui quase não poder falar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agradeça, agradeça!

(Risos de alguns Deputados do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não há dúvida de que terei de fazer aqui um esclarecimento, até porque já houve debate sobre esta matéria.

Eu relembro à câmara que a organização deste debate é feita com base no artigo 132º do Regimento,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: ... que diz que o tempo global é definido pela Conferência de Líderes e esta nossa Conferência de Líderes, aliás, como as do passado, tenta sempre que as suas decisões sejam unânimes,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas não foi!

Presidente: ... com bom senso e com consensos. Mas a verdade também é que o Regimento diz que quando não há consenso, as decisões são por maioria, porque nós vivemos em democracia.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: E é assim que as coisas têm que funcionar e esta casa é o maior símbolo da democracia.

E, portanto, é por isso que estes são os tempos que nós,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foram impostos!

Presidente: ... hoje, temos para debater.

São as regras da democracia,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Presidente: ... que nós, aqui, muito bem, todos representamos.

E, posto isto, vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 07 minutos.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

A Mesa ainda tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim, não há mais inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

Vou tentar responder muito sucintamente, e começo por agradecer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão as palavras que dirigiu, porque, de facto, nós estamos todos a trabalhar com o mesmo objetivo, e por isso agradeço, porque é sempre bom ver reconhecido por um partido da oposição o trabalho que o Governo faz.

Relativamente à questão que era a questão fundamental que me colocou dos maus resultados escolares. De facto, é isso que nós temos, mas não é por decreto, não é por disponibilização de muito dinheiro que vamos resolver o assunto. O assunto está dentro das escolas, está dentro dos modelos pedagógicos, também do envolvimento familiar das crianças com a escola.

Nós temos, neste momento, um conjunto de ações no terreno que, esperamos, irão produzir resultados. Agora, como sabe também, em matéria de educação, de um momento para o outro, não se pode obter aqueles resultados que gostaríamos de ter.

Eu anunciei, já anunciei várias vezes e referi aqui, as equipas de acompanhamento que estão a trabalhar nas escolhas do 1º ciclo. É fundamental, porque nós detetamos que havia muitos problemas de várias ordens, dentro das escolas do 1º ciclo e que tinham a ver com métodos de trabalho e, em alguns aspetos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem a ver com fome!

O Orador: ... com a formação dos professores.

Portanto, estamos a acompanhar os professores, temos programas como o Fénix, para recuperar crianças com problemas de aprendizagem, temos o programa Oportunidade, o reforço de Português e Matemática, enfim, um conjunto de medidas que estão no terreno e que estamos convencidos que produzirão efeito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já existia antes de os resultados piorarem!

O Orador: Agora, Sr. Deputado, não passaremos, de certeza, neste ano, do último lugar para o primeiro. Estamos a fazer todo o melhor e estamos a envolver as escolas, os professores, no sentido de eles se dedicarem e também terem um espírito de autocritica relativamente ao seu trabalho. Falo dos professores, educadores e dos gestores das escolas. É um trabalho que não tem repercussão no Orçamento, porque é uma questão essencialmente de

organização do trabalho escolar. Estamos a trabalhar nesse sentido e esperemos obter esses resultados.

Relativamente à Sra. Deputada Graça Silveira, nós temos no Plano algumas verbas consideráveis para aqueles assuntos que levantou.

Relativamente à Universidade dos Açores, nós estamos, só da parte da minha Secretaria, a investir na Universidade dos Açores cerca de mais 3 milhões de euros por ano. Estamos a falar nas bolsas de investigação, que são pessoas essencialmente da Universidade, estamos a falar em cerca de 20 projetos de investigação científica que estão a ser financiados, estamos a falar do apoio à tripolaridade, que este ano já vai em 371 mil euros,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E?

O Orador: ... mais os 350 que estavam previstos no Plano. Portanto, já estamos em 721 mil euros só no ano de 2013. E também há aquele, que era uma iniciativa, uma proposta do Programa de Governo, no sentido de incentivar o dinamismo da investigação científica na Universidade, em que o Governo disponibiliza 1 milhão de euros, que será aplicado de acordo com as capacidades que a Universidade tiver de desenvolver projetos.

Portanto, o Governo, sem ter a tutela da Universidade, está a criar condições para que a Universidade exista enquanto instituição, mantenha a sua tripolaridade e, ao mesmo tempo, mantenha aquilo que é essencial numa universidade, que é a produção de conhecimento científico.

Relativamente às bolsas, nós temos, neste momento, 109 bolseiros, porque, entretanto, vários já foram terminados, de investigação científica, bolseiros de doutoramento e de pós-doutoramento, estão a receber as suas bolsas integralmente, tal como estava previsto nos respetivos contratos.

Agora, e como eu anunciei aqui também, vai ser lançado à discussão, muito em breve, um documento que vai definir as linhas gerais da política científica da região e as novas bolsas, os novos bolseiros passarão a ser integrados nesse modelo. Ou seja, a nós não nos interessam bolseiros isoladamente, soltos,

interessa-nos bolsеiros que estejam ligados a projetos que sejam selecionados por equipas científicas externas, que não são controladas pelo Governo. É nesse sentido que nós entendemos que os bolsеiros devem funcionar: ligados a projetos e não a programas soltos, como a sua própria tese de doutoramento.

Neste ano não lançamos concursos exatamente por isso, porque temos aqueles que estão, neste momento, a receber as bolsas, que têm de apresentar os resultados do trabalho e do investimento que a região fez na sua formação e, em 2014, será apresentado, como anunciei, o novo modelo, ao abrigo do qual serão abertas candidaturas que passarão a funcionar em 2015.

Não temos, não queremos ter pressa, queremos fazer as coisas de um modo seguro e que seja, de facto, eficiente.

Relativamente ao Sr. Deputado Luís Rendeiro. Sr. Deputado, trazia a sua intervenção preparada de casa e não ouviu o que eu disse ali.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ouvi!

O Orador: Eu não vou ler outra vez a minha intervenção, mas relativamente à Biblioteca Pública de Angra, eu anunciei, já é público,...

Deputado Berto Messias (PS): Tem de ser mais versátil! Tem de se adaptar!

O Orador: ... que vai ser assinado nos próximos dias o contrato de empreitada. O Sr. Deputado disse que este ano, para 2014, está prevista a mesma verba de 2013. É verdade. Porquê? Porque se trata de uma obra que teve problemas, como sabe, e exatamente para evitar aqueles problemas que o Sr. Deputado referiu de custos, de revisões de preços, de trabalhos a mais, etc., foi necessário fazer uma verificação do construído. Temos a certeza que aquilo que está construído está em condições de...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há certeza?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ainda por cima! Sr. Secretário foi paga uma empresa de fiscalização com a obra parada!

O Orador: ... prosseguir até terminar.

Bom, nesse caso...

Não! Não! Neste momento, há!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não têm a certeza do que está construído está em condições!

O Orador: Não! Não! Eu não disse isso, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Disse, disse!

O Orador: Eu não disse isso, Sr. Deputado. O que eu disse é que foi necessário, durante o ano de 2013, de tomar essas cautelas.

Já está feito o contrato, vai ser assinado nos próximos dias, está em condições de ser assinado, e o contrato prevê a conclusão da obra em 6 meses. Portanto, no final do primeiro semestre de 2014 o edifício estará pronto para depois prosseguir a sua atividade.

Portanto, é isso no essencial. Estamos a trabalhar. Uma obra daquelas dimensões merecia que fossem tomadas essas precauções.

Sra. Deputada Zuraida Soares, aquelas bolsas de estudo a que se referiu não têm a ver com as bolsas de investigação científica, de doutoramento e pós-doutoramento, que são aquelas que estão na minha alçada.

Como eu já disse, nós, neste momento, temos 109 bolseiros de investigação de doutoramento e pós-doutoramento, e bolseiros que estão a trabalhar em centros de investigação que estão a receber as suas bolsas nos termos em que foram contratualizadas.

Também como anunciei, vai ser lançado o novo modelo de apoio à investigação científica que assentará, sobretudo, em projetos. Serão definidos alguns eixos que são considerados fundamentais para o desenvolvimento da região e os projetos serão candidatados ao abrigo, no âmbito desses eixos. E serão os projetos (depois isso será explicado mais tarde), neste momento, a ideia é que os bolseiros funcionarão no âmbito dos projetos.

Relativamente à questão dos docentes contratados do ensino não superior, eu devo recordar dois aspetos. Em primeiro lugar, os quadros da região estão providos. Os professores que são contratados são para aquelas necessidades

temporárias ou para substituir professores que não estão no ativo ou por outras razões de doença, como sabe.

Também como sabe, e já foi anunciado aqui, em 2014, haverá um concurso externo para prover aqueles lugares que, eventualmente, estejam disponíveis por outras razões. De qualquer maneira, é preciso salientar que os nossos quadros estão providos e estão providos por excesso, porque na maior parte das escolas temos um quadro de pessoal. Para termos a rácio que temos de um professor para cada nove alunos e uma média de dezoito alunos por turma, não é de certeza por termos professores a menos.

Portanto, esse assunto está devidamente consolidado.

Relativamente àquela diretiva europeia que referiu, o assunto está a ser estudado, porque nós contrataremos os professores que são necessários para o sistema, e só aqueles que são necessários para o sistema, tal como temos feito até aqui e como poderá verificar se passar pelas escolas, as necessidades das escolas estão satisfeitas no que diz respeito a educadores e a professores e também ao pessoal não docente.

Relativamente aos manuais escolares, uma questão que também foi levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima, os manuais fazem parte do pacote de Ação Social Escolar, como tem feito até aqui, de resto,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... e temos pronto, para trazer a esta Assembleia, o novo decreto que revê, introduz algumas alterações nesta matéria.

A Sra. Deputada também falou em cauções.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falei da escola do Alto das Covas!

O Orador: O que acontece é o seguinte. Quando se procede ao empréstimo de manuais escolares, os pais deixam uma caução na escola. Se o livro não é entregue, ou é entregue em mau estado, obviamente a caução não é devolvida.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas se é entregue em bom estado, a caução é mantida na escola!

O Orador: Se a Sra. Deputada conhece alguma situação dessas em que isso acontece, então fará o favor de dizer, mas a informação que eu tenho é: o contrato que existe é que o livro tem que ser devolvido em bom estado. Se não for devolvido, ou for devolvido em mau estado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Secretário, mas não é isso!

O Orador: ... obviamente a caução também não é devolvida. Isso é o que acontece em qualquer situação deste tipo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas não está a acontecer!

O Orador: De qualquer maneira, no diploma que temos já finalizado para trazer a esta casa serão definidos, com mais rigor talvez, os aspetos que têm a ver com os manuais escolares.

Quanto às bolsas de investigação científica. Sr. Deputada, como eu referi já muitas vezes, quer aqui, quer em todo o lado, todos os bolseiros que tenham contrato com o Fundo Regional de Ciência estão a receber a sua bolsa.

Aquela norma, aquele regulamento que saiu há pouco tempo refere-se aos novos bolseiros, não aos atuais. Os novos bolseiros estarão integrados em projetos. Eles não serão bolseiros porque são alunos da Universidade; eles serão bolseiros porque estão a trabalhar em projetos que foram classificados pelo seu interesse e qualificados pela sua qualidade para o interesse da região.

Os bolseiros passarão a ter benefícios que não tinham até aqui, benefícios sociais, incluindo licença de paternalidade e outros aspetos desse tipo.

Portanto, é um novo modelo, é um novo paradigma, mas, eu repito, os bolseiros serão apoiados pela região enquanto tal, porque estão ligados a projetos, não porque inscreveram um doutoramento na Universidade. O Governo entende que se deve financiar aqueles projetos que são essenciais, que são estruturantes para o desenvolvimento da região e que trazem retorno.

Portanto, é o novo modelo que fará parte do documento que eu anunciei e que será posto à discussão muito em breve.

Como sabe, a Universidade não é da competência da região, não é tutelada pela região e, portanto, nós não vemos a questão das bolsas de estudo como uma maneira de apoiar ou não apoiar a Universidade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Atrair investigadores para cá é uma maneira de apoiar!

O Orador: São coisas completamente diferentes.

A nossa relação com a Universidade, também já disse: apoiamos a tripolaridade, incentivamos diversos departamentos do Governo que encomendam serviços à Universidade, que são pagos. Estamos a falar da ordem dos 4 milhões de euros por ano que a região investe na Universidade sem ter, do ponto de vista organizativo, qualquer obrigação. A obrigação é apenas moral, é política, o Governo entende que é fundamental a tripolaridade e, como disse, este ano já ultrapassaram os 700 mil euros os apoios da região para o funcionamento da Universidade.

Sr. Deputado Artur Lima, relativamente ao Alto das Covas, à Escola do Alto das Covas. Não há intenção do Governo por si, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! O Governo é que define se vai fechar a escola!

O Orador: ... não há ...

Se o Sr. Deputado me deixar acabar a frase, ouvirá que não é intenção do Governo fechar a Escola do Alto das Covas. Não é intenção do Governo fechar a Escola do Alto das Covas. Portanto, ela continuará a funcionar como está a funcionar neste momento.

Relativamente aos manuais escolares, já respondi, de certa maneira, quando respondi à Sra. Deputada Zuraida Soares. Não tem ação própria, porque não precisa ter ação própria, porque se insere na ação do Plano que é a Ação Social Escolar. São apoios como a alimentação, como os transportes, como apoios para próteses, etc., são apoios sociais e, por isso, devem ser, fazem parte do

diploma da Ação Social Escolar, que será, como disse, em breve, apresentado nesta casa.

Sra. Deputada Renata Botelho, falou no pacote legislativo que tem a ver com a cultura. Neste momento, temos preparados oito diplomas, que serão apresentados a esta casa (aqueles que são legislativos regionais) e que foram preparados numa perspetiva sistémica no sentido de abranger o máximo possível, de um modo articulado, todas as áreas da cultura, seja do património, seja da atividade cultural.

No caso do património, teremos um diploma único que define as linhas gerais da política da região para a proteção o apoio e a salvaguarda do património cultural. Depois, haverá diplomas regulamentares, decretos regulamentares que se ocuparão especificamente da cidade de Angra, ou de Vila do Porto, ou do Corvo, ou de Santa Cruz, de todos aqueles lugares, aqueles sítios que têm conjuntos que são classificados e que têm um apoio especial.

Na área do apoio às atividades culturais é a mesma coisa. Nós temos um diploma que define o conjunto de apoios a todos, e não apenas às filarmónicas, os agentes culturais, e este diploma tem a virtude, em primeiro lugar, de procurar condicionar os apoios a uma maior articulação entre os vários agentes culturais. Por exemplo, uma filarmónica que trabalhe articuladamente com um grupo folclórico ou com uma outra instituição será beneficiada, será majorada por isso.

Portanto, este diploma, este conjunto pretende reforçar a capacidade de iniciativa e a qualidade dos agentes culturais. Ninguém ficará de fora dos apoios, mas ninguém receberá apoio igual para trabalhos diferentes. Serão beneficiados aqueles que apresentam melhor currículo e melhor capacidade de progredir e de apresentar qualidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, uma pergunta muito rápida.

Por aquilo que percebi da sua explicação, este ano não abre financiamento a projetos científicos, porque diz que não quer ter bolsas soltas, ou desagregadas, e, portanto, aquilo que pretende é, no futuro, ter aquelas bolsas associadas a projetos.

A minha pergunta é: vai voltar a abrir os projetos científicos como se fazia antigamente, ou seja, as bolsas científicas vêm incluídas no projeto científico?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, o projeto de DLR dos manuais escolares, aprovado nesta casa, artigo 1º, nº 2: “O presente diploma aplica-se aos alunos [aos alunos!] do ensino básico e secundário da Região Autónoma dos Açores, incluindo os beneficiários do Regime de Ação Social Escolar”, Sr. Secretário.

Portanto, os manuais escolares não são do Regime de Ação Social Escolar,...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Passam a ser!

O Orador: ... Sr. Secretário, e se o senhor não sabe, não digo que seja culpa exclusiva do Governo o que vou agora dizer, mas o Governo tem obrigação estrita de controlar isso e de ter uma inspeção de educação que vá ao terreno verificar o que eu vou dizer.

Sr. Secretário, o valor dos manuais escolares é indecorosamente descontado na Ação Social Escolar, ou seja, se um aluno tem direito a 200 euros, do escalão A, para a Ação Social Escolar, para comprar livros, cadernos, lápis borrachas, que é para isso que serve a Ação Social Escolar, quando vai buscar os manuais

escolares é-lhe indecentemente descontado nesse valor o valor dos manuais. Isso é ilegal, isso não pode ser feito e isso é um atentado à pobreza.

Deputada Zuraída Soares (BE): São pagos 4 ou 5 vezes!

O Orador: É um atentado à ajuda que se dá àqueles que não têm e isso justifica também o insucesso escolar, Sr. Secretário, juntamente com os 25 mil que estão na Ação Social Escolar, isto é também uma causa que contribui para o insucesso escolar. Isso é quase criminoso o que fazem alguns conselhos executivos. E o Governo tem a obrigação de controlar isso e evitar que isso seja feito.

É uma denúncia que fica aqui, com toda a frontalidade. Isso acontece em dezenas de escolas dos Açores, Sr. Secretário. Metem a mão no bolso aos alunos pobres. Os pobres estão a financiar o Governo e isso é inaceitável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é! São mais vulneráveis! É mais fácil!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade, Berto Messias! Isso, por acaso, é lamentável!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo...

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à Sra. Deputada Graça Silveira, a minha resposta é: sim.

Relativamente ao Sr. Deputado Artur Lima, a minha resposta é: os manuais escolares passam a ser integrados no diploma da Ação Social Escolar, que será em breve apresentado.

Relativamente aos casos que sugeriu, e que eu não conheço,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas são muitos, Sr. Secretário!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pagam!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São muitos!

O Orador: ... mas que serão devidamente investigados, neste momento, o que está a ser feito é a cumprir-se a legislação que está em vigor.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não está! Não estão a cumprir!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está! Estão a violar e legislação!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, duas questões muito rápidas.

A primeira prende-se com um recente movimento de descontentamento que se verifica entre pais, encarregados de educação e professores das escolas Francisco Ornelas da Câmara e Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória, havendo mesmo a circular um Abaixo-assinado contra o fim do 3º ciclo na Escola Francisco Ornelas da Câmara e a transferência desses alunos para a Escola Vitorino Nemésio.

Os pais preferem que os filhos que iniciaram o 2º ciclo na Francisco Ornelas da Câmara façam lá também o 3º ciclo; os professores receiam que a transferência dos alunos para a Vitorino Nemésio vá reduzir o número de turmas, reduzindo também o número de professores e lançando mais professores para o desemprego, e sabe-se que a Vitorino Nemésio não possui as mesmas condições físicas que possui a Francisco Ornelas, que é um edifício de construção muito

mais recente e, portanto, melhor equipado, nomeadamente no que diz respeito aos laboratórios.

A minha pergunta é no sentido de saber se o Sr. Secretário pretende levar esta medida avante, mesmo contra a opinião de professores e encarregados de educação, e se sim, o que é que vai fazer às salas que vão sobrar na Escola Francisco Ornelas da Câmara? Pergunto se vai encerrar mais escolas do 1º ciclo, nas freguesias, transferindo para lá esses alunos? Essa é a primeira questão.

A segunda tem a ver com o facto de eu ser uma leitora assídua do folheto de que o senhor é autor.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

No número 618, o senhor faz uma análise sobre as causas do insucesso escolar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esse já é antigo!

A Oradora: ... perguntando mesmo o que é que se passa com a nossa educação, e conclui que isto está na massa do sangue. Diria, se fosse fatalista, que estava na massa do sangue. Falando mais político, diz que está no ADN das famílias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: Ora, o Plano não reflete nada no sentido de resolver esta situação do problema das famílias. Se isto está no ADN das famílias, então o que é que o senhor pretende fazer para resolver o problema?

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Judite Parreira, relativamente à questão que pôs da Francisco Ornelas da Câmara/ Vitorino Nemésio, coloca-se também relativamente à EBI de Angra e a Gerónimo Emiliano de Andrade.

Acontece que na região, em todas as ilhas, em todas as localidades onde existem escolas secundárias e escolas básicas integradas (e estamos a falar de Ponta Delgada, estamos a falar da Horta, estamos a falar de outras localidades em que isso acontece), a norma é essa.

O 3º ciclo está na escola secundária; a escola básica integrada tem o pré-escolar, 1º e 2º ciclos.

Apenas na Terceira, e exclusivamente por interesses que não têm nada a ver com educação nem com sistema educativo, é que a Francisco Ornelas da Câmara e a EBI de Angra continuaram a ter 3º ciclo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Que interesses? Mas que interesses, Sr. Secretário?

O Orador: A norma, em toda a região, é exatamente o contrário.

Eu vou, na próxima semana, visitar estas escolas exatamente para falar nessa matéria. Já está agendada essa reunião.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas que interesses são esses?

O Orador: De qualquer maneira, a questão é esta: o Governo vai funcionar de acordo com a funcionalidade do sistema e não porque há movimentos num sentido ou noutro, ou não porque uma escola é mais nova é e, portanto, o meu filho vai para a outra escola que é mais nova. Não, Sra. Deputada, isso não é critério.

Os meninos do 3º ciclo ficarão, como acontece em todas as outras ilhas, na escola secundária; as escolas básicas integradas apenas terão até ao 2º ciclo. Os professores acompanham os respetivos alunos.

É dentro do mesmo concelho, são obrigados a isso, não tem nada a ver com despedimento de pessoas, tem a ver apenas com a lógica do sistema.

O Governo não tenciona encerrar escolas nas freguesias rurais e, portanto, a questão também não se põe por aí.

Relativamente ao insucesso escolar, Sra. Deputada, todos nós sabemos que uma criança que não tem um ambiente familiar adequado, que não tem condições em casa para estudar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso não é genético!

O Orador: ... cujas famílias não valorizam a aprendizagem, não podem ser bons alunos, na generalidade. Obviamente a escola não pode resolver os problemas das famílias, mas está a resolver os problemas dos alunos dentro da escola.

De facto, o problema do insucesso escolar é um problema social, não é apenas um problema da escola.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouviu, Sra. Secretária Regional?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Penso não haver mais inscrições.

Vamos então avançar para as intervenções de tribuna.

Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As políticas educativas promovidas pelos Governos Socialistas, durante os últimos anos, caracterizam-se pelo grande crescimento na qualificação das nossas crianças e jovens.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os resultados estão à vista!

O Orador: A Educação é um instrumento fundamental para a coesão social, pois com a promoção dos indivíduos, podemos efetivamente transformar a sociedade, reduzindo as barreiras sociais e promovendo a valorização pessoal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dezassete anos!

O Orador: O Parque Escolar foi ao longo dos governos do PS substancialmente intervencionado, em todas as ilhas da nossa Região, sendo mesmo um exemplo a nível nacional, no entanto, ainda existem alguns investimentos que consideramos prioritários, e que estão contemplados no orçamento para 2014.

Destacamos a conclusão das obras da ES Domingos Rebelo, a grande requalificação da EBI da Horta e a construção das novas instalações da EBS de Velas, assim como, o início da construção da EBS das Lages do Pico, da EBI da Ribeira Grande e EBS da Calheta.

Destacamos também, e de acordo com a Carta Regional de Obras Públicas, a revisão dos projetos da segunda fase da EBI da Horta, da construção do edifício principal da EBS de Rabo de Peixe, das novas instalações da EBI Canto da Maia e da EBI de Arrifes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os resultados?

O Orador: Porém, nunca é demais recordar que o desafio central da nossa política educativa é o sucesso escolar dos nossos alunos, pois dele depende uma educação democrática, uma educação que lide com as desigualdades sociais, económicas e geográficas. Queremos formar as nossas crianças e jovens com base em objetivos ambiciosos nos conhecimentos e na cidadania, reforçando a nossa sociedade, em torno de valores comuns, como o valor da educação.

Para ultrapassar este desafio, no presente ano letivo, as unidades orgânicas, foram dotadas de meios acrescidos, sendo disponibilizados às escolas um crédito horário letivo adicional, para cada turma, de 90 minutos semanais a Português e Matemática, a afetar a uma ou a ambas as disciplinas, alargou-se o Projeto Fénix a 17 unidades orgânicas, no sentido de promover a integração

mais efetiva dos alunos, reforçando aquilo que defendemos para o sistema educativo dos Açores, uma Escola Inclusiva. Criou-se uma equipa de apoio de 10 professores que vão acompanhar os docentes no 1º ciclo de escolaridade de toda a região, este esforço está também presente na diversificação da oferta formativa ao nível do secundário.

Porque, sem um bom nível de qualificação e formação da nossa população, não podemos construir uma sociedade evoluída cultural, científica, tecnológica e economicamente, mas com um bom nível permite-nos transformar a informação em conhecimento e o conhecimento em “riqueza produtiva”.

O nosso caminho será o da exigência, mas também o da inclusão, para que todos os alunos não abandonem precocemente a escola, é neste caminho que devemos centrar as nossas energias, numa lógica de união de esforços, aliás naquilo que defendemos, como sendo, um pacto de estabilidade para o projeto educativo da nossa região, foi aliás por via da ação dos governos do PS que se trouxe todos para a escola, quer por via da inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais, quer no apoio às escolas profissionais ou mesmo com a criação de projetos pedagógicos como o PROFIJ.

Estabilidade esta que tem vindo a ser consolidada, por exemplo, no quadro de docentes nas escolas dos Açores, com um número de alunos por turma inferior ao que se verifica nas outras escolas do país, com uma dotação de docentes de educação especial, respondendo às necessidades, com o apoio às famílias nas diversas componentes da ação social escolar, nomeadamente, refeições, transportes, seguro escolar e manuais escolares.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós orgulhamo-nos do nosso percurso no desenvolvimento educativo dos Açores, acreditamos que estamos na direção correta.

No entanto, a nossa postura é a de não baixar os braços, mas sim a de continuar a trabalhar para melhorar os resultados escolares, estabelecendo metas

ambiciosas, a cumprir por todos os agentes do sistema educativo, sempre com o aluno no centro do processo educativo.

Felizmente, vivemos nos Açores, pois os alunos e os docentes que são tutelados pelo Ministério da Educação não podem dizer o mesmo, esses sentem todos os dias, o esmagamento que se está a implementar à escola pública, com um número de alunos por turma excessivo,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Uma cassetete!

O Orador: ... com a respetiva redução abrupta do número de professores a lecionar, sendo estes...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E resultados?

O Orador: ... convidados a rescindir os seus contractos sem direitos válidos e consistentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E rankings?

Deputado Luís Garcia (PSD): Ranking é um bom termo!

O Orador: Variados estudos científicos apontam para uma clara relação entre a atividade física e o rendimento escolar, e aqui mais uma vez os Açores são um exemplo, promovendo o desporto e a prática da atividade física desportiva, aproveitando o enquadramento pedagógico e multidisciplinar do sistema educativo e contribuindo para o desenvolvimento global do aluno.

Os Jogos Desportivos Escolares...

Deputado Luís Garcia (PSD): Acabaram!

O Orador: ... constituem-se como um projeto único e regional, um projeto verdadeiramente açoreano, como um ponto de encontro entre o complemento curricular da Educação Física e o processo desportivo, assumindo-se como um ponto alto do Desporto Escolar Regional.

É inequívoco o potencial da Educação e do Desporto como instrumentos promotores da inclusão social, integração e igualdade de oportunidades. Numa sociedade que se pretende cada vez mais solidária, tolerante e inclusiva, importa impulsionar e operacionalizar iniciativas que ponham em prática estes valores,

sendo exemplo disso a integração de alunos do regime educativo especial nas comitivas participantes nos Jogos Desportivos Escolares...

Deputado Luís Garcia (PSD): O Deputado San-Bento vai corrigir isso!

O Orador: ... que este ano completam 25 anos de existência,

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor vai ter que apresentar um voto de congratulação!

O Orador: ... que são nossos, não existem a nível nacional, e não há projeto em Portugal com tal longevidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): São 25! Não são 16!

O Orador: Sabemos que nem tudo está feito, mas também sabemos que foi graças aos Governos do Partido Socialista que no nosso dia-a-dia podemos apreciar a diferença que nos separa de há uma década.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Temos a perfeita consciência que o sucesso educativo de uma sociedade, que como a nossa partiu de patamares baixos, não se faz num curto espaço de tempo, faz-se com planeamento e com visão a longo prazo,...

Deputada Benilde Oliveira e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e, como indicam os relatórios europeus, já percorremos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é uma crítica aos anteriores secretários da educação?

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem eram eles? A Sra. Deputada Cláudia?

O Orador: ... um longo caminho num curto espaço de tempo, no entanto, ainda temos de ser capazes de alcançar mais em menos tempo, de preferência com a colaboração de todos, incluindo as diversas cores políticas presentes aqui neste parlamento.

Foi com o Partido Socialista que se trouxe os alunos às escolas...

Foi com o Partido Socialista que se criaram as condições e as estruturas...

Foi com o Partido Socialista que aumentamos a estabilidade do nosso corpo docente...

E será com o Partido Socialista que continuaremos a trabalhar para o sucesso educativo das crianças e dos jovens dos Açores.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São os jovens que estão no desemprego!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Garcia (PSD): Não falou nos resultados! Isso é que é importante!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo:

Quem estuda e conhece o funcionamento político-administrativo dos Açores nos séculos XIX e XX, anteriores à atual Autonomia, sabe bem as dificuldades por que passavam as populações açorianas e conhece bem o muro de silêncio e de incompreensão que tantas vezes os responsáveis locais enfrentavam para poder resolver pequenos problemas que impunham rápidas soluções. O centralismo do Terreiro do Paço e a insensibilidade dos governos de Lisboa é e foi sempre um obstáculo e um entrave poderoso ao exercício local do poder e à implementação das muitas medidas que o atraso a que as ilhas açorianas foram votadas exigia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A Autonomia Regional que o 25 de Abril de 1974 nos facultou, tem permitido trilhar nos Açores e na Madeira os caminhos do progresso e do desenvolvimento.

Em termos de exercício do poder, em termos de proximidade às populações, em termos de capacidade de compreensão dos problemas e das dificuldades, em termos de facilidade de encontrar soluções mais rápidas, é um bem inestimável termos nos Açores os nossos órgãos de Governo próprio e de eles nos serem próximos.

Nestas quase quatro décadas de regime autonómico, os Açores conheceram enormes avanços que marcaram uma clara e significativa rutura com um passado de abandono, esquecimento e submissão ao centralismo de Lisboa.

A Autonomia Regional, filha do 25 de Abril, assumiu-se como um projeto descentralizador e inovador, pensando os Açores como uma Região única, composta de nove ilhas, com idênticas aspirações e direito ao desenvolvimento integral e harmonioso.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo:

Um dos pilares do nosso edifício autonómico é a Universidade dos Açores.

A criação da Academia Açoriana foi, como reconheceu o Prof. Machado Pires, “Uma espécie de salto na história, um abrir do pano para uma peça que se não encenou, um rasgo para o desconhecido, um soltar de aspirações recalçadas.”

E, ao mesmo tempo, que protagonizava esse “salto na história”, a Universidade dos Açores assumiu “a descontinuidade da geografia e o sentido da história” e transformou “a organização multipolar (...) em inevitabilidade e em solução, isto é, no modelo obrigatório e justo, que melhor garante a harmonia do desenvolvimento regional”. (Citei o Prof. Avelino Meneses, anterior Reitor da UAç).

O êxito da opção pela organização tripolar da Universidade dos Açores como forma de expressar a sua vocação unificadora dos interesses e do desenvolvimento regional é, portanto, um ensinamento e um sinal que a Universidade deu e dá ao poder político e à sociedade açoriana: a tripolaridade administrativa é uma opção correta, é uma opção necessária ao equilíbrio regional e é a melhor resposta às nossas raízes culturais e sociológicas, determinadas por quinhentos anos de História.

Neste contexto, como também reconheceu o Prof. Avelino Meneses, “o acréscimo substancial dos custos de financiamento não representa propriamente um dispêndio improdutivo, uma vez que corresponde a um meio inevitável da obtenção de um fim acertado.”

São de todos conhecidas as dificuldades por que passa a Academia Açoriana. E elas resultam naturalmente de múltiplos fatores. Desde logo de opções de gestão interna que não se revelaram as mais adequadas. E resultam também do facto de parte significativa do financiamento público que recebe ser canalizado para a investigação dedicada e não apenas para o ensino superior.

Por outro lado, já há largos anos que os governos da República vinham a alterar a fórmula do financiamento às Universidades e essa alteração foi sempre na intenção genérica da redução das verbas a elas destinadas. E isso começou a conduzir paulatinamente as Universidades mais periféricas, de menor dimensão, inseridas em comunidades demograficamente mais limitadas e com menor capacidade de atração de alunos, como é o caso da Universidade dos Açores, a sofrer de forma mais dura os cortes no financiamento público.

Finalmente, é imperioso que se enquadrem as dificuldades da Universidade dos Açores no contexto do Programa de Assistência Financeira UE/FMI que Portugal assinou em 2011, e onde se comprometeu à redução da despesa pública, o que conduziu à diminuição do financiamento público às Universidades e, no caso concreto, determinou a atual asfixia financeira da Universidade dos Açores.

É inquestionável que o financiamento das Universidades é uma responsabilidade clara do Governo da República. Mas, apesar disso, desde há alguns anos, o Governo Regional dos Açores tem vindo, e bem, a inscrever em Plano e Orçamento da Região uma verba destinada a apoiar a Universidade dos Açores nos custos com a tripolaridade, reconhecendo que é essa uma questão importante de desenvolvimento regional.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores membros do Governo:

Na sequência das reuniões de trabalho que o PSD-Açores manteve com responsáveis da Universidade dos Açores ficou claro que esta instituição atingiu o seu limite de capacidade em reduzir despesas e de se tentar acomodar aos sucessivos cortes de financiamento da República.

A não ser encontrada uma solução, o cenário mais provável que se coloca é o encerramento de muitos serviços e a redução drástica de colaboradores da Academia açoriana.

Nessa medida e neste contexto em que está iminente o dismantelar de muito do que conhecemos como sendo a Universidade dos Açores, impõe-se um esforço acrescido da Região para salvaguardar a integridade mínima daquele que justamente consideramos ser um dos pilares essenciais da nossa Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Entende o PSD que ao Governo da República se exige que assegure o financiamento do Ensino Superior e da Investigação Universitária.

Mas à Região, no contexto presente, impõe-se, por um lado, que continue a apoiar a tripolaridade da Universidade dos Açores mas, por outro, que dê também atenção especial à Investigação Dedicada que se faz na nossa

Universidade e que tenha por base Protocolos de Investigação Estratégica para a Região Autónoma dos Açores.

Propomos, por isso, globalmente, reforçar em 650 mil euros as verbas que já estão contempladas no Plano do Governo como forma de contribuir para a estabilização mínima exigível da situação financeira da Universidade dos Açores e destinados especificamente à tripolaridade e à Investigação Dedicada. Com isso, estaremos também a ajudar a consolidar um dos pilares da nossa Autonomia.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Felicitar o Sr. Deputado Costa Pereira pela pertinente e importante intervenção que fez sobre um dos pilares da autonomia que é, efetivamente, a Universidade dos Açores. Mas creio que, tendo esta visão, o senhor devia ter insistido um pouco mais no facto do destrato que estão a ter todas as academias a nível nacional.

O seu discurso, de facto, é um discurso muito construtivo para a nossa academia, mas o senhor não pode, de todo, descontextualizar que o seu partido e o CDS, a nível da República, é o partido que, neste momento, e o Governo que, neste momento, está em rutura, porque os reitores de todas as universidades do país se recusaram falar com o ministério...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... devido ao Orçamento de Estado para 2014.

O senhor falou da dificuldade da Universidade dos Açores enquanto uma academia de ultraperiferia, as mais periféricas. Não, Sr. Deputado. Os reitores de todas as universidades do país entraram em rutura e recusam conversa com o Ministério da Educação e Cultura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mesmo para coçar na cabeça!

A Oradora: Portanto, o ensino superior, o Governo do PSD e do CDS, na República, que é de quem depende o financiamento das universidades, como o senhor bem disse, é o PSD e o CDS que estão a estrangular e que estão a acabar...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... com o ensino superior. Está em rutura nítida.

É uma responsabilidade do seu partido a nível nacional.

O senhor falou do decréscimo, ao longo do tempo, das verbas para o ensino superior, mas, neste momento, já não é um decréscimo, foi um fechar completo de financiamento que,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... pura e simplesmente, está a pôr em causa o ensino superior público no Estado Português em todo o território.

A nossa universidade tem a grande discriminação positiva de ter um Governo Regional que apoia, dentro das suas possibilidades e dentro do grande reconhecimento que tem como um pilar para a nossa autonomia, mas não pode, de todo, querer mascarar-se o que é feito a nível nacional em termos de todas as universidades.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Costa Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço a intervenção da Sra. Deputada Catarina, que só veio corroborar aquilo que eu genericamente tinha dito,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito genericamente!

O Orador: ... no sentido das dificuldades por que passa o ensino superior em Portugal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E eu referi isso e disse (que me parece que é uma questão consensual) que se essas dificuldades atingem genericamente o ensino superior, em Portugal, elas são acrescidas para as instituições mais periféricas e para as universidades mais periféricas,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como é o caso da Universidade dos Açores.

E, portanto, se as dificuldades são de todos, para as mais pequenas e mais periféricas são maiores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Claro!

O Orador: E é essa a realidade que afeta a Universidade dos Açores, e foi isso que eu ali disse. Daí que, em circunstâncias especiais e acrescidas, se justifiquem medidas excecionais e acrescidas,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que é isso que o Governo Regional já, de alguma maneira, está a fazer há alguns anos, com a questão do apoio à tripolaridade e como é o que está disposto a fazer este ano com a inscrição de 1 milhão de euros...

Deputado André Bradford (PS): Os Srs. Deputados fizeram alguma proposta de alteração? Disseram isso lá fora?

O Orador: ... numa verba para apoiar a universidade na questão dos protocolos. E, portanto, isso é o que está a ser feito e muito bem feito pelo Governo Regional e o que nós estamos a propor é, na sequência das reuniões que tivemos, fazer um pequeno aumento nessas verbas, que atinge no seu total aquilo que os responsáveis da universidade com quem falámos consideram ser o mínimo exigível...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para que a universidade possa ter a sua viabilidade financeira mínima garantida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, estamos a falar no mesmo registo e não vale a pena procurar inventar novamente o problema do relacionamento com a República, porque vamos outra vez para um debate estéril, porque o debate estéril com a República é absolutamente estéril,...

Deputado Berto Messias (PS): É estéril porque não dá jeito!

O Orador: ... porque os senhores só se lembram de uma parte da história.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouça, ouça!

O Orador: Os senhores só se lembram da parte dos últimos tempos e deste Governo, e lembram-se sempre da mesma conversa e sempre pela mesma cassette. Porque se eu quisesse...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, fartamo-nos de dizer isso!

O Orador: ... lembrar os Srs. Deputados sobre a outra parte da história, que é a parte em que o país foi obrigado a pedir o resgate que,...

(Apartes inaudíveis das bancadas)

O Orador: ... neste momento, está a ser vítima, e se eu quisesse, ainda ir mais para trás,...

Deputado Berto Messias (PS): É sempre a mesma cassette!

O Orador: ... eu perguntava onde é que...

Oh, Srs. Deputados, vamos lá a ver uma questão.

Deputado José Contente (PS): Passava para a Irlanda, para a Itália!

O Orador: Eu também tenho resposta para o Sr. Secretário, se quiser (na altura em que o senhor era Secretário!).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: As dificuldades das universidades portuguesas começaram quando os governos da República, e não foram só do PSD, como vamos ver, começaram a alterar a lei do financiamento às universidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: Ora aí está!

Eu gostava de saber onde é que estava a grande indignação dos deputados do Partido Socialista contra a lei de 2007, do Governo de José Sócrates, que reduziu o financiamento das universidades.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: E, portanto, se os senhores querem...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ainda vai dizer que a culpa é de Afonso Henriques!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa tem direitos de autor! Mas não era D. Afonso Henrique, era Diogo de Silves!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ai tem?!

O Orador: ... levar o debate para esse ponto, eu pergunto: em 2005, o financiamento às universidades portuguesas (está aqui um documento dos reitores) era de 745 milhões de euros; em 2008, logo após a aprovação da lei de José Sócrates de 2007, esse financiamento ficou reduzido para 610 milhões. E, portanto, onde é que estava a vossa indignação?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: E, portanto, já todos os açorianos perceberam qual é a vossa estratégia: tudo o que está mal a gente não tem culpa, é o Governo da República.

Deputado Francisco César (PS): A gente é que tem culpa?

O Orador: Mas não é isso que interessa, porque a questão da Universidade dos Açores é mais importante do que essa visão distorcida da realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Costa Pereira, a intenção não era, de facto, pô-lo enervado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Enervado?

(Risos dos Deputados do PSD)

A Oradora: A questão é que não basta o senhor vir aqui com pezinhos de lã quando ainda ontem os deputados do PSD-Açores votaram o Orçamento de Estado na República favoravelmente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem tudo a ver!

A Oradora: O Orçamento de Estado que afoga e corta todo o financiamento possível para o bom funcionamento das academias, incluindo a Universidade dos Açores.

Portanto, os seus pezinhos de lã aqui não mascaram o voto a favor...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... do Orçamento de Estado dos deputados do PSD-Açores na República.

Era essa parte que há bocadinho não disse e os seus pezinhos de lã não disfarçam.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é isso?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Costa Pereira traz, a propósito da Universidade dos Açores, uma intervenção que me parece chamar a atenção para um problema mais vasto. Com esta intervenção não está apenas em causa a Universidade dos Açores; está em causa uma determinada conceção daquilo que deve ser a autonomia,...

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e, sob o manto diáfano da oratória do Sr. Deputado Costa Pereira, há algo que fica (e é uma matéria que acho que deve ser discutida do ponto de vista político) que é: será que...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem relevância!

Deputado Luís Garcia (PSD): Afinal, os irrelevantes trazem alguma coisa de útil!

O Orador: ... a autonomia deve ser...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quando era o seu partido é que era boa!

O Orador: ... a forma pela qual os açorianos paguem aquilo que, sendo o dever da República, a República se recusa assumir?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é assim!

O Orador: Isso não tem a ver com governos, isso tem a ver com uma discussão mais vasta, porque reparem: a autonomia deve servir para os açorianos pagarem a Universidade dos Açores; a autonomia deve servir para os açorianos pagarem a RTP-Açores; a autonomia deve servir para os açorianos acudirem à função pública; a autonomia deve servir para os açorianos acudirem a pensionistas e reformados;...

Deputado Francisco César (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a autonomia deve servir para os açorianos acudirem à falta de equipamentos das forças de segurança;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deve servir, deve!

O Orador: ... a autonomia deve servir, se Deus não pode, até para acudir àquilo que pode ser um isentar de responsabilidades da República naquilo que são as obrigações de serviço público de transporte aéreo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: É essa a autonomia que nós queremos? É para isso que existe a autonomia dos Açores?

Eu não ponho em causa, e tanto é que consta do Plano, aquilo que deve ser o interesse da própria região em apoiar a Universidade dos Açores, mas nós já não estamos a falar só disso, nós estamos a falar se a autonomia deve ser o pretexto para que os açorianos paguem aquilo que, sendo a obrigação da República, ela se recusa a assumir.

Essa é uma das questões que está em causa neste momento. Porque se é assim, e aí deixando a questão mais geral, a questão mais estrutural do ponto de vista de como todos nós, independentemente das questões partidárias, devemos encarar este assunto ou refletir sobre ele, e passando por uma questão mais concreta e mais específica que tem a ver claramente com quem suscita este assunto.

O Sr. Deputado Costa Pereira diz que todos os açorianos já perceberam não sei bem o quê em relação ao PS. Oh, Sr. Deputado, os açorianos podem ter percebido muita coisa em relação ao PS, mas os açorianos também já

perceberam em relação ao PSD: é que o mesmo partido que nesta Assembleia diz que os açorianos devem pagar a Universidade dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade! Não apoiado!

Deputado Duarte Freitas (CDS-PP): Demagogia pura e simples!

O Orador: ... é o mesmo partido que na Assembleia da República concorda que o Governo da República corte no financiamento da Universidade dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Costa Pereira, tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma mentira repetida muitas vezes não se torna verdade!

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Eu lamento que uma questão que devia ser uma questão consensual e que nos devia unir a todos esteja a provocar uma cisão por uma questão de mero interesse político circunstancial.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: E por uma questão circunstancial eu explico porquê, Sr. Presidente. É porque as suas preocupações sobre aquilo que a autonomia deve pagar ou não pagar hoje devem ser as mesmas preocupações sobre o que a autonomia devia ou não pagar há anos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Lá voltamos ao D. Afonso Henriques!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Custa a ouvir, mas é verdade!

O Orador: E, portanto, Sr. Presidente do Governo, o DOP, que é só este exemplo que lhe vou dar de muitos outros que podia juntar hoje, o Departamento de Oceanografia e Pescas, que eu saiba, sempre pertenceu à Universidade dos Açores, foi sempre parte da Universidade dos Açores e quando o Governo da República de José Sócrates com Mariano Gago cortou as verbas para o DOP, o que é que vocês fizeram? Eu vou ler as declarações do Sr. Secretário José Contente.

“O Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos afirmou hoje, na Horta, que as novas instalações do DOP, inauguradas este mês, no Faial, são a prova concreta do apoio do Governo à Universidade.”

Deputado José Contente (*PS*): Claro!

O Orador: Eu achava que o DOP, naquela altura, também era responsabilidade do Governo da República, ou não?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: E mais. Dizia o senhor:...

Deputado José Contente (*PS*): Isso é mau?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Mas não devíamos pagar!

O Orador: ... “Nas obras do DOP foram investidos 6 milhões de euros, dos quais 5 milhões suportados pelo Governo Regional”.

Oh, Sr. Secretário,...

Deputado José Contente (PS): E isso é negativo?

O Orador: ... oh, Sr. Presidente,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Entendam-se!

O Orador: ... isto não era responsabilidade da República? E os senhores pagaram? E agora não havia autonomia?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos do PSD)

O Orador: Nessa altura, não havia problemas de autonomia?

Os senhores assumiram este custo e fizeram muito bem.

Vozes de alguns Deputados do PS: Ah! Ah!

O Orador: E concordamos. Agora, os senhores não podem é dizer: “Há uns anos, nós assumimos e não havia problema, e agora vamos assumir e esses senhores da República não merecem a nossa consideração”.

E, portanto, Sr. Presidente, isso não é assim.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Se pagam, pagam; se não pagam, não pagam!

O Orador: E já que o senhor quer falar nos deputados à Assembleia da República, pergunte ao Sr. Secretário que está aí atrás, que era deputado, qual foi o sentido de voto dele na Lei nº 62/2007, Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, que aprovou a redução do financiamento às universidades.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isto é que se chama uma entrada por trás!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, vamos prolongar por alguns minutos mais os nossos trabalhos, para podermos concluir este debate.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quem ouvisse o Sr. Deputado Costa Pereira, até parece que o Governo está a dizer, “Nós não pomos um cêntimo que seja na Universidade dos Açores”.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Ah! Ah!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem! Agora sim!

O Orador: Quem ouvisse o Sr. Deputado Costa Pereira,...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Quem o ouvisse parecia que sim!

O Orador: Oh, Srs. Deputados, só agora, com esta minha conversa, é que se aperceberam que o Governo...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Agora sim! Agora melhorou!

O Orador: ... está a pôr dinheiro na Universidade dos Açores?

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O Plano foi entregue há quase um mês!

Mas quem ouvisse o Sr. Deputado Costa Pereira, até parece que o Governo não põe dinheiro na Universidade dos Açores!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Já pôs mais!

O Orador: Até parece que o Governo não pôs dinheiro na Universidade dos Açores!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Mas aquilo que o Sr. Deputado considera ser o grande argumento para a sua posição é afinal o argumento que destrói e que coloca à evidência a contradição em que o PSD cai neste momento. Por quê? Porque todo este financiamento, os mais de 10 milhões de euros que foram colocados na Universidade dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Os senhores são uns anti autonomistas. Está à vista!

O Orador: ... em termos de infraestruturas, o DOP, por exemplo, aquilo que o Governo tem apoiado, ao longo dos anos, a Universidade dos Açores, serve o quê? Serve para, garantido um núcleo essencial de funcionamento da universidade, melhorar a forma como ela pode servir a região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Parece o PSD a falar!

Deputado Luis Rendeiro (PSD): Ainda vai ser acusado de ser do PSD!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: E essa posição tem-se mantido, mas hoje, aqui, não é isso que nós estamos a discutir.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ainda vai ser acusado de ser do PSD!

O Orador: Hoje, aqui, o que nós estamos a discutir é se, para existir a Universidade dos Açores, a região é que se tem de chegar à frente;...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... se, para existir a Universidade dos Açores, os açorianos é que têm que pagar.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: E essa é que é a diferença!

E, portanto, aquilo que o Sr. Deputado Costa Pereira julga que é o grande argumento para apontar uma contradição no Governo e no PS é, afinal,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é muito rebuscado!

O Orador: ... o argumento que demonstra que quem anda aqui a saltitar de posições é o PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Era o que faltava!

O Orador: Quem anda aqui com duas caras,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nem o senhor acredita nisso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, nem a sua bancada do senhor convence!

O Orador: ... nesta questão da Universidade dos Açores, não é o Governo nem o Partido Socialista, porque o Governo ou os Governos do Partido Socialista apoiaram no passado, conforme disse o Sr. Deputado Costa Pereira,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que confusão!

O Orador: ... apoiam no presente, conforme diz a proposta do Plano e Orçamento deste Governo, e, se Deus nos der vida e saúde, havemos de apoiar no futuro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem tem duas caras na Universidade dos Açores é o PSD, que na República vota a favor de cortar o financiamento à Universidade dos Açores e aqui quer que sejam os açorianos a pagarem a Universidade dos Açores.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

(Burburinho geral)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor fez uma pirueta, ao Sr. Secretário Luiz Fagundes Duarte!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Estão todos com vontade de ir almoçar, também eu!

Ainda darei a palavra ao Sr. Deputado Costa Pereira.

Sr. Deputado Costa Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Devagarinho, o senhor vai-se aproximando daquilo que nos interessa...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: ... e, no fundo (e isso é que é o mais importante), daquilo que nos une na defesa de uma instituição que é um pilar da autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, sobre essa questão e sobre a importância da Universidade dos Açores, eu relevo a sua primeira intervenção, porque, provavelmente, não ouviu aquilo que eu disse na tribuna.

Sobre a questão da República, que é aquilo que, neste momento, ainda continua a querer cavalgar, eu só lhe dou um conselho sincero: olhe para trás e pergunte ao Sr. Secretário Luiz Fagundes Duarte qual foi a posição que ele tomou quando aprovou... Aliás, o Partido Socialista foi o único que votou a favor da lei da alteração do financiamento das universidades e que determinou o início deste ciclo que nós, hoje, estamos a sofrer no ensino superior em Portugal.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputado, para que também fique claro como irei conduzir o restante tempo que temos, eu vou dar mais cinco minutos para o debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto agora estava a ficar bom!

Presidente: A partir daqui, não irei permitir mais inscrições para podermos fazer a interrupção para o almoço.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Costa Pereira, devagarinho, devagarinho,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Com pezinhos de lã!

O Orador: ... lá está o senhor a tentar fugir com o rabo à seringa!

(Risos das bancadas)

O Orador: Mas então vamos a isso.

A teoria do Sr. Deputado Costa Pereira é que as universidades portuguesas funcionam ao retardador. Ou seja, há uma lei que é aprovada, em 2007, e, em 2013, por causa dessa lei, os reitores recusam-se a falar com o Governo.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Está certo!

O Governo atual toma uma opção política...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Essa merecia umas palminhas!

O Orador: ... (uma opção política!). É preciso não esquecer isso!

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): Os senhores é que vão bater palmas!

O Orador: O Governo da República não é obrigado a cortar no financiamento das universidades. O Governo da República corta no financiamento das universidades, porque quer!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros Governo)

O Orador: Da mesma forma que os Srs. Deputados do PSD na Assembleia da República votam a favor desse corte no financiamento das universidades, porque querem.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Deputado José Contente (PS): O CDS está isento!

O Orador: E, portanto, essa é uma opção política, naturalmente que é uma opção política, mas é uma opção política que sujeita quem vota a favor dela a ouvir aquilo que, efetivamente, pelos vistos, não lhe agrada ouvir.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Os que os senhores querem, atingido o núcleo mínimo necessário para a existência, para a sobrevivência da Universidade dos Açores, votam a favor de um ataque de pôr em causa esse núcleo na República,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso está a correr mal! Já vi muito melhor!

O Orador: ... votam a favor do corte no mínimo de recursos necessários...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... para que a Universidade dos Açores possa funcionar e depois, aqui, vêm dizer, “Não, não não! Essa deve ser uma responsabilidade do Governo Regional”.

É essa a incongruência,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... é essa a contradição, é esse, na minha modesta opinião, o verdadeiro atentado á autonomia. É na República dizer, “Corte-se na Universidade dos Açores!” e depois dizer aqui, “Não, não! Mas para ela existir, porque é muito importante, porque é muito tal e não sei quê”.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas é importante ou não é importante?

O Orador: Mas, então, aqui os açorianos que paguem a Universidade dos Açores.

Esse é que é o grande mal,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O peso dos 17 anos está a fazer-lhe mal!

O Orador: ... este é que é o grande aspeto negativo da posição que o PSD-Açores assume nessa matéria.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Costa Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Duas observações muito rápidas.

A primeira é a dessa questão ser a lei ao retardador.

É evidente que o Sr. Presidente do Governo não queria dizer isso. Eu acabei de dar o exemplo de que a lei foi aprovada em 2007 (a do financiamento das universidades). Eu dei-lhe o exemplo. Em 2008, logo, as universidades receberam menos do que tinham recebido anteriormente.

E, portanto, o retardador é o retardador que o senhor quiser, mas ele foi imediato e eu já dei o exemplo.

Deputado José Contente (PS): Mas funcionava e agora não funciona!

O Orador: E, portanto, é evidente que nós sabemos que as consequências não são apenas disso. Eu falei nisso ali. É do programa de ajustamento, é dos cortes que nós estamos a fazer,...

Deputado José Contente (PS): Funcionava!

O Orador: ... todos, a função pública, e, portanto, nós não estamos aqui nessa posição de dizer assim: “O mau da fita é apenas aquele lado”. Não! Há um conjunto, e isso foi explicado na intervenção que eu aqui fiz.

E, portanto, Sr. Presidente do Governo, a situação, nesse aspeto, foi clarificada e foi completamente esclarecida pela minha parte e na intervenção que fiz.

E, portanto, o senhor, nas últimas intervenções, esqueceu-se de falar da questão da autonomia, porque era a questão muito grave, a autonomia, a gente estava aqui a querer tapar a responsabilidade da República e a nossa autonomia ser beliscada. E, portanto, incongruência não é o que o senhor está a referir; incongruência é os senhores terem pago as instalações do DOP,...

Deputado José Contente (PS): Isso não é incongruência!

O Orador: ... da Terra Chã, da aerogare das Flores e de tantos exemplos que a gente pode ir buscar, que são tudo responsabilidades da República...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e os senhores pagaram, porque era José Sócrates que estava no governo e vocês calaram-se.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ora aí está! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: Pagaram, calaram e não reclamaram, e fizeram isso enquanto José Sócrates esteve no Governo e nunca se ouviu da vossa parte uma reclamação,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... nem um grito de autonomia e de revolta contra essa situação.

(Burburinho geral)

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: E agora é que a autonomia está em causa? E a gora é que a autonomia está em causa, quando a situação se repete? E a incongruência é nossa?

Deputado Ricardo Cabral (PS): É da Assembleia da República! É sim, senhor!

Deputado José Contente (PS): É!

O Orador: Oh, Sr. Presidente do Governo, tenha paciência!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo, tem 30 segundos. Agradeço e apelo à sua capacidade de síntese.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Costa Pereira, sem prejuízo de uma melhor análise,...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não se esqueça que eu já não posso responder!

O Orador: ... quando é que essa lei foi aprovada? Em 2007. Quando é que os senhores reuniram com a Universidade dos Açores? Em 2013. Quando é que é o corte que põe em causa o funcionamento da Universidade dos Açores? Em 2013. Mas há mais uma coisa. O senhor sabe perante quem o Governo Regional de então assumiu o compromisso de disponibilizar fundos comunitários para essa questão do DOP e da Terra Chã?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sabe perante que Governo é que o Governo Regional assumiu o compromisso?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Presidente.

O Orador: Perante que Governo é que assumiu o compromisso?

Eu estou a falar do momento em que o Governo Regional transmitiu que estava disponível para isso. Sabe perante que Governo? Perante a Sra. Ministra Maria da Graça Carvalho. Sabe quem é? Sabe de que Governo é que fez parte? Um Governo PSD.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Era administrador! O Sr. Vice-Presidente deu uma afirmação falsa ao Sr. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira, pede a palavra para?

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, é para uma interpelação.

O Sr. Presidente do Governo fez-me uma pergunta e eu queria responder-lhe.

(Aparte inaudível do presidente do Governo)

O Orador: Não, não, não! O senhor perguntou se eu sabia.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o debate não termina aqui, naturalmente.

Eu permiti-me estendermos um pouco o nosso tempo, porque este é um intervalo diferente daqueles que nós fazemos no período normal de meia hora.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Presidente: Portanto, ninguém, está quartado de poder, da parte da tarde, retomar o assunto. Naturalmente que agora, para não interromper o debate de forma abrupta, é que permiti que pudéssemos continuar durante mais estes 20 minutos, e dei, especificamente, mais 5 para o terminarmos.

Espero, por isso, a vossa compreensão.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Então, estou inscrito para responder ao Sr. Presidente.

Presidente: Um bom almoço e regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de informar dos tempos restantes para o debate.

Secretário: O Governo Regional tem 95 minutos e 50 segundos; o Partido Socialista tem 114 minutos; o Partido Social Democrata, 64 minutos e 15 segundos; o CDS-PP, 25 minutos; o Bloco de Esquerda, 3 minutos; o Partido Comunista Português, 8 minutos; o PPM, 7 minutos e 15 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então continuar com as intervenções de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e membros do Governo;

Estamos a analisar o Plano e Orçamento regionais para 2014. São muitas páginas, muitos números, muitos milhões, e, desde logo, uma constatação: a ilha de São Jorge continua a ser um dos parentes pobres desta Região.

Os Jorgenses têm, outra vez, um orçamento que não faz jus às reais necessidades da ilha.

É verdade que estão em curso as tão necessárias obras de renovação da Escola Básica e Secundária das Velas; mais vale tarde do nunca! Congratulamo-nos com este investimento pelo qual também o CDS-PP reivindicou.

Mas não podemos deixar de perguntar pelo cumprimento de uma outra promessa do PS: Para quando se prevê o início da construção das novas instalações da Escola Básica e Secundária da Calheta? Esperemos que avance!

É que o início da obra estava previsto para 2010, mas, pelas declarações recentemente proferidas pelo Sr. Secretário à comunicação social, tudo leva a crer que ainda não será este ano que tão importante infraestrutura avançará, uma vez que refere que será necessário ajustar o projeto e diminuir a área de construção...

Por falar em escolas, permitam-me perguntar também se o Governo Regional pretende continuar a ter um papel de “padrasto” no caso complexo da Escola Profissional de São Jorge?

Noutra frente, felicito o Governo Regional pela chegada (finalmente) de um dos tão anunciados novos navios. Já não era sem tempo!

Porém, é preciso perceber agora se o Governo Regional tem a intenção de promover e retomar a ligação marítima entre a Calheta e Angra do Heroísmo?

Seria de extrema importância para tirar a Calheta do marasmo e dar-lhe alguma “animação” económico-financeira.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Consideramos que as verbas que têm sido atribuídas à Ilha de S. Jorge para promoção da habitação, reabilitação e renovação urbanas, têm sido insuficientes, sendo que a Solidariedade Social é uma área em que o Governo Regional tem colocado alguma relevância.

Todos os dias as pessoas procuram-nos porque aguardam um despacho a um processo de habitação degradada ou de realojamento, processos que se arrastam há demasiado tempo... Estamos a falar de pessoas idosas e de jovens casais com crianças, que vivem em casas sem instalações sanitárias e com condições muito precárias.

Para quando prevê o Governo dar uma resposta mais eficaz a estas situações?

Estamos a falar de uma situação que tem duas implicações imediatas: a de uma vida condigna para estas pessoas, que tanto necessitam; e de uma “bolsa de oxigénio” para o sector da construção civil que se encontra, neste momento, estagnado, em particular, na ilha de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Assim, com maior rapidez de resposta e com um reforço das verbas previstas, conseguimos alcançar dois efeitos imediatos na sociedade Jorgense!

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Continuamos a assistir ao desinvestimento público em São Jorge. Se quisermos encontrar jovens temos que ir ao aeroporto para vê-los com o bilhete na mão, à espera do avião, para sair da ilha que os viu nascer, mas que não lhes apresenta condições que os convide a ficar a viver e a trabalhar.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isto não é emigração!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não há emigração em São Jorge!

A Oradora: O PS até tem muitos compromissos assumidos que, se fossem concretizados, davam outra esperança a estes jovens e outra oportunidade a quem a vai procurar fora, como por exemplo dois investimentos estruturantes: a sala de desmancha e ampliação da zona de receção da Matadouro da Ilha e a ampliação do Cais Comercial de Velas, cuja verba inscrita para 2014 apenas dá a certeza que será mais um ano de espera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Todos já ouvimos falar nos potenciais que a Ilha de São Jorge tem; mas começamos a ficar todos um pouco fartos dos esquecimentos do Governo Regional, relativamente àquela ilha e às suas gentes.

Por favor, mudem o rumo!

Caso contrário, a tendência de êxodo e desertificação em São Jorge vai acentuar-se.

Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Ana Espínola, bem-vinda ao debate sobre São Jorge, bem-vinda a este parlamento. É uma honra ter uma pessoa nossa conhecida neste Parlamento a defender São Jorge.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já que os senhores não conseguem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Conseguem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Está como o Deputado José San-Bento, fala de tudo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estudaram no mesmo manual!

O Orador: Sra. Deputada, em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que partilhamos de preocupações que são comuns. São comuns a todos os jorgenses, extensíveis a todos os jorgenses, independentemente do quadrante partidário.

Contudo, há questões que eu gostaria de frisar.

É verdade que a nossa ambição enquanto socialistas e referente à concretização de investimentos é sempre maior do que aquilo que nos é possível, às vezes, realizar, por variadíssimas circunstâncias. Contudo, eu não posso concordar com V. Ex.^a quando diz que não há investimento público em São Jorge. Antes pelo contrário.

Sra. Deputada, se fizer o trajeto entre os Rosais e o Topo, verificará que se não fossem os investimentos do Governo Regional, em São Jorge, estaríamos, sim, sem investimento em São Jorge, porque todas as obras que se veem de grande dimensão em São Jorge são elas executadas pelo Governo Regional do Partido Socialista.

Mas também ao nível da habitação degradada, o investimento feito nos últimos anos em São Jorge é um investimento elevado. É certo que mais é preciso; é certo que mais candidaturas há e os jorgenses anseiam por mais, mas tem que reconhecer que há, efetivamente, investimento em São Jorge.

Também gostaria de lhe realçar que a concretização da obra da escola de Velas é evidente e será a obra terminada no próximo ano, e que, conforme foi dito pelo Presidente do Governo, após a concretização da escola de Velas, terá início a escola da Calheta, que todos nós conhecemos e que precisa urgentemente de obras.

Relativamente às ligações marítimas em todo o grupo central. São bem-vindos os novos navios, é bem-vindo o anúncio de mais dois navios,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: ... porque o que nós precisamos efetivamente é de um verdadeiro circuito e é da dinamização, como prometeu o Presidente Vasco Cordeiro, na campanha eleitoral, de um verdadeiro mercado interno...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já lá vai um ano!

O Orador: ... para que os empresários da nossa ilha possam ambicionar com novos mercados e novas dimensões de mercados e novas realidades e para que outros empresários possam também receber mais turistas, mais dinamização económica.

Nisso estamos de acordo e precisamos de ir ao encontro dessas aspirações, que são as aspirações suas, minhas e de muitos jorgenses.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições, pelo que vamos continuar com as intervenções.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

Deputado Paulo Borges (PS): Exma. Sra. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Os próximos seis anos constituem um grande desafio para a Ciência nos Açores. De facto, os fundos estruturais e os fundos do Horizonte 2020 para o período 2014-2020 vão dar enorme relevo aos investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Gostaria de dar um ênfase particular a esse aspeto, até porque os desafios sociais que nós pretendemos enfrentar, e a Europa, em particular, pretende enfrentar, implicam um grande investimento na área da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nesse sentido, realizámos uma Base de Dados sobre as publicações dos cientistas da região, nas últimas décadas, e entre as principais conclusões poderemos considerar as grandes problemáticas focadas nas publicações dos cientistas dos Açores, que têm como âmbito principal as Ciências Naturais e do Ambiente, que dominam, de facto, o formato da ciência no arquipélago.

Outro aspeto muito relevante e que importa salientar é o facto dos bolseiros de investigação serem uma parte fundamental da produção científica da região. Por exemplo, um dos indicadores mais interessantes é de que cerca de 60% das publicações, nos últimos anos, são lideradas por bolseiros financiados pelo Sistema Regional de Ciência e Tecnologia, o que demonstra a importância do investimento do Governo regional, nas últimas décadas, nesta área.

A visibilidade internacional das publicações produzidas nos Açores aumentou exponencialmente desde 1990, sendo que 60% das publicações mais citadas são recentes.

Pelo menos no domínio das Ciências Naturais e do Ambiente e das Ciências da Vida e Saúde existe uma produção científica altamente robusta, relevante e considerada internacionalmente.

De facto, muita da investigação realizada usa as ilhas dos Açores, e as ilhas em geral, como modelo, e é reprodutivo internacionalmente através de projetos de colaboração com as outras regiões da Macaronésia e outras ilhas em regiões ultraperiféricas. A biodiversidade da Macaronésia é, assim, um exemplo de interesse Europeu e o seu estudo pode ser muito útil para aplicações biotecnológicas para o Turismo da Natureza, para uma Agricultura e Pescas mais sustentáveis.

Exma. Sra. Presidente da ALRA, Sras. e Srs. deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Centros de Investigação da Universidade dos Açores são essenciais na construção, futuro do desenvolvimento e da política regional de Ciência, possuindo um conhecimento fundamental sobre a realidade regional e as suas fragilidades e forças, um conhecimento que pode ser aplicável a sistemas insulares internacionalmente.

Está assim a ser preparado por uma Comissão criada pelo Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura um Plano Estratégico para a Ciência nos Açores para o próximo período comunitário 2014-2020 que pretendemos possa ser um instrumento para apoiar o desenvolvimento dos Açores e da Ciência, em particular.

Eventualmente terão de ser concentrados os nossos recursos num conjunto de prioridades específicas. Gostaria de salientar aquelas em que os cientistas dos Açores têm sido mais competentes, nomeadamente Biologia Marinha, Biodiversidade/Ecologia, Vulcanologia, Biotecnologia, Produção Animal, Clima e Ciências da Saúde, e reflete, de certo modo, um relacionamento muito importante entre os cientistas e a realidade do contexto insular.

O conhecimento acumulado pelos investigadores sediados nos vários Centros de Investigação irá permitir, de certo modo, um investimento estrutural e sustentável para dar resposta aos problemas práticos em vários setores fundamentais do desenvolvimento da região, nomeadamente recursos hídricos, gestão de stocks de pesca, escolha de novas estratégias para a agricultura e produção animal, a procura de novos produtos para a alimentação humana e animal, questões de saúde pública, conservação da natureza, ordenamento do território, etc.

Iremos identificar quais são as cinco-seis eixos fundamentais e mais promissoras tendo em consideração o potencial Humano instalado na região e

pretendemos que os cientistas tenham um papel fundamental no desenvolvimento da região.

A investigação na região vai passar, igualmente, por um financiamento baseado em projetos de elevada qualidade científica, mérito das equipas de investigação e interesse aplicado desses projetos.

As estratégias para o Horizonte 2020 exigem uma abordagem integrada e de base local e de conceção e alicerçadas em colaborações com outras regiões ultraperiféricas, reconhecendo que existem muitos e vários caminhos possíveis para alcançar a inovação e o desenvolvimento regionais.

Assim, pretende-se para o período 2014-2020:

- Manter o financiamento aos Centros de Investigação que demonstrem elevada competência e qualidade.

- Financiar projetos inovadores com potencial gerador de novos produtos e de emprego e que incluam os Bolseiros como parte integrante da solução.

- Reforçar as ligações entre as empresas e o sector público Universitário.

Com estas medidas pensamos estar a contribuir para o avanço da ciência, o desenvolvimento tecnológico, a inovação, o progresso da região e a contribuir para resolver os problemas sociais que a Europa nos coloca.

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à intervenção seguinte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Plano do Governo para 2014, no que concerne à educação, é, naturalmente, um Plano de continuidade dos princípios e objetivos iniciados no Plano em curso.

Assim, verificamos que uma parte bastante significativa das verbas se destina à beneficiação, reabilitação e construção de edifícios escolares. Apesar de considerarmos que as estratégias de betão não têm sido solução para os problemas da educação, pois o tempo tem demonstrado que a construção de mega escolas com elevados custos de construção e de manutenção não é sinónimo de sucesso escolar,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... reconhecemos a necessidade de intervenção de maior ou menor vulto em alguns edifícios escolares.

Verificamos também, com agrado, que no momento de emergência social que atravessamos, em que as famílias vivem o flagelo do desemprego que atinge já os 21 545 açorianos, em que se vive o drama da pobreza e da fome, as verbas destinadas aos Apoios Sociais não sofreram cortes, tendo até uma dotação superior à verificada em 2013, mas ainda inferior à dotação inscrita no documento homólogo de 2012.

O abandono escolar precoce é contemplado com uma verba de 100 000 euros de acordo com o conceito estipulado pela União Europeia e que, conforme o Plano, se destina ao alargamento da matrícula eletrónica a todas as escolas, bem como ao apoio às entidades que organizam formação. Não estando convencidos da eficácia destas medidas no combate a um problema que a todos preocupa, gostaríamos que o Senhor Secretário clarificasse esta situação e nos dissesse de que forma pretende combater e reduzir a elevada taxa de abandono escolar precoce na região.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Pela primeira vez o Plano do Governo reconhece e admite o insucesso escolar e manifesta preocupação quer com os resultados obtidos pelos alunos açorianos quando confrontados com provas de âmbito nacional, quer com as taxas de retenção de alunos ao nível do ensino básico, superiores à média nacional, em conformidade com o que têm sido as preocupações demonstradas quer pelo Senhor presidente do Governo, quer pelo Senhor Secretário da tutela, que, recentemente, apelava à reflexão de todos para o problema do insucesso e do abandono escolar.

Reflita-se então, pois se os alunos açorianos não têm menos capacidades que os seus colegas de outras regiões do país, o que acreditamos. Se os nossos professores estão bem habilitados para a prática docente, e acreditamos que estejam. Se temos o melhor parque escolar de sempre, conforme têm dito todos os Secretários que têm tutelado esta pasta. Então a que se devem os maus resultados apresentados pelos alunos açorianos e que tanto nos preocupam e envergonham?

Deputado José San-Bento (PS): É por culpa do Governo!!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Entendemos que todos devemos refletir sobre um problema que é de todos. No entanto, é o Governo Regional e o Partido Socialista que o suporta que devem refletir sobre os seus dezassete anos de governação, pois neste particular, como em outros, já não podem continuar a imputar culpas aos partidos da oposição,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... nem a quem os antecedeu.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

A Oradora: Assim, importa referir que o Plano em análise, sendo uma continuidade do Plano anterior, não perspetiva uma mudança, nem uma garantia de solução para este grave problema.

Investir em educação deve ser uma preocupação constante de todos os governos, pois é um investimento no futuro da sociedade e uma preparação das gerações mais jovens para a vida social e para o exercício de uma cidadania responsável. É isso que esperamos do Governo Regional e é neste sentido que, pese embora a nossa irrelevância, reiteramos a nossa disponibilidade para continuar a colaborar.

Disse.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tem sido uso e, de facto, aqui com algum exagero,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Exagero?!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Exagero, Sra. Deputada?

A Oradora: ... falar-se nas taxas do abandono escolar precoce.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Essa é boa!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O problema é que este Governo não é capaz de mudar esta situação!

Deputado Luís Garcia (PSD): Oh, Lúcio, fazias melhor!

A Oradora: E digo exagero porque não se tem querido fazer a distinção dos conceitos; não se tem, propositadamente, querido fazer a distinção...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Secretário é que não distingue os números das estatísticas!

A Oradora: ... do que é que é o abandono escolar precoce que nós tínhamos na região,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O que é que isso muda?

(Risos de alguns Deputados do PSD)

A Oradora: ... que era elevadíssimo, e não vou dizer antes de 96, e que com as políticas de inclusão, com as políticas de trazer e de diversificar curricularmente os programas e de fazer currículos adaptados e de criar o programa PROFIJ e o Oportunidade, e outros tantos de diversificação curricular, conseguimos reduzir essa taxa de abandono escolar precoce para níveis residuais.

Agora, como na Europa se usava (porque já nem se usa, e basta ver o portal do Observatório das Desigualdades), já não se usa, a nível europeu, a designação de “abandono escolar precoce”. O termo correto é agora “abandono precoce da educação e da formação”.

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Muda tudo, porque...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada continue a sua intervenção.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

A Oradora: Dizia eu que este conceito de passar a incluir o abandono precoce de educação e formação muda tudo, porque mudou durante esse período de

tempo, a que o PSD agora faz questão de dizer que é verdade e os açorianos nos têm confiado 17 anos de poder e 17 anos de políticas de educação de sucesso a nível nacional,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nota-se pelos resultados!

A Oradora: ... a questão agora é que é preciso fazer essa distinção. A escolaridade obrigatória mudou de 9 para 12 anos, mas essa parte...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não! Veja o insucesso para trás! No tempo da Sra. Secretária Cláudia Cardoso!

A Oradora: ... não interessa a ninguém fazer notar. Essa parte não interessa a ninguém fazer notar, porque toda a gente sabe que durante muito tempo os alunos que saíam do ensino regular e iam para o ensino profissional eram tidos como, nessa taxa escolar precoce, um abandono precoce, porque era tabelado, enquanto nós em Portugal ainda não tínhamos os 12 anos de escolaridade.

Como este Governo agora (o XI Governo) resolveu, e bem, assumir que há que trabalhar para o sucesso educativo,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os anteriores não fizeram! Essa parte é verdade! Sra. Deputada Cláudia Cardoso, devia responder à sua colega de bancada!

A Oradora: ... há que trabalhar para melhores resultados,...

(Apartes inaudíveis dos Deputados Cláudio Almeida e Luís Rendeiro)

A Oradora: ... há que trabalhar com afinco para isso, e isto só é possível fazer,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Devia responder à sua colega de bancada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Os apartes são regimentais, mas não podem interferir diretamente com as intervenções. Agradeço alguma ponderação.

Sra. Deputada, faça o favor de continuar.

A Oradora: ... só é possível focarmo-nos nisso agora, porque os governos anteriores, também da responsabilidade do Partido Socialista,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Está a ver?

A Oradora: ... trataram as matérias que eu comecei por referir. Renovaram por completo o parque escolar da região, requalificaram, estabilizaram o corpo docente da região. Ninguém gosta de falar nisso, porque a nível nacional, de facto, já nem é instabilidade, é o caos completo...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente! Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E os resultados?

A Oradora: ... no que ao pessoal docente diz respeito.

Ninguém quer aqui falar do pessoal docente, porque a nível nacional é o caos, enquanto nós temos os nossos professores tranquilos e a trabalhar nas nossas unidades orgânicas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

A Oradora: Os Governos do PS diversificaram curricularmente,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nos valores até ameaçam sindicatos!

A Oradora: ... centrando-se sempre no aluno, seguindo o que, ainda em 2012, nos relatórios da OCDE, eram as recomendações: o aluno no centro do sistema educativo.

Foi isso que os Governos que antecederam o XI, e que foram do Partido Socialista, fizeram. Mas, como eu já disse várias vezes, nesta casa, quando se trazem alunos para a escola que não tinham contato com a escola, não se está à espera que eles cheguem à escola e tenham resultados de exames como os alunos que já lá estavam e como alunos que iam preparados para um ambiente

de convívio, de sociabilização, com competências específicas e básicas que são necessárias para uma correta aprendizagem.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: É o Partido Socialista o responsável por ter feito isso, ter trazido todos esses e dar-lhes competências básicas para poder agora dar-lhes outras competências e pô-los ao nível dos demais.

Mas é preciso não esquecer que quando se dizem que os nossos resultados são os piores de todos, é verdade, mas é preciso não esquecer que o trabalho que foi feito no abandono precoce da educação e da formação, nos Açores, foi a uma velocidade e a um ritmo que nada têm a ver com as outras regiões.

Só, por exemplo, em 1992, Portugal, o país, tinha uma taxa de abandono precoce de 50%.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E em 2000?

A Oradora: E em 2008, tinha 34,5,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E em 2000?

A Oradora: ... o que nós temos hoje.

Os Açores têm, em 2012, 34,4. O que ninguém quer dizer é que em 2008, nos Açores, era 53,9 e que em quatro anos, de 2008 para 2012, a região baixou a sua taxa em 19%.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Porquê?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Em 4 anos! Enquanto o país levou 20 anos para conseguir o mesmo!

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde é que foi isso?

A Oradora: O território nacional levou 20 anos, os Açores levaram 4 para baixar a mesma percentagem em termos de taxa de abandono. Mas isso não convém dizer, isso não serve, isso ninguém quer saber! O que querem e o que interessa é perguntar pelos resultados. Interessa perguntar pelos resultados escolares a um governo que ainda não teve oportunidade de concluir um ano

letivo. Ainda não fechou um ano letivo! Tomou posse há um ano e ainda não fechou um ano letivo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas exige-se agora que o programa Fénix, que o programa da criação das equipas para dar apoio aos professores do 1º ciclo do ensino básico...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já começaram no continente há 10 anos!

A Oradora: ... já tenha resultados nos exames que foram os exames do ano passado, quando este Governo estava a pôr estas coisas em prática. Isto se não é demagogia, eu não sei o que é.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): A Deputada Claudia Cardoso devia pedir a defesa da honra!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tema a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Furtado, eu tenho a agradecer-lhe o esclarecimento feito, mas penso que esse esclarecimento deve ser feito ao Sr. Secretário da Educação, porque o que está aqui no Plano 5.6.3 é “Combate ao abandono escolar precoce”. Portanto, eu limitei-me a utilizar o que aqui estava escrito.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Diga ao Sr. Secretário. Sr. Secretário, o senhor enganou-se.

Segunda questão. Sra. Deputada, era o que faltava que os senhores estivessem há 17 anos no governo e não tivessem feito nada.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Naturalmente, fizeram muito,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! Fizemos muito! É verdade!

A Oradora: ... mas ainda há muito mais a ser feito.

E também era o que faltava era que nós tivéssemos na oposição e não pudéssemos dizer nada, não pudéssemos criticar. Vamos continuar a fazê-lo,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque entendemos que só assim é que podemos caminhar no bom sentido para resolver os problemas da educação.

Portanto, tem que haver um governo que faça o seu trabalho, mas a oposição também que o fazer e tem direito a isso.

Depois há uma outra coisa Sra. Deputada Catarina Furtado, “o galo também pensa que é por cantar que amanhece mais cedo”, palavras dos Sr. Presidente.

(Risos e aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta minha intervenção é para ser curta. É para dizer que eu não pretendi corrigir ninguém.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, não!

A Oradora: Eu disse-lhe a nomenclatura que atualmente se usa. Serve para a senhora,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está a ouvir, Sr. Secretário? Aprenda!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais um em lista de espera!

A Oradora: ... serve para o Plano, serve para todos os que antes usavam. Não me parece que tenha sido arrogância da minha parte.

E quero registar algo que foi muito importante e que foi dito pela Sra. Deputada Judite Parreira: é que nós, de facto, fizemos muito,...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Judite Parreira (PSD): Mas nós reconhecemos, os senhores é que não!

A Oradora: ... e isso é muito importante que fique registado em ata.

A Sra. Deputada Judite Parreira disse que nós, nestes 17 anos, de facto, fizemos e fizemos muito. Eu só acrescentaria: fizemos muito e bem, e de galos hoje não me apetece falar.

(Burburinho geral)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande galo!

Deputado José Ávila (PS): Os senhores vêm para aqui para a brincadeira? Temos que nos ouvir uns aos outros! Respeitem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Penso não haver mais inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Vivemos num mundo em constante mudança. O que hoje é certo e dado como adquirido, amanhã poderá perfeitamente não o ser. O fenómeno da globalização

é cada vez mais presente e exige respostas cada vez mais prementes e inovadoras. Encarar de frente esta realidade atual, é algo que é fundamental para se vencer os desafios do futuro com confiança e determinação. Nesta lógica, é primordial pensar global e agir local.

Nos Açores, os jovens têm sido sempre parte integrante da nossa sociedade. A sua irreverência e inconformismo, aliados à sua capacidade de inovação, é algo que jamais poderá ser desaproveitado, ou não fosse esta a geração mais qualificada de sempre.

Os sucessivos Governos do Partido Socialista sempre encararam os jovens como membros ativos do presente e não apenas do futuro. O legado das sucessivas políticas, implementadas ao longo dos últimos anos, na Região Autónoma dos Açores, comprova isso mesmo.

A execução de políticas públicas para a Juventude tem-se centrado, essencialmente, na formação e no incentivo à criatividade e ao empreendedorismo. Estas são ferramentas mobilizadoras dos jovens para fazerem face aos múltiplos desafios com que se deparam. Para além de uma estratégia, é já uma resposta oportuna a abrir caminho a uma nova era no desenvolvimento das políticas de Juventude.

Como é sabido, o empreendedorismo, para além de uma força motriz capaz de mover os fatores de competitividade associados à inovação, à tecnologia, à qualidade e ao marketing, tornou-se um instrumento central para a criação de riqueza e para a promoção do desenvolvimento.

Desta forma, o projeto Educação Empreendedora: O Caminho do Sucesso! enquadra-se no plano regional para o fomento do empreendedorismo da Região Autónoma dos Açores e assume-se como uma intervenção estratégica na área da educação para o empreendedorismo das novas gerações, que frequentam o ensino básico, secundário e profissional, em escolas açorianas. Para 2014, o projeto, para além da parceria com a Direção Regional da Educação e Centro de

Empreendedorismo da Universidade dos Açores, reforça a rede de parceiros com a Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Governar de, para, e com a Juventude é algo que tem de estar sempre patente nas linhas orientadoras das políticas de Juventude para a nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é o desemprego jovem?

O Orador: É neste sentido, que o Plano e Orçamento agora em análise, consolida, uma vez mais, o empenho da Região na defesa dos jovens enquanto motor de potencialidades.

Prova disso são as ações no Plano como:

- A Internacionalização da Mobilidade, através dos programas Bento de Góis e Colombo, que visam a mobilidade e o intercâmbio dos jovens dos Açores, quer no território português, na Europa ou ainda nas Comunidades Açorianas da Diáspora;
- A Cidadania e o Voluntariado Local e Internacional, que visa a integração dos jovens Açorianos nos Programas de Voluntariado Internacional, bem como a validação de competências adquiridas por via não formal, no âmbito do programa Voluntariado Jovem;
- O apoio ao Associativismo, algo que é fundamental para a integração e participação das novas gerações na sociedade;
- O Incentivo às Industrias Culturais e Criativas, que visa potenciar a criatividade produtiva nos jovens, por forma a promover mecanismos de contato entre estes e o sector empresarial, através de programas como o Põe-te em Cena ou o Labjovem;
- A Ocupação dos Tempos Livres dos Jovens, promovendo parcerias com associações juvenis, orientando-os, desta forma, para o mercado de trabalho, confiando-lhes responsabilidades e a possibilidade de adquirirem conhecimentos em diversas áreas, como o Programa OTL-J;

- O Incentivo à Formação dos Jovens, que promove iniciativas formativas destinadas à Juventude nas áreas de: cinema, arte, literatura, fotografia, entre outras. Exemplo disso será o projeto Inspira-te, Aprende e Age, que será implementado nos 19 concelhos dos Açores, ou ainda ações como o Incentivo ao Turismo Jovem, em que se pretende enriquecer, através da dinamização da rede de parcerias, o instrumento que aproxima milhares de jovens açorianos, promovendo e facilitando a sua mobilidade. Hoje, o Cartão Interjovem oferece uma série de oportunidades à nossa Juventude, que vão muito para além da mobilidade marítima e aérea, abrangendo também a área do alojamento e as vertentes culturais e desportivas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o desemprego!

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Ao analisar o Plano e Orçamento para 2014 é justo reconhecer também que as políticas de Juventude e o seu impacto na vida dos jovens açorianos não estão apenas circunscritas às ações constantes no sector da Juventude. Aliás, é visível que estas são transversais em todas as áreas governativas, como no emprego, na educação, saúde, economia e solidariedade social.

Outro pilar fundamental quando se fala em Juventude é, sem dúvida, a emancipação jovem e os planos de transição para a vida ativa. Programas como o Empreende Jovem, que tem constituído um importante apoio para a criação de autoemprego, através da concretização de projetos com substrato económico construídos pelos jovens dos Açores, caracterizados pela inovação e pela criatividade; os Estagiar L, T e U, que são medidas de integração na vida ativa que têm sido frequentadas por milhares de jovens açorianos, facilitando, desta forma, a entrada de muitos deles no mercado de trabalho; e o Programa de Incentivo à Inserção do Estagiar T e L (PIIE), que tem por objetivo o apoio à transição para o mercado de trabalho de jovens que se encontrem a terminar o seu estágio, no âmbito do programa Estagiar L e T, através da atribuição de um

prémio, em forma de apoio financeiro, destinado às respetivas entidades empregadoras que procedam à contratação, com ou sem termo, e a tempo completo, de estagiários do programa Estagiar L e T, são determinantes para que tal aconteça.

Este último, senhoras e se senhores deputados, só no corrente ano, permitiu que mais de 400 estagiários fossem contratados por diversas empresas açorianas.

Estas são, indiscutivelmente, ações que pretendem,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... por um lado, apoiar a transição dos jovens açorianos para o mercado de trabalho, e por outro, ajudar as nossas empresas a contratarem recursos humanos qualificados, aumentando, desta forma, a sua competitividade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Para finalizar, senhoras e senhores deputados, gostaria de referir que, apesar dos constrangimentos financeiros e da difícil conjuntura atual imposta pelas medidas de austeridade nacionais, este partido tem-se debatido, cada vez mais, por um futuro sustentável dos jovens açorianos. São medidas como estas que orgulham o Partido Socialista. Muito há ainda por fazer! Porém, é mais que justo reconhecer todo o trabalho levado a cabo por este partido.

É, assim, tempo de assumir a responsabilidade, de refletir e contribuir para o futuro da nossa sociedade, de agirmos e de construirmos um futuro mais promissor para os Açores e para os açorianos. É tempo de lançar o desafio dos desafios a cada um dos jovens açorianos.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sobre o desemprego jovem, zero!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar para a última intervenção sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e membros do Governo:

As políticas de juventude fazem-se com os jovens e para os jovens.

Desta forma é importante a “Aposta numa verdadeira política de juventude”.

Uma política que “Pretenda esvaziar progressivamente o esbanjamento de dinheiros, nomeadamente no Associativismo, em festas e em festivais...”

É importante “Investir efetivamente no capital humano dos jovens”.

Devo dizer que estas são palavras que o Partido Socialista devia aplaudir.

Foram proferidas pelo senhor Secretário Regional da Educação na comissão de assuntos sociais.

A oposição não teria caracterizado melhor as políticas de juventude seguidas pelos governos socialistas.

Importa pois perceber o que aconteceu de errado nos últimos 17 anos.

Porque a política de juventude é mais do que meros apoios monetários.

Uma política de juventude é transversal aos diversos organismos de governo.

Importa perceber, por exemplo, que política de juventude o governo tem para combater o desemprego jovem?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Prospeção de petróleo!

(Risos do Deputado Francisco César)

O Orador: Que política é esta que levou a que atualmente a taxa de desemprego jovem seja cerca de 40%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com programas com nomes pomposos, já apresentados na sua maioria, “BIC Azores”, “StartUp Azores”, “Empreende Azores”, “Clube Business Agels”, “Dual Azores”.

Com programas de incentivo à inserção do Estagiar L e T.

Como é possível a Taxa de desemprego jovem se situar nos 40% ainda?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E note-se que nestes 40% não estão ainda englobados os jovens que dentro de dias irão terminar o Estagiar L e T.

Depois de tantos planos, tantos programas, e muitas promessas e muitos milhões atirados para os problemas, há qualquer coisa que está a falhar.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a faltar a prospeção de petróleo!

O Orador: E os números demonstram claramente a realidade, Srs. Deputados. Importa também perceber que política de juventude o governo tem para o arrendamento e aquisição de casa própria por parte dos mais jovens?

Não é nem pode ser um programa de apoio ao arrendamento como o “famílias com futuro” que é direcionado para as famílias mais carenciadas.

Alias, no próprio plano o programa “famílias com futuro” trata-se de “subsídio ao arrendamento (...) destinado a habitação, a atribuir a famílias carenciadas e (...) imóveis destinados à habitação para resolução de situações de grave carência habitacional, em regime de renda apoiada.”

Portanto, quando se afirma que este programa é destinado aos mais jovens, é falso.

Desta forma, não existe na Região Autónoma dos Açores nenhum programa destinado única e exclusivamente ao apoio ao arrendamento e a aquisição de habitação com vista os mais jovens. Aliás, o que existe parece ser o abandono, como se verifica pelos diversos terrenos adquiridos pelo governo regional, muitos deles com mais de 10 anos, e com placas a identificar o terreno e a sinalizar “loteamento – Governo dos Açores”.

Deputado Francisco César (PS): O senhor já olhou para o centro de Ponta Delgada?

O Orador: Bastava dar andamento a estes loteamentos para o governo regional fazer mais este ano, do que o antigo secretário Contente nos 17 planos e orçamentos que aqui veio discutir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Importa também perceber que políticas de juventude tem o governo regional para a fixação de jovens nas ilhas.

Cada vez mais os jovens saem das suas ilhas para ingressarem no ensino superior, nomeadamente nas universidades do continente.

Ao terminarem os seus cursos, e não havendo incentivo ao seu regresso, a juventude opta por não voltar.

Levando assim a um significativo processo de envelhecimento e desertificação das nossas ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A juventude tem é de fazer rapazes!

O Orador: É um processo que temos, enquanto políticos, de encarar de frente, sem preconceitos, e tentar encontrar as melhores soluções para que os nossos jovens queiram voltar às suas origens.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por último importa também perceber que política de combate às dependências este governo tem?!

As toxicodependências atingem, na sua maioria, as camadas mais jovens, sendo o público jovem o mais frágil e mais suscetível de influenciar.

Este governo regional, ao longo dos anos, limitou-se a atribuir subsídios e mais subsídios a instituições, sem um rumo na sua política de combate a este flagelo.

Limitou-se a atirar dinheiro para o problema, sem o objetivo de minimizar os danos, apenas tentado camuflar aquilo que é visível a toda a sociedade.

O desnorte nesta área è grande. Em 2009, foi criada uma Direção Regional de combate às dependências, em 2013, foi extinta, passando a ser tutelada por uma diretora de serviços.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já foi despedida!

O Orador: Mais recentemente demitiram a diretora de serviços.

É este o desnorte complete do Governo Regional do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso não esquecer que com este constante adiar do problema, quem fica a sofrer são os jovens e as suas famílias.

Terminando e fazendo minhas as palavras do senhor secretário regional, “é importante a aposta numa verdadeira política de juventude (...) Investir efetivamente no capital humano dos jovens”.

Tenho dito.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar para a intervenção do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(Neste momento, o Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Deputado Cláudio Almeida)

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cá estamos, uma vez mais, para apresentar e debater as propostas de Plano e Orçamento da Região, instrumentos fundamentais na definição dos objetivos e políticas para as diferentes áreas da governação.

Eis-nos aqui chegados com a mesma determinação com que, em março passado, cá estivemos pela primeira vez, com estes mesmos propósitos.

Cá estamos de novo, se bem que com uma diferença substancial: aqui chegamos desta vez, certos do que já concretizámos e ainda mais motivados por tudo o que temos pela frente, tendo a certeza do que seremos capazes de concretizar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Acreditamos que o Turismo nos Açores pode assumir cada vez mais um papel decisivo na nossa economia, pela sua capacidade para gerar riqueza, manter e criar postos de trabalho e pela afirmação como força indutora de outros setores de atividade.

Atualmente, convém dizê-lo, temos bons indicadores neste setor, mas estes devem ser devidamente contextualizados, pois, se é certo que tal não significa que tudo está bem, convém lembrar que, quando temos indicadores menos bons, isso também não pode significar por si só que tudo está mal.

Sendo este um setor jovem e marcado por fatores exógenos à Região, é fundamental desenvolver um trabalho consistente com vista à consolidação e sustentabilidade dos vários intervenientes.

O Governo dos Açores assume-se como interveniente ativo na criação de todas as condições para que o setor seja sustentável e continue a gerar confiança junto de todas as entidades que trabalham, de uma forma direta ou indireta, o Destino.

O próximo ano será marcado pela consolidação da junção de esforços entre público, privado e cidadãos em geral, desde logo, através de uma participação ativa de todos, na definição do Plano Estratégico para o setor, assumindo o Horizonte 2020.

Assumimos como grande desígnio transformar os Açores num destino de excelência, aproveitando e majorando as nossas características únicas.

A promoção, a valorização e qualificação da oferta são dois vetores fundamentais na construção e consolidação de um Destino Turístico.

A manutenção e o crescimento sustentado das principais operações existentes, nomeadamente junto dos mercados emissores prioritários, são uma prioridade.

Operacionalizada pela Turismo dos Açores, num trabalho conjunto e permanente entre público e privado, teremos uma promoção segmentada e fortemente direcionada, potenciando o que efetivamente tem valor para o cliente final, na permanente busca de maior retorno.

Assim, estou em condições de anunciar uma nova operação no mercado alemão, que potenciará cerca de mais 7.000 dormidas, o início de uma ligação regular a Madrid, permitindo consolidar esta importante conectividade com o mercado espanhol e, no mercado nacional, a continuidade da Campanha Famílias no verão de 2014, consolidando assim o Destino como “Family Friendly”.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Dando seguimento ao trabalho desenvolvido, consolidaremos e reforçaremos a aposta na América do Norte.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os nossos emigrantes, verdadeiros e genuínos embaixadores do Destino, o aumento da conectividade, a presença junto dos canais tradicionais e uma forte aposta no *online* serão certamente, estamos convictos, parte da fórmula sustentada de sucesso.

Depois de termos sido Destino Preferido da APAVT em 2013, cujo congresso com cerca de 500 participantes se realizará na próxima semana na Ilha Terceira, fomos escolhidos para sermos Destino Preferido da ECTAA em 2014, sendo esta mais uma prova do reconhecimento do bom trabalho desenvolvido.

O turista que organiza as suas férias recorrendo ao *online* é cada vez mais frequente.

Assim, continuaremos a promover a entrada e consolidação da presença do destino Açores em operadores *online* de referência e a incentivar o desenvolvimento de operadores regionais, possibilitando a penetração em segmentos de mercado que hoje estão fora da esfera dos canais tradicionais.

Acreditamos que esta complementaridade e a convivência entre o tradicional e o novo abre importantes portas para a promoção e captação de fluxos para a Região.

A qualificação e a valorização da oferta assumem um papel decisivo, pois não podemos correr o risco de defraudar as expectativas de quem nos visita.

Para tal, consolidaremos a figura de gestor de produto, com responsabilidade por sistematizar e padronizar a oferta, introduzindo indicadores claros e objetivos de medição da satisfação dos turistas e promovendo todas as ações corretivas que sejam necessárias.

A manutenção dos Trilhos Pedestres, produto âncora no contexto da nossa oferta, será reforçada, assim e depois da contratação de 20 novos elementos muito recentemente, já em janeiro iremos reforçar a equipa de manutenção e coordenação de trilhos, criando mais 37 novos postos de trabalho, abrangendo todas as ilhas.

Por outro lado, face ao crescimento e aumento da procura do Alojamento Local e com o objetivo de garantir elevados níveis de qualidade de serviço, iremos regulamentar a atividade.

No âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio, desenvolveremos um sistema de incentivos com vista à requalificação da oferta hoteleira, alinhando-a com a matriz do destino, acrescentando valor e adaptando-a às novas tendências da oferta turística.

A valorização dos recursos humanos será outra das áreas de atuação que merecerá uma redobrada atenção, nomeadamente através da articulação entre a Escola de Formação Turística e Hoteleira, Escolas Profissionais e a Turismo dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Transportes são fundamentais na dinamização económica da Região.

A modernização do setor dos transportes continuará a ser uma prioridade, tanto ao nível das infraestruturas como dos meios, potenciando a criação de mais oportunidades de negócio e assim impulsionando o crescimento sustentável e a criação de emprego.

A excelência operacional é o nosso objetivo!

Queremos pois associar à eficiência uma orientação clara e permanente para identificar e responder, no âmbito de um processo de melhoria contínua, às necessidades dos utilizadores.

Implementaremos de forma faseada o Plano Integrado de Transportes, com vista a uma coordenação conjunta dos transportes aéreos, marítimos e terrestres, possibilitando ao cidadão aceder aos vários tipos de transporte de uma forma simples e agregadora de valor.

Mas não ficaremos por aqui!

Continuaremos a desenvolver todos os esforços para que a proposta que o Governo Regional dos Açores apresentou para revisão das Obrigações de Serviço Público nas ligações entre a Região, o Continente e Madeira seja implementada o mais breve possível.

Não é uma proposta contra ninguém, mas tão-somente a favor de todos os Açorianos.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Apresentaremos no início do próximo ano as conclusões de um estudo sobre a introdução de uma aeronave dedicada, com vista a assegurar a regularidade do transporte de carga e garantir a flexibilidade de preços entre os Açores e o Continente, possibilitando a prática de tarifas mais competitivas.

Com o objetivo de procurarmos reduzir o custo das ligações aéreas inter-ilhas, promoveremos igualmente a revisão das respetivas Obrigações de Serviço

Público, mantendo elevados níveis de qualidade de serviço e uma oferta ajustada à procura.

Por outro lado, com a chegada do navio “Mestre Simão” e, muito em breve, do “Gilberto Mariano da Silva”,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Isso é um nome mais comprido!

O Orador: ... materializa-se uma nova vida na mobilidade no Grupo Central dos Açores, com embarcações tecnologicamente evoluídas, detentoras de elevados níveis de conforto e com valências ao nível de transporte de doentes, viaturas e carga rodada até agora inexistentes.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Neste âmbito, permitam-me destacar o novo contexto com que as empresas das ilhas do Triângulo vão deparar-se ao ver o seu universo de clientes triplicar, através desta nova forma de transporte que terão à disposição. Mas a ambição de fazermos mais, o acreditarmos nesta nossa relação com o mar, leva-nos a não ficar por aqui e, por isso, tal como foi recentemente anunciado pelo Sr. Presidente do Governo, estamos já a preparar o lançamento do concurso público para construção de dois novos navios de maior dimensão destinados ao tráfego de passageiros e carga rodada em toda a Região.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Estes navios irão permitir que o que hoje está prestes a acontecer no Triângulo se estenda a toda a Região.

Numa lógica integradora, tendo desde logo em conta os operadores de tráfego local, definiremos igualmente novas Obrigações de Serviço Público para o transporte marítimo de passageiros e carga rodada na Região, implementando um circuito regular entre as ilhas do Grupo Central, pela empresa da Região, com um tarifário equilibrado que sirva de regulador do mercado.

No domínio dos transportes terrestres, pretendemos a sua modernização e a sua sustentabilidade, com vista à elevação da segurança e da qualidade do serviço público prestado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda não? Ainda não está resolvido?

O Orador: Ao nível das infraestruturas, podemos sintetizar os investimentos previstos visando dois objetivos fundamentais: Segurança e Eficiência Operacional.

Neste contexto e no que concerne ao setor marítimo portuário e marítimo turístico, procederemos à implementação de um sistema de monitorização dos portos dos Açores com vista ao reforço da segurança e prevenção de riscos operacionais e ambientais.

Concluiremos ainda as obras em curso no terminal de passageiros da Madalena. Daremos seguimento a todas as obras previstas na Carta Regional das Obras Públicas, como, por exemplo, a ampliação do cais comercial das Velas de São Jorge, os projetos do Porto da Casa, no Corvo, ou do Terminal de Passageiros, em São Roque do Pico.

Por outro lado, criaremos as condições necessárias para que os nossos portos sejam promovidos e integrados num verdadeiro ‘cluster’ Portos dos Açores.

Neste contexto, continuaremos a desenvolver todos os esforços para integrar os portos dos Açores numa rede transeuropeia de transportes e promover o ‘hub’ atlântico no Porto da Praia da Vitória, integrando aqui o desenvolvimento do projeto “COSTA”.

Desenvolveremos o ‘cluster’ Marinas dos Açores, com o objetivo de o promover, potenciando a criação de mais oportunidades de negócios e de emprego.

Neste sentido, é fundamental a dinamização do setor da reparação naval e, por isso, prosseguiremos de forma determinada o trabalho com vista ao estabelecimento de parcerias que permitam a reativação dos estaleiros da Madalena, garantindo efetivamente condições para captar novos negócios e

aumentar a ocupação de mão-de-obra local, gerando efetiva riqueza para a Região.

No setor aeroportuário, iremos dar início ao processo de revisão do modelo de exploração dos aeródromos regionais, potenciando as infraestruturas existentes como polos dinamizadores de negócio.

Prosseguiremos igualmente com os investimentos ao nível da segurança operacional e de passageiros, com a conclusão da remodelação da Aerogare do Corvo, bem como daremos seguimento a todas as intervenções contempladas no âmbito da CROP, onde se inclui o desenvolvimento do projeto de requalificação da Aerogare da Graciosa e a construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes, que, no entanto, está condicionada pela aprovação da Lei de Servidão Militar da Base Aérea.

Ao nível das obras públicas, setor que está a atravessar um momento de redimensionamento, vivemos um novo tempo.

O nosso desafio é encontrar novos caminhos para a sustentabilidade do setor, os quais devem, simultaneamente, ser geradores de emprego, de riqueza e de responder às necessidades reais de infraestruturas nas nossas ilhas.

O Governo dos Açores tem assumido o seu papel de contribuinte ativo deste novo tempo, procurando introduzir fatores que possibilitem dotar as empresas de mecanismos que lhes permitam desenvolver a sua atividade de uma forma sólida e sustentável.

Lançámos a Carta Regional das Obras Públicas, dando seguimento ao cumprimento de um compromisso eleitoral, sendo que este documento, criado pela primeira vez nos Açores, assume-se como um documento estratégico ao setor e às empresas do setor.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Com o processo da reforma legislativa em curso, é nossa intenção que os próximos tempos sejam dedicados à procura de novas estratégias que permitam a redução dos custos de construção.

Queremos igualmente criar condições para que o desenvolvimento de novos produtos seja uma realidade, tendo como base de trabalho o Catálogo de Materiais Endógenos ou Produzidos e Transformados na Região.

A Requalificação e Valorização do Património existente, com o objetivo claro de melhorar a qualidade de vida de todos os Açorianos e criar melhores condições para quem nos visita, será o caminho que percorreremos.

Nesta área, lançaremos as bases para a requalificação de estradas regionais e integração de espaços envolventes, bem como para a conceção e desenvolvimento dos últimos grandes eixos rodoviários, como a segunda fase da variante à Horta ou a acessibilidade Furnas-Povoação.

No setor energético, as prioridades do Governo dos Açores estão bem definidas e são claras, visando o aumento da taxa de penetração de energias renováveis e a promoção da eficiência energética.

É nesta ótica que se impõe definir para os Açores objetivos ainda mais ambiciosos que os identificados para o Horizonte 2020, assumindo um novo quadro de políticas regionais para o setor energético para 2030, já identificadas pela Comunidade Europeia, através do Roteiro de Transição para uma Economia Hipocarbónica Competitiva ou no Roteiro da Energia.

Esta nossa postura permite-nos ter, por exemplo, menor aquisição de produtos de origem fóssil e com isso conseguir menores impactes ambientais, o que, como por certo compreenderão, faz toda a diferença numa Região que assume o Turismo, nomeadamente o Turismo Verde, como um dos pilares de desenvolvimento.

Assim, já no próximo ano, no âmbito da eficiência energética, iremos implementar o programa Eficiência +.

Este programa irá subdividir-se em dois, um destinado às famílias, outro destinado às empresas.

Em relação às famílias, com vista a reduzir o impacto dos custos energéticos no orçamento familiar, iremos redesenhar o atual Proenergia, tornando-o mais ágil e acessível.

Neste sentido, iremos promover o estabelecimento de protocolos com entidades privadas e instituições bancárias, de forma a facilitar a aquisição de equipamentos que permitam o acesso às energias renováveis, nomeadamente painéis fotovoltaicos e bombas de calor.

Iremos reforçar a aposta na sensibilização para a utilização adequada e racional de energia, assim como para a utilização dos regimes tarifários mais adequados, nomeadamente as tarifas especiais existentes que visam a redução de custos das famílias Açorianas com menores recursos, que se encontrem dentro dos parâmetros elegíveis.

Na vertente empresarial, este programa terá como preocupação abranger as especificidades de cada setor, procurando implementar as medidas adequadas que contribuam efetivamente para incrementar a competitividade das empresas. Assim, iremos promover a realização de auditorias energéticas com o objetivo de identificar medidas mitigadoras, em termos de comportamentos, a escolha adequada de equipamentos, a promoção da substituição desses sempre que for necessário e a introdução de fontes renováveis no sistema.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acreditamos que a Tecnologia é uma das áreas onde podemos ser fortemente competitivos.

A nossa posição geoestratégica, a qualidade das nossas infraestruturas e, sobretudo, a qualificação dos nossos jovens dão-nos essa garantia.

Apresentamos recentemente a Agenda Digital e Tecnológica dos Açores, pretendendo com este documento estratégico criar um quadro de referência para o desenvolvimento de políticas de incentivo à atividade de base tecnológica.

Conforme o cronograma apresentado, das 29 medidas previstas, 25 terão início no próximo ano.

Com isto, pretendemos alavancar o crescimento das atividades económicas orientadas para os mercados digitais, potenciar o desenvolvimento de valor acrescentado através do uso intensivo de tecnologia e ainda criar um ecossistema favorável ao desenvolvimento tecnológico, através de programas que promovam a educação virada para as tecnologias.

Depois de termos todas as ilhas ligadas por fibra ótica, e como já foi anunciado recentemente, daremos início ao processo de disseminação dos acessos através das tecnologias Wi-Fi nos centros urbanos das nossas cidades, vilas e freguesias.

Por outro lado, o acesso ao digital e respetivos serviços faz-se, numa sociedade justa como queremos que seja a nossa, garantindo que todos tenham essa possibilidade.

Assim, já no primeiro semestre de 2014, lançaremos o programa TIC Para Tod@s, que será sustentado numa rede física, descentralizada, bem como na garantia de que as pessoas portadoras de deficiência tenham acesso facilitado a equipamentos.

Queremos fazer dos Açores um sítio onde o acesso ao digital seja um direito de todos os cidadãos.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Com a nova geração de sistemas de incentivos e com a nova política de investigação e desenvolvimento orientada para as empresas, criaremos mecanismos que visam uma melhor e mais eficaz transferência de tecnologia para estas, abrindo espaço ao surgimento de novas atividades e de novos projetos de valor acrescentado.

Uma das formas de potenciar a transferência de tecnologia para as empresas e do surgimento de novos negócios é através da existência de

parques/infraestruturas que promovam a criação de um ecossistema favorável a esse objetivo.

Em 2014, entrará ao serviço o primeiro edifício do Nonagon, em São Miguel, e iremos prosseguir com os projetos do Parque Tecnológico da Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prosseguir para onde?

O Orador: Por outro lado, temos o desafio de darmos início ao processo de rentabilização das infraestruturas atualmente em construção, em especial a estação espacial de Santa Maria e a estação de climatologia da Graciosa.

Deste modo, é nosso objetivo proceder à captação de projetos para essas estações, quer através de programas nacionais ou europeus, fazendo com que a nossa universidade possa tirar mais-valias desses processos de transferência tecnológica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A História dos Açores é feita, dia a dia, com sucessos que festejamos e com os desafios por vencer que assumimos.

Não é, não tem sido, um caminho isento de percalços, mas fazemo-lo pela nossa terra e por amor a estas nove ilhas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Esse slogan é do PSD!

O Orador: Podemos ser criticados, podemos ser até muitas vezes desconsiderados, mas não desistimos.

Nunca desistiremos de construir um melhor futuro para todos os Açorianos!

Ajudamos quem precisa, encorajamos quem desanima, apoiamos e trabalhamos com os nossos empresários e honramos esta palavra Açores que nos enche de orgulho e nos motiva para sermos, sempre e todos os dias, políticos cada vez melhores e pormos as nossas políticas ao serviço do nosso Povo Açoriano.

Muito obrigado.

Disse!

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e **Deputada Benilde Oliveira** (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Está inscrito o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores apresentou, junto do Governo da República, em maio de 2012, uma proposta para a Revisão das Obrigações de Serviço Público no transporte aéreo para o continente e Madeira.

Nessa proposta de Revisão de Obrigações de Serviço Público estão referidas duas condições de tarifa, uma das quais a tarifa livre, e cito, “que serão definidas de forma livre por cada operadora, respeitando as regras da livre e aberta concorrência em mercados liberalizados, sendo as únicas exceções as tarifas para residentes, estudantes e carga”.

Mas vamos, então, às tarifas para residente.

O Governo Regional nunca disse aos açorianos que as tarifas de residente eram tarifas semi flexíveis. E semi flexíveis porque têm restrições, restrições essas que passo a referir: têm de ser pagas nas 48 horas seguintes à reserva e nos 15 dias anteriores à viagem não podem ter qualquer tipo de alteração, sob pena de penalização.

Pergunto, por isso, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, no caso de doentes que se desloquem ao continente e que, por qualquer motivo, o médico na consulta lhe possa antecipar, por boas notícias, a viagem, ou, por más notícias, tenha que lhe atrasar a viagem, qual é que é a penalização que esse açoriano terá numa consulta da privada?

Deputado Francisco César (*PS*): Isso já foi falado na Comissão!

O Orador: Não se preocupe, Sr. Secretário Regional da Saúde, refiro-me a uma consulta da privada, em que muitos açorianos se deslocam ao continente.

Mas, há outro exemplo, e outro exemplo será, por exemplo, uma ilha como São Jorge ou Graciosa, em que, a partir da *gateway* de São Miguel ou da Terceira, tem uma viagem marcada, mas há um cancelamento e tem que alterar a viagem, mas, entretanto, o já está dentro dos 15 dias anteriores à viagem, aliás, deve-se deslocar no próprio dia ou no dia anterior. Gostaria de saber, nessas circunstâncias, como é que é a respetiva penalização.

Na prática, Sr. Secretário, os senhores nunca disseram aos açorianos que a atual tarifa que atualmente custa os chamados 300 euros passará a ir para o regime livre e poderá custar 300, 400 ou 500 euros, como muito gosta de dizer o Sr. Presidente do Governo relativamente às tarifas a partir da Região Autónoma da Madeira.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Judite Parreira (PSD):
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário do Turismo e Transportes, eu gostaria de saber por que é que, tendo falado nele na sua intervenção inicial, não há qualquer referência ao Porto da Praia da Vitória como elo atlântico de mercadorias e transportes marítimos...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Acabou de dizer!

O Orador: ... ou como plataforma...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso de trazer as intervenções escritas não dá resultado!

O Orador: ... logística internacional.

Referiu na sua intervenção, mas não está no Plano. Referiu na sua intervenção, mas não está no Plano.

Medida recentemente defendida por Carlos César, Presidente Honorário do PS-Açores e com o qual os senhores também encheram a boca no Plano de 2013.

Também não se fala no entreposto de abastecimento de gás para os navios que cruzam o Atlântico. O Governo desistiu de tudo isto? É que estes eram projetos de enorme relevância regional e geradores de emprego.

Deputado Francisco César (PS): A resposta é não!

O Orador: O que é que vai fazer o Governo?

Para 2014, tal como já havia desaparecido também em 2013, não há qualquer referência ao cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo, promessa também dos Governos do Partido Socialista, nem relativamente a estudos, nem à obra. O Governo também desistiu do cais de cruzeiros, promessa de bandeira para Angra?

Quanto ao Parque Tecnológico da Ilha Terceira. Este é um projeto que parece não sair da fase de estudos e projetos. Na prática, é uma não realidade. O Governo também desistiu deste projeto, com a ida da fábrica de radio isótopos do Parque Tecnológico da Terceira para o Nonagon? Para quando a concretização do Parque Tecnológico da Ilha Terceira e o que é que lá se vai instalar?

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não ouviu a intervenção?

O Orador: De concreto, o Governo tem dado a este projeto uma mão cheia de nada.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, há assuntos que são tratados na Comissão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, e neste caso específico, das Obras Públicas, só tinha uma questão muito concreta a lhe colocar.

A Carta das Obras Públicas, que tem sido tão apregoada pela vossa governação, a nós deixa-nos uma questão curiosa, que é não ter sido precedida por uma carta de projeto de obra pública. E, portanto, eu gostaria de saber, de todas essas obras, quais são as que já têm compromisso de projeto; se já têm compromisso de projeto, quais são as empresas adjudicatárias; e tendo empresas adjudicatárias, em que regime foi feita essa adjudicação. Isto só para garantir que as pequenas empresas de projeto açorianas não ficam de fora deste benefício, que suposto seria se juntarem todas as pequenas empresas açorianas para terem capacidade contra o *lobby* das grandes construtoras não açorianas e ficarem garantidas com esta medida de tão boa vontade deste Governo.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A carta é um documento válido!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Pedroso, tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Estava a ver que ninguém falava de turismo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estávamos à espera do Sr. Deputado San-Bento!

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os Açores foram classificados como de *best kept secret* por vários órgãos de comunicação social, e muito bem.

Olhar para o Plano e para os 25 milhões que estão destinados ao turismo, eu tive imensa dificuldade em entender, devido à ausência de rúbricas, para onde vai o dinheiro: quanto vai para a promoção, quanto vai para os trilhos, quanto vai para os eventos, quanto vai ser atribuída à divulgação da marca Açores.

Eu perguntaria ao Sr. Secretário: o destino final dos 25 milhões é também *the best kept secret*?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria também de fazer uma sugestão, Sr. Secretário.

Há um edifício na vila de Calheta que está fechado, sem utilidade, mostrando já alguma degradação, construído recentemente pelo Governo junto ao cais da vila de Calheta, e que gostaria de sugerir que lhe fosse dada alguma utilidade. Até me atrevia a sugerir, se não achar irrelevante, que utilizassem para gare marítima. Podiam fazer uma inauguração, cortar a fita com pompa e circunstância, por exemplo, para inaugurar a reposição das ligações marítimas Calheta/Angra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A pergunta precisa é: quando se iniciam as prometidas ligações Calheta/Angra?

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, telegraficamente, porque não dá...

O Sr. Secretário está a dizer que não ouve...

Muito se tem escrito ultimamente na nossa opinião pública sobre a SATA, sobre preços, sobre tarifas máximas, sobre *lowcost*. Ninguém se entende,...

Deputado Francisco César (PS): Ninguém se entende?!

A Oradora: Não, ninguém se entende!

... porque toda a gente tem o número e uma leitura e uma opinião diferentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O entendimento é flexível!

A Oradora: E eu penso que este é o momento certo, aqui e agora, para o Sr. Secretário Regional nos tentar esclarecer de uma vez por todas.

E a pergunta que lhe faço, com o erro que ela pode ter no meio de tanta confusão e de tanta opinião contraditória, é a seguinte: a tarifa máxima que o Governo Regional propõe é de 220 euros, numa passagem de ida e volta para o continente,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Semi flexível!

A Oradora: ... e as pessoas são ressarcidas de 86 euros (43 para cada lado). Ou seja, pagam um bilhete de 134 euros. É assim ou não é?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mais taxas!

A Oradora: Esta é uma pergunta objetiva, Sr. Secretário, esclareça isto de uma vez por todas.

Outra pergunta. Qual é a razão porque a SATA, tendo que ser competitiva, no dia a seguir ao acordo com o Governo da República sobre as Obrigações de Serviço Público,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por causa da carga, Sra. Deputada!

A Oradora: ... não pode, legalmente, ser competitiva amanhã, já, praticando os preços referidos? Pergunto: o senhor vê algum impedimento? Aonde? Pode, por favor, apontá-lo para todos e todas nós podermos ver também onde é que está este impedimento legal?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Outra questão. A sede da nova empresa marítima, que resultará da fusão da Atlântico Line com a Transmaçor, vai ou não vai ficar sediada na cidade da Horta?

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Vai para São Miguel!

A Oradora: Pergunta objetiva que muita gente faz por aí.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claro que sim!

A Oradora: Diga, Sr. Secretário Regional: vai ou não vai? E o assunto fica esclarecido de uma vez por todas e põe-se fim à especulação.

Última pergunta. Onde é que está a segunda fase da variante da Horta e se lhe parece racional iniciar um processo de requalificação da frente marítima com todas as obras que daí resultam (estamos a falar de saneamento básico, estamos a falar de ruas pedonais, estamos a falar de comércio local, estamos a falar da vida do dia a dia, das deslocações do dia a dia das pessoas que vivem nesta cidade)? Pergunto-lhe como é que é possível começar a casa pelo telhado? Ou seja, primeiro faz-se as obras e a requalificação da frente marítima e depois não se sabe quando a segunda fase da variante da Horta. E as pessoas, no meio disto tudo, ficam aonde, circulam como, por onde é que andam?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência das questões aqui levantadas, gostaria de começar por esclarecer as que dizem respeito à proposta apresentada pelo Governo dos Açores em devido tempo ao Governo da República.

Efetivamente, é uma proposta que tem como um dos seus objetivos servir os açorianos, protegendo-os daquilo que se passa em mercados totalmente liberalizados, como é o caso da Madeira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A proposta que o Governo dos Açores apresentou garante uma tarifa de 134 euros, a que se acresce os 86 euros que a Sra. Deputada muito bem referiu mais as taxas de aeroporto. Ou seja, são 220 mais as taxas de aeroporto e o passageiro é reembolsado de 86 euros.

Deputada Zuraída Soares (BE): Cento e vinte mais taxas?

O Orador: É uma tarifa semi flexível cujas características estão definidas na proposta que apresentámos até 15 dias antes do voo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quer dizer que uns vão ter umas taxas e outros outra!

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Macedo diz que o Governo dos Açores nunca falou nisto. Isto não é verdade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nunca falou! A Sra. Deputada Zuraída não sabia!

O Orador: E também não é verdade que o Sr. Deputado não soubesse, ou então é estranho que tenha levado um ano e meio para conseguir interpretar o que estava escrito na proposta. Mas pelos vistos também ao fim de um ano e meio não conseguiu interpretar corretamente, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então diga lá!

O Orador: O que está escrito na proposta define qual é o regime semi flexível até 15 dias antes do voo. Mas se o Sr. Deputado quiser marcar, ou por uma questão de doença, ou por uma questão de necessidade, uma viagem até à véspera do voo, mas nos últimos 15 dias,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pode marcar!

O Orador: ... poderá marcar com aquele valor. A companhia define quais são as regras...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não percebeu a minha pergunta!

O Orador: ... de penalização. A companhia define as regras de penalização, ou seja,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não tem que pagar logo?

O Orador: ... aquilo que o Governo dos Açores defende é que todos os açorianos, de qualquer ilha, tenham acesso a uma tarifa até à hora do voo de 134 euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a taxa!

O Orador: A questão que colocou,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Cancelamentos!

O Orador: ... nomeadamente aos regimes de encaminhamentos e como é que se procederia se houvesse cancelamentos nos voos de ligação, oh, Sr. Deputado, o Sr. Deputado sabe...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diga, diga!

O Orador: ... que eu sei que o senhor sabe que existem acordos de inter-line e acordos de *codeshare* para se estabelecer o processo de encaminhamentos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Codeshare* não é permitido!

O Orador: Nos reencaminhamentos é, porque tem que ter um acordo com a companhia aérea regional para garantir os encaminhamentos, seja qual for a outra operadora que opere para os Açores. Portanto, Sr. Deputado, não tem que deturpar aquilo que sabe que é a verdade, porque a verdade é esta. E havendo estes acordos, o Sr. Deputado também sabe que quando isto acontece...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não está escrito!

O Orador: ... a compensação ao passageiro por via dos atrasos que há é assumida pelo bolo, pelo conjunto das duas empresas. Portanto, o passageiro nunca é penalizado, é protegido por eventuais atrasos ou incumprimentos que existem na operação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E no caso de doença no regresso?

O Orador: Oh, Sr. Deputado Luís Rendeiro, o Sr. Deputado não esteve atento, certamente por outras razões, à minha intervenção.

O “hub” na Praia da Vitória é um objetivo que este Governo continuará a trabalhar afincadamente para o conseguir.

E relativamente à estação de serviço de LNG, Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu referi que no desenvolvimento do Porto da Praia da Vitória está englobada também a inserção do projeto COSTA, que é o que precisamente cria o estabelecimento de estações de serviço de LNG nos portos da Europa.

Quanto ao Parque Tecnológico da Terceira, os projetos estão em fase de preparação para serem colocados em concurso junto das empresas, e isso também responde à Sra. Deputada Graça Silveira.

O processo de concurso para a elaboração de projetos segue aquilo que a lei permite: até determinado valor é com consulta direta no mínimo a três empresas; quando ultrapassa determinados valores, tem que ir a concurso público. Tem sido este o procedimento.

Agora, o Governo dos Açores tem feito uma coisa ao longo deste ano que é privilegiar o lançamento de concursos de empreitadas de valor mais baixo, nomeadamente para permitir que as empresas locais possam concorrer e para permitir que se desenvolva as economias locais nas nossas ilhas.

Sr. Deputado António Pedroso, eu estava convicto que o Sr. Deputado ia mostrar a sua satisfação para ver um reforço efetivo nas verbas atribuídas ao turismo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A promoção de um destino é um investimento continuado e, como o Sr. Deputado bem sabe, a verba que nós temos alocada para a promoção do turismo ao pé de verbas que aparecem em outros destinos por este mundo fora é incomparavelmente menor. Os resultados que nós temos obtido são sinal de que os valores que têm sido atribuídos para o setor do turismo têm sido valores bem empregues, e se olharmos atentamente para o Plano e Orçamento para este ano

e para aquilo que são as nossas prioridades, estas estão bem definidas: o montante que é alocado à promoção e o montante que é alocado à qualificação e valorização da oferta.

Sra. Deputada Zuraida Soares, voltando à SATA. Uma coisa é uma companhia praticar determinados preços quando está obrigada a prestar um serviço;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E quem não tem?

O Orador: ... outra coisa é uma companhia praticar um preço diferente quando as obrigações que tem são outras.

O Orador: A nossa proposta, apresentada ao Governo da República, tem diferenças substanciais em termos de custo de operação para as companhias, desde logo a possibilidade de subcontratação da carga. Daí não ser possível que qualquer companhia possa praticar de uma forma sustentada estes preços no contexto das obrigações que tem atualmente.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): E a variante? E a frente marítima? E a sede?

Deputado António Pedroso (PSD): E a ligação Calheta/Angra?

Presidente: Muito obrigada,...

Sr. Secretário, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Variante da Horta. A variante da Horta está prevista na Carta Regional de Obras Públicas para o primeiro semestre de 2015, ou seja, será lançado o procedimento, o concurso para a empreitada no primeiro semestre de 2015.

Se a Sra. Deputada olhar para a Carta Regional de Obras Públicas, existe um encadeamento lógico entre os lançamentos de concurso, tanto da variante da Horta, da segunda fase, como da requalificação da frente mar.

Deputada Zuraida Soares (BE): E a sede da nova empresa?

Deputado António Pedroso (PSD): E a ligação Calheta/Angra?

O Orador: Como já lhe disse, isto não é um assunto novo. Como já lhe disse, a sede da empresa, neste momento, é o que menos nos preocupa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas a nós preocupa!

O Orador: Não há razão objetiva...

(Sra. Deputada, deixe-me terminar).

... nenhuma para que a sede não seja na Horta.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! Muito obrigada!

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Secretário, e a ligação Calheta/ Angra?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário, pelos seus esclarecimentos.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não se esqueça do que disse!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário Regional da Economia, agradeço que me dê alguma atenção porque eu tenho pouco tempo,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Economia?!

O Orador: Não é Economia, Transportes, Obras Públicas, Turismo e afins?
Pronto!

Então quem é que trata da economia dos Açores? É o Sr. Vice-presidente?

Sr. Secretário do Turismo e Transportes,...

(Aparte inaudível do Deputado António Marinho)

O Orador: ... comecemos...

Oh, Marinho, eu tenho pouco tempo. Muito obrigado.

(Aparte inaudível da bancada)

O Orador: Marinho, com o respeito, com a amizade que tenho pelo Sr. Deputado António Marinho há muitos anos e o senhor não é ninguém para me estar aqui a corrigir. Entendido?

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente, dizer que um Deputado do PS não é ninguém!

O Orador: Sr. Secretário, registo com agrado que nos Açores o turismo tenha tido uma evolução positiva.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

O Orador: Oh, Sra. Presidente, eu vou-me sentar.

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar com a sua intervenção.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos ter alguma ponderação, todos sem exceção, porque ainda falta algum tempo para o intervalo e, portanto, vamos continuar com alguma moderação.

Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Sr. Secretário do Turismo e Transportes, em primeiro lugar, eu queria registar com agrado que o turismo nos Açores tem tido uma evolução positiva e que nós, neste ano, tenhamos tido mais turistas do que no passado, e também felicitá-lo por termos já um barco aqui e o outro a caminho. São boas notícias e nós ficamos satisfeitos e os açorianos também.

O Sr. Secretário falou no programa “Family Friendly” para o continente. Eu queria saber do programa “Family Friendly” para o turismo interno...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é interno, é intrarregional!

O Orador: ... e as medidas que o senhor tem para o turismo interno nos Açores e na SATA- Air Açores e nos hotéis dos Açores para açorianos.

Outra pergunta que lhe quero fazer, Sr. Secretário, é relativamente à promoção do turismo religioso, o que é que o senhor tem previsto sobre essa matéria, que é uma proposta do CDS?

Deputado Francisco César (PS): É bom saber que o senhor segue os ensinamentos do Deputado Pedro Medina!

O Orador: E, Sr. Secretário, é preciso saber também sobre uma proposta do CDS, e viabilizada pelo Partido Socialista, sobre o avião cargueiro. O estudo sobre o avião cargueiro já está pronto? Quais são as conclusões? Não é o avião cargueiro para o continente, é o avião mini cargueiro inter-ilhas. Foi para isso que foi feita uma proposta, 50 mil euros para fazer um estudo. Está pronto? Quais as conclusões? Porque vem-se falar em exportações, vem-se falar em mercado interno, cinco anos depois do CDS ter falado nele, Cinco anos depois! E isso era uma medida muito interessante para o estímulo e para o abaixamento de tarifas e de preços para os comerciantes. E, naturalmente, para estimular a economia interna nos Açores, que os senhores depois vieram chamar economia interna e que nós inicialmente chamamos mercado interno. Portanto, quando é que o Sr. Secretário prevê esse estudo?

Sr. Secretário, relativamente à frota da SATA, preocupa-me também a sua renovação e substituição. O que é que o Sr. Secretário tem a dizer relativamente à renovação da frota de longo curso da SATA?

Finalmente, Sr. Secretário. As Obrigações de Serviço Público para com a República são as que são, agora é preciso dizer e ter atenção e cuidado com a liberalização selvagem...

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado André Bradford, a quem saúdo e cumprimento, sentado agora aí nessa coisa, e com quem tive o prazer de conversar...

Deputado Rogério Veiros (PS): Isto é uma bancada de madeira! O senhor senta-se onde quiser! Aqui é uma bancada de madeira!

O Orador: ... muitas vezes sentado dessa bancada e, Sr. Deputado, nessa bancada, e...

Exatamente! Não foi para ofender.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor senta-se onde quiser! Aqui é uma bancada de madeira!

O Orador: Sr. Presidente,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Respeitinho é importante!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Olhe o tempo! Olhe o tempo que tem!

O Orador: ... não quer tirar o rabinho da seringa, Sr. Presidente? Não quer fugir com o rabinho à seringa?

O Orador: O Sr. Deputado André Bradford lembra-se quando esta ali, e estava ali Duarte Ponte, que o CDS, daqui, se opôs às posições dali sobre a liberalização do PSD do mercado dos transportes aéreos. Não estava cá o Sr. Deputado Francisco César, mas vá aos Diários e aprenda alguma coisa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olha, eu também já levo!

O Orador: Sr. Secretário, àquela tarifa de 220 euros,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Deputado André Bradford não podia estar!

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado, também não estava o Deputado André Bradford!

O Orador: ... há que crescer 40,96 euros.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está errada!

O Orador: Oh, senhor, 2007! Estava aí Duarte Ponte, quando se começou a falar nas Obrigações de Serviço Público.

Presidente: Sr. Deputado, não entre em diálogo!

Faça o favor de continuar a intervenção.

O Orador: Portanto, não são 220 euros, Sr. Secretário, são 220 mais 40, que são 260, menos 86, quanto é que dá? Cento e oitenta e... Portanto, a tarifa não é

131 euros, porque tem que se aplicar os 40,96 euros de taxas: taxa de emissão de bilhete, taxa de aeroporto e taxa de segurança.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Não senhor!

O Orador: Exclui unicamente a taxa YQ, taxa de combustível.

Pedia ao Sr. Secretário algum esclarecimento sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E os que passam por 2 aeroportos? Pagam 2 taxas?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes omitiu, julgo que por distração, o exemplo que eu referi relativamente a uma deslocação por doença para um hospital privado, ou por doença quando estamos deslocados no continente, uma gripe,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Uma gripe? Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... um acidente, uma perna partida, o que quer que seja, que nos obrigue,...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: ... ou que obrigue o passageiro a fazer a antecipação, nesse caso por doença, o adiamento do seu regresso. Ou seja, está a fazer uma alteração dentro dos 15 dias anteriores à segunda perna da viagem.

Deputada Catarina Moniz Frutado (*PS*): Ah! Pensei que era uma segunda perna partida!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Eu perguntei-lhe, na Comissão de Economia, qual é que era a penalização.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Na altura, o Sr. Secretário Regional referiu que isso dependeria das condições comerciais ou da política comercial da empresa.

Sr. Secretário, eu volto a perguntar-lhe: o açoriano é penalizado porque vai ter uma tarifa semi flexível se tiver que adiar, ou na ida ou no regresso, a sua viagem. Quanto é que é essa penalização? Esta era a primeira questão.

A segunda questão tem a ver com algumas frases que o Sr. Secretário, V. Ex.^a, utilizou no seu discurso: excelência de operação, eficiência, melhoria contínua, possibilitar ao cidadão aceder aos diversos tipos de transporte de uma maneira simples e agregadora.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para ir ao site da Transmaçor para tentar fazer uma reserva para abril. Vai-me dizer assim: “Ah, mas o faialense que quer ir ao Pico não precisa de fazer uma reserva para abril, porque chega lá e compra a viagem!”. Mas o senhor defendeu que era preciso fazer uma forte aposta no turismo, inclusive nos *independent travellers*, ou seja, aqueles que programam a sua viagem com alguma antecedência.

Como é que quer que os operadores programem viagens para o triângulo, encaminhando turistas para o triângulo, se pela segunda vez, porque eu já disse isso em março ao Sr. Secretário, a Transmaçor insiste em ter apenas horários até aos meses de dezembro, janeiro, fevereiro, março, mas abril, quando clicar lá, abril já não tem lá nada.

Sr. Secretário, palavras são muito bonitas de se dizer, agora a prática não confirma as suas palavras.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa, está a inscrever-se?

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço a sua explicação, mas, sem querer minimizar, é quase cultura geral saber que as adjudicações diretas na região são até aos 75 mil. Não respondeu especificamente à minha pergunta: há ou não compromisso de projeto e quais as empresas que realizaram esses projetos? Eu, quando fiz a minha casa, e o Sr. Secretário provavelmente também mandou fazer um projeto antes, não mandou o empreiteiro fazer em conjunto o projeto da casa. E, portanto, quando estamos a falar em obras públicas estamos a falar das obras para as empreitadas de execução, ou estamos a falar de projetos? Há ou já não há projeto? Porque uma Carta de Obras Públicas com a especificidade que aquela tem exige ter um esclarecimento em relação a se há ou não há compromisso de projeto.

Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, Vítor Fraga, eu relembro-lhe que o que está a ser aqui discutido e que será votado nesta casa...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ainda bem que lembraste isso!

O Orador: ... é o que consta deste documento, que é o Plano e Orçamento para 2014 e não o discurso do Sr. Secretário. E, de facto, no Plano e Orçamento não

consta aquilo que o senhor disse no seu discurso acerca da Praia da Vitória. Portanto, eu gostava que se registasse.

Deputado Luís Garcia (PSD): Nem variante nem nada disso! Conversa desde 1996!

O Orador: Da mesma maneira que se regista o ensurdecido silêncio da bancada do Governo acerca do cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo.

Mas tem também aqui mais algumas questões para lhe colocar.

Na manhã da passada segunda-feira, voltou a haver mais um corte geral do fornecimento de eletricidade na ilha Terceira. De novo, e como em todas as outras ocasiões, com consequências para a população e economia da ilha. O PSD-Açores espera que em 2014 estejam definitivamente resolvidos os problemas com os cortes de eletricidade por parte da EDA na ilha Terceira, para que não tenhamos de voltar a questionar o Governo e o Conselho de Administração da EDA acerca deste assunto. Os cortes da EDA na Terceira parecem ter-se tornado também em hábitos que se transformaram em vícios, como escreveu, e muito bem, o Deputado José San-Bento numa das suas crónicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também escreve crónicas?

(Burburinho geral)

O Orador: Nunca se apuraram nem responsabilidades, nem responsáveis. Acreditamos que neste momento tais responsabilidades estão no Governo e que o Governo anda há demasiado tempo a brincar com os terceirenses.

Pode o Sr. Secretário garantir que se resolvem, já e de vez, os problemas com os cortes de eletricidade na Terceira? O senhor tem a obrigação de assumir esse compromisso.

A Central Geotérmica da Terceira avança ou não? Em março de 2014 ou não, como afirmou à comunicação social o Presidente do Conselho de Administração da EDA?

Neste Plano não há qualquer referência ao projeto geotérmico para a ilha Terceira e relembro que os primeiros estudos geofísicos para a construção de uma central geotérmica tiveram início em 2000 e os primeiros poços foram abertos em 2007. Já foram investidos no projeto 28 milhões de euros, resultados práticos: zero.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, o PPM apresentou um projeto de resolução na matéria do reordenamento e ampliação do Porto da Casa no Corvo, que estabelecia como prazo para a concretização da obra até ao final da legislatura. E, portanto, nesse sentido, o Governo está a cumprir a recomendação que foi emanada desta casa.

Neste Plano, o Sr. Secretário tem prevista uma verba de 400 mil euros. O que eu lhe pergunto são três questões específicas sobre a questão do reordenamento e ampliação do Porto da Casa no Corvo: que tipo de intervenção e de estudos estão previstos realizar ao longo de 2014? Se pode elaborar uma pequena síntese em relação à calendarização desta intervenção, nomeadamente referindo se é possível, se é expectável que a intervenção se realize no verão de 2015? E também se já, neste momento, tem dados que lhe permitam apontar para um

valor da despesa total quando a obra for concretizada ou se tem já algum intervalo definido neste âmbito?

São estas as três questões específicas sobre esta questão do Porto da Casa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu não disse que estava contente ou descontente, eu estou expectante, como tenho estado durante estes anos todos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e mantenho-me expectante para ver como resulta a política do turismo e também expectante à sua resposta à pergunta que lhe fiz: quando serão iniciadas as viagens Calheta/Angra? Deve ter-se esquecido!

Já agora, gostaria de lhe deixar mais uma sugestão, uma colaboração.

Eu gostaria de lhe recomendar a utilização das águas termais que existem nos Açores, tanto nas Furnas, como na Ferraria, no Carapacho da Graciosa, no Varadouro, aqui no Faial, para que se construísse, se abrisse, se inaugurasse termas,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas que grande ideia!

(Risos da banda do PSD)

O Orador: ... um dos recursos endógenos dos Açores, que é uma ideia absolutamente original, que nunca ninguém falou disso, e que, certamente,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas há sempre um jorgense que se lembra!

O Orador: ... o Sr. Secretário não vai minorizar essa questão.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Interessa aqui salientar um facto interessante destas intervenções que têm sido feitas, porque não se fala de turismo, ou pouco se fala de turismo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Numa altura em que o turismo começa a ganhar alguma sustentabilidade, começa uma retoma natural, e os senhores são os mesmos que há meia dúzia de dias diziam: “30 milhões de euros depois e estamos pior no setor do turismo!”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga isso a quem tem a pasta do turismo!

O Orador: Hoje ninguém fala nos melhores resultados do turismo. É só uma curiosidade.

Os senhores deviam preocupar-se com o vosso Governo na República e insistir para que ele reponha as condições que os turistas nacionais...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fale do turismo na Graciosa!

O Orador: ... tinham.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Esses, sim. Nesses é que houve um grande decréscimo no turismo, enquanto o turismo estrangeiro continua a aumentar exponencialmente.

Deputado Francisco César (PS): Sobre isso os senhores não falam!

O Orador: E é nesse sentido que este Governo aposta em mais 25 milhões de euros para manter esta consolidação no setor do turismo.

Eu relação à liberalização do mercado, e aqui uma afirmação do Sr. Deputado Artur Lima, “cuidado com a liberalização selvagem”. Liberalização selvagem é aquilo que acontece hoje, na Madeira, e, aliás, não é por acaso que hoje, na Madeira, se quer alterar essa liberalização.

Vou-lhe só dizer.

Marcando uma passagem no dia 20 de dezembro com regresso a 2 de janeiro, na Easyjet, custa 632,98€. Ora, na mesma data, marcando na SATA custa 290€.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aonde?

O Orador: Esta é a grande diferença da liberalização selvagem e é por isso que definimos nas OSP, claramente, um teto máximo...

Deputado Joaquim Machado (PSD): No dia 2 de janeiro, quanto é que custa?

O Orador: ... para residentes e estudantes.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não seja desonesto!

O Orador: Aí é que é a salvaguarda do direito dos açorianos.

Outra questão que tem a ver com a Deputada Graça Silveira.

Eu continuo sem perceber qual era a questão, Sra. Deputada, porque...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Não, não foi a mim, mas estamos aqui em discussão, como é óbvio. Aceito o debate, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quando o Sr. Deputado for Secretário das Obras Públicas terei toda a honra em lhe perguntar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado já reparou que não falou de turismo?!

O Orador: Só lhe vou dizer assim: mas por quê? O Código de Contratação Pública é clarinho como água: define os limites e os tetos dos ajustes diretos dos concursos públicos. Qualquer obra pública, considerando a sua dimensão, tem obrigatoriedade legal de ter projeto de execução, Sra. Deputada. Não vejo qual é o problema.

Deputada Graça Silveira (PSD): O Sr. Deputado fale de obras públicas!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, importa aqui saber se a aposta, e julgo que sim, já o referiu, no mercado nacional terá necessariamente de continuar e se pode especificar se a medida utilizada recentemente é para continuar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais umas vaquinhas na Praça de Espanha e isso resolve-se, ou abacaxi na feira de Lisboa!

O Orador: ... e se pode ser ampliada ou aumentada, ou haverá outras medidas necessárias nesse sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade, em junho deste ano, o Sr. Secretário do Turismo e Transportes deu a conhecer aos parceiros sociais a Carta Regional das Obras Públicas e anunciou ao mesmo tempo que nos próximos anos o Governo tinha um investimento de 620 milhões de euros para a construção civil nas áreas da construção, da reabilitação e da manutenção.

A notícia aparece na comunicação social com um sinal de prioridade e, na verdade, esta Carta das Obras Públicas, a sua implementação é uma prioridade máxima para a região. É uma prioridade e ela tem que passar da retórica política para a concretização real, isto porque estamos mergulhados numa profunda crise na região,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... há um desemprego elevado, a economia regional está estagnada, o setor da construção civil está em agonia. Portanto, é urgente pôr esta Carta Regional das Obras Públicas em prática.

No mesmo momento o senhor anunciou que, por motivo do estado em que se encontrava, sobretudo, o setor da construção civil na região, iria antecipar 50 empreitadas para este segundo semestre de 2013 no valor de 84 milhões de

euros. Eu gostava que o senhor dissesse aqui a todo o Parlamento em que fase está o grau de execução destes 84 milhões de euros.

Voices de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se me permite, vou começar pelo fim e pelas questões levantadas pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes.

O Governo dos Açores apresentou a Carta Regional de Obras Públicas aos parceiros, contempla um montante de cerca de 600 milhões de euros para a legislatura e fez um esforço de antecipação de 84 milhões de euros para o segundo semestre de 2013.

O indicador de medição da Carta Regional de Obras Públicas é o número de procedimentos que são lançados. Neste sentido, 74% daquilo que estava previsto já está em processo final de consulta pelas empresas. Desses 74%, 58% correspondem a empreitadas de montante inferior a 500 mil euros, possibilitando que as empresas locais possam concorrer, tenham acesso e alvará para concorrer a essas empreitadas no sentido de dinamizar as economias locais.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Na sequência também do que perguntou a Sra. Deputada Graça Silveira, Sra. Deputada, nós não podemos lançar concursos para obras se não tivermos os projetos feitos.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Ora aí está!

O Orador: Aquilo que nós dissemos...

Sra. Deputada, aquilo que nós dissemos, os 84 milhões de euros,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas tem uma Carta de Obras Públicas!

O Orador: ... que foram antecipados para o segundo semestre de 2013, eram obras que já tinham os projetos executados, naturalmente, senão não os podíamos lançar a concurso das empreitadas.

Espero ter sido suficientemente claro e clarificar...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quais são as empresas?

O Orador: ... as suas questões.

Mas só a título de curiosidade, se a Sra. Deputado quiser ficar com este número, para a legislatura foram apresentados, quando se fez a apresentação da Carta Regional de Obras Públicas, a necessidade de contratar 168 novos projetos, para o período da legislatura. Aquilo que antecipamos é evidente que já tinha os projetos de execução e os projetos concluídos, senão não podíamos lançar a...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Por adjudicação direta, suponho! Nunca foram a concurso público!

O Orador: ... empreitada.

Agradeço o reconhecimento que o Sr. Deputado Artur Lima aqui fez.

Quando eu falei que iríamos alargar a campanha de famílias para o mercado nacional, engloba-se também o mercado interno, o mercado da região, à semelhança daquilo que fizemos no ano anterior. Portanto, a campanha será alargada também a todos os açorianos, podendo usufruir das condições que são públicas.

Em relação ao turismo religioso, Sr. Deputado, é um produto turístico, está a ser trabalhado, como temos um conjunto de outros produtos turísticos que estão a ser trabalhados.

Deputado Luís Maurício (PSD): Depois das obras do Campo de São Francisco estarem prontas!

O Orador: Há um gestor de produto, que está a trabalhar este produto em concreto e que depois entrará, naturalmente, no processo de promoção junto dos operadores turísticos e dos turistas, do cliente final em concreto.

Quanto ao avião cargueiro, eu tive a oportunidade de dizer, falei no avião cargueiro numa perspetiva mais vasta, não é exclusivamente na perspetiva do tráfego de um ponto dos Açores para o continente, mas na perspetiva global da região. Portanto, quando eu lhe digo que vou apresentar o estudo em janeiro, significa que é uma vertente global, incluindo, naturalmente também, o tráfego inter-ilhas.

Deputado Francisco César (PS): Satisfeito?

O Orador: Sr. Deputado Jorge Macedo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falta a frota da SATA!

O Orador: ... a partir de janeiro,...

(Eu já volto).

... e na questão que colocou relativamente à Transmaçor, a Transmaçor passará a estar integrada no sistema que será um chapéu...

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora é para janeiro! É sempre para a frente! Para e frente é que é caminho!

O Orador: ... no âmbito do plano integrado de transportes.

Posso dizer-lhe que além de poder efetuar as reservas através do próprio sistema, passará a disponibilizar de um outro tipo de serviço. O Sr. Deputado, por exemplo, se quiser fazer uma viagem Ponta Delgada/Horta/Pico, durante um dia, poderá fazer a aquisição do seu bilhete da Transmaçor, da SATA, fazer um check-in único...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu só quero um bilhete para o Pico! Não quero mais nada!

O Orador: ... ao balcão da SATA e irá chegar ao Pico, sendo que a sua bagagem, só terá contato com ela novamente quando chegar ao destino final.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Custa a crer! Isto é tão bom que custa a crer!

O Orador: Sr. Deputado Luís Rendeiro, relativamente aos cortes na ilha Terceira.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a questão que coloquei da segunda perna no percurso?

Deputado Luís Garcia (PSD): Está a fugir novamente!

O Orador: Só um louco poderia assumir que não vai haver mais cortes! É evidente que nós estamos a falar de sistemas que podem ter problemas e esses problemas acontecem. São máquinas e como tal elas são sujeitas a que aconteçam problemas no desenrolar da sua atividade. O que lhe posso dizer é que a EDA definiu um plano para atacar os problemas críticos, nomeadamente na central do Belo Jardim, está a reformular a rede de baixa e média tensão e o objetivo é reduzir ao máximo as...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não está a correr muito bem!

O Orador: ... indisponibilidades de serviço na ilha Terceira como em qualquer outra ilha da região.

Em relação à geotermia. Sr. Deputado, o compromisso que assumimos é o compromisso que estamos a cumprir e que vamos cumprir. Estão a ser efetuados testes, tal como foi dito, esses testes, a indicação que temos é que estão a correr muito bem. Se se confirmar os resultados que temos obtido até então, significa que a partir de março teremos em condições de avançar para a construção de uma central geotérmica de três megawatts na ilha Terceira.

Deputado Luís Garcia (PSD): Duarte Ponte já dizia isso quando era Secretário Regional!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E foi parar à EDA!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Porto da Casa. Tal como o Sr. Deputado disse, o projeto está a desenrolar-se. Neste momento, estão a ser feitos estudos no âmbito do desenvolvimento do modelo matemático, depois passaremos para outra vertente, para os ensaios em modelo reduzido. A perspetiva e o nosso objetivo é que, no primeiro semestre de 2015, o concurso esteja lançado de forma a que, no segundo semestre de 2015, a obra esteja em execução. O montante previsto ultrapassa os 12 milhões de euros.

Viagens Calheta/Angra. Sr. Deputado António Pedroso, serão englobadas no processo de revisão de Obrigações de Serviço Público para o transporte marítimo de passageiros. A nossa expectativa é que no próximo verão IATA as mesmas já possam estar em funcionamento.

Deputado António Pedroso (PSD): Muito obrigado!

O Orador: Em relação às águas termais. Existe um processo que está a ser desenvolvido no sentido de resolvermos problemas que existem nas atuais estruturas, nas atuais infraestruturas e simultaneamente estamos a desenvolver um outro processo, que é o de certificação das termas no sentido de poderem ser comercializadas junto de mercados emissores, nomeadamente do mercado emissor alemão, cuja segurança social comparticipa com os tratamentos, na perspetiva de conseguirmos aumentar e incrementar a captação fluxos...

Deputado Humberto Melo (PSD): Dez anos!

O Orador: ... por via deste produto turístico.

Sr. Deputado Miguel Costa, em relação à aposta no nacional. Todos nós sabemos os constrangimentos que foram colocados aos turistas nacionais, ao turista e ao perfil do turista que tradicionalmente nos visitava. Tivemos a necessidade de reposicionar o destino neste mercado indo ao encontro de segmentos de mercado que têm poder de compra. É esse trabalho que iremos consolidar durante o próximo ano, onde se inclui, como tive oportunidade de dizer, o alargamento da campanha de famílias para o verão de 2014.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Nós vamos fazer um pequeno intervalo.

Peço apenas ao Sr. Secretário o favor de anunciar os tempos restantes para o debate.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário: O Governo Regional tem 59 minutos e 33 segundos; o Partido Socialista tem 85 minutos e 6 segundos; o PSD tem 43 minutos e 29 segundos;

o CDS-PP tem 14 minutos e 34 segundos; o Bloco de Esquerda tem 40 segundos; o PPM tem 5 minutos; e o PCP tem 8 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 38 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, eu peço que me desculpe a maçada, mas V. Ex.^a continua sem responder a uma questão que eu coloquei logo desde o início: quanto é que um açoriano que, por motivos de força maior, tenha que alterar uma viagem marcada ao abrigo das novas regras de Serviço Público, terá de penalização?

V. Ex.^a, na Comissão de Economia, referiu que isso dependia da política comercial da empresa. Os açorianos precisam hoje e agora de saber quanto é que é a penalização pelo facto de alterarem a sua viagem por motivos de força maior, por exemplo, já estando no continente e de precisando de adiar ou antecipar a sua viagem de regresso.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescindi.

Sendo assim, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, vou responder ao Sr. Deputado Artur Lima, porque houve um lapso numa das questões que me colocou em relação ao que seria feito relativamente à frota de longa curso da SATA.

A SATA encomendou um estudo a uma entidade externa para avaliar soluções futuras para a sua frota de longo curso. Esse estudo conta-se que no primeiro trimestre do próximo ano esteja devidamente concluído para procedermos a uma correta avaliação, uma vez que a decisão aqui, como deve compreender, não é uma decisão política, mas é sim uma decisão técnica.

Sr. Deputado Jorge Macedo, eu já referi, por diversas vezes, mas vou voltar a fazê-lo. A proposta que nós temos, nos últimos 15 dias, permite que qualquer açoriano tenha acesso à tarifa dos 134 euros, mediante...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais taxas!

O Orador: ... as condições que a companhia depois impuser no que toca à alteração das datas de viagem.

Deputado Jorge Macedo (PSD): No que toca?

O Orador: À alteração das datas de viagem.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não pode alterar dentro dos 15 dias!

O Orador: Depende daquilo que a companhia impuser. Tem que ouvir aquilo que eu digo!

O que eu vou dizer-lhe é que relativamente aos assuntos de força maior que provocam alterações nas reservas, normalmente, perante a apresentação de qualquer comprovativo, isto hoje já existe com as tarifas promocionais, por exemplo, as companhias deixam de aplicar as penalidades e permitem ao passageiro que este efetue a viagem de acordo com a sua possibilidade. Isto é uma prática do mercado, é uma prática da indústria que já se verifica hoje e que, na solução que nós temos, não há razão nenhuma para que não se venha a verificar...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... no futuro.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Penso que agora não há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma pergunta muito rápida ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo: em que data é que está previsto o início da estrada alternativa à Ribeira Quente?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores está a desenvolver, em primeiro lugar, antes de uma estrada alternativa, um conjunto de intervenções na estrada de acesso à Ribeira Quente que visam dotar aquela estrada de níveis de segurança superiores aos que existiam até agora.

Temos estado, igualmente, a desenvolver os estudos necessários para se encontrar uma solução que seja credível e que dê garantias para o futuro, dado que aquelas a que nós tivemos até agora nenhuma delas nos permitia assegurar que tivesse os níveis de segurança necessários para ser, efetivamente, uma estrada alternativa no acesso à Ribeira Quente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Dia 31 de outubro de 2007, notícia do Governo Regional: “Governo Regional avança com alternativa de acesso à Ribeira Quente”.

Isto desmente o Sr. Vice-presidente do Governo quando ontem, aqui, disse que compromisso assumido era compromisso cumprido.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, os compromissos assumidos são compromissos para cumprir e o Governo dos Açores tem demonstrado, ao longo destes tempos, que o faz.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Agora, há uma coisa que o Sr. Deputado tem que reconhecer e que todos terão a...

Deputado Joaquim Machado (PSD): No site da Presidência do Governo!

O Orador: ... capacidade de o reconhecer. Nós não podemos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): No site da Presidência do Governo!

O Orador: ... tomar uma decisão política quando, em termos de solução técnica, não está assegurado aquilo que é essencial e que é o objetivo dessa ligação alternativa.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O projeto da estrada alternativa está, neste momento, citações do Secretário das Obras Públicas de então, José Contente, nos últimos 800 metros. Se um projeto avançou até aos últimos 800 metros de uma estrada alternativa sem garantir que seria uma estrada de segurança, então foi má gestão daquele Governo Regional do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Essas palminhas foram um bocado assim!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, não há mais inscrições.

Vamos avançar para as intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os desafios de hoje, mais do que nunca, não se compadecem com comportamentos políticos despropositados e descontextualizados.

Exige-se, como não pode deixar de ser, que o Governo dos Açores faça tudo o que estiver ao seu alcance...que tudo faça para atenuar os efeitos devastadores de uma crise internacional e acentuada pelas medidas nacionais que matam mais a economia do que curam a dívida.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E se é certo que o Governo não pode fazer tudo, não há dúvida que, nos Açores, o Governo está a fazer tudo o que pode para ajudar as famílias e apoiar as empresas.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

A realidade de hoje é muito complexa, difícil de ultrapassar, mas temos a certeza que na união de esforços estará a virtuosidade regional para o conseguir. Não é tempo de se perder tempo a gastar tempo de antena vendendo desesperança, sem espírito crítico construtivo, ignorando propositadamente a realidade dos dias de hoje e não se comprometendo com nada, quando o que realmente precisamos é de unir, é de consensos, de compromissos firmes e consequentes com os Açores e com os açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Há muito Açores pela frente, muito ainda para fazer e é nesse sentido que o Governo Regional nos apresenta um plano para 2014 onde TURISMO e TRANSPORTES têm, mais uma vez, lugar de destaque.

O TURISMO continua, naturalmente, a ganhar papel preponderante como pilar da economia, por ser sem dúvida o sector que maior potencial mostra para estimular a economia regional.

Os últimos números são expressivos, com aumentos de mais de 17% nas dormidas e nos proveitos na ordem dos 14%, fruto de uma política assertiva que se vem construindo nos últimos anos, resultado de apostas ganhas na diversidade dos mercados emissores, o que é fator de garantia de

sustentabilidade do sector, só assim sendo possível compensar, de alguma forma, a descida abrupta do turismo nacional, pelas razões que todos conhecemos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Para um Turismo como sector estratégico é preciso uma verdadeira conjugação de esforços, passando por todos nós, pela reunião de interesses entre público e privado, pela relevância da sua importância económica e pelo efeito impulsor que tem nos outros sectores de atividade.

Nesse sentido, o Plano para 2014 é claro. Com uma dotação de mais de 25 milhões de euros, numa aposta no fortalecimento de parcerias com o objetivo de consolidar o destino Açores, pela singularidade que o distingue, qualificando cada vez mais a nossa oferta.

Uma aposta forte e continuada nos mercados emissores prioritários, o reforço na captação de cruzeiros, promoção de grandes eventos e junto dos líderes estratégicos de opinião, uma aposta, já em marcha, na América do Norte, captação de ainda mais eventos com notoriedade, na primordial aposta na qualificação e oferta de novos produtos, aproveitando as novas tecnologias, mas sempre com as pessoas e os açorianos primeiro, valorizando-os cada vez mais, para que possamos todos percorrer o caminho até à excelência.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Tudo isto assente numa política estruturada que começa a ver resultados muito interessantes, mas que teimosamente teremos de continuar a vincar os Açores como destino turístico de grande qualidade, aliás, como já é reconhecido internacionalmente, quer com as atribuições de prémios, o último como Região Europeia de Turismo Sustentável, entre mais de 100 regiões concorrentes, bem como tendo sido escolhido como o destino preferido da Federação Europeia das Agências de Viagens para 2014, o que nos compete e obriga a saber aproveitar até à última oportunidade mais este palco internacional.

Incontestavelmente, o Turismo dos Açores está no bom caminho, como destino de qualidade.

Tal não significa, porém, que este caminho está isento de obstáculos e de dificuldades. Ainda há muito trabalho a realizar para consolidar o crescimento do Turismo. Um trabalho essencial para, no presente ajudar a impulsionar a Economia regional e em nome do futuro dos Açores e do seu desenvolvimento sustentável. Um trabalho que compete às entidades públicas e ao sector privado. Uma missão que implica que todos, sem exceção, trabalhemos em parceria e em articulação para qualificar a nossa oferta e melhorarmos a cultura de serviço que, necessariamente, este sector implica.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

A criação e dinamização de um novo pilar económico não se faz num curto espaço de tempo. Não é trabalho sequer de uma legislatura. É um esforço contínuo, um trabalho intenso. Um caminho que, forçosamente, é feito de altos e baixos. De vitórias, sucessos, mas também de contratempos.

Mas felizmente temos, nos Açores, um Governo que, nesta como noutras matérias, tem a perfeita noção do caminho a seguir.

Nos TRANSPORTES, além da revolução infraestrutural protagonizada pelos sucessivos governos socialistas na Região, assinala-se a permanente aposta do Governo Regional na qualidade do serviço, avançando com a implementação do dinâmico, complexo e estratégico Plano Integrado de Transportes.

Nos Transportes Terrestres a qualidade, a manter, é notável. Nos Aéreos além da qualidade, regularidade e fiabilidade, a aposta centra-se na revisão das Obrigações de Serviço Público, quer inter-ilhas quer entre os Açores, Continente e Madeira, com o objetivo de otimizar o sistema e promover melhores acessibilidades a todos os Açorianos e, simultaneamente, atrair mais turistas.

A propósito de transportes aéreos, importa aqui esclarecer uma ideia que erradamente alguns partidos da oposição tentam fazer passar na opinião pública: a de que não queremos ter companhias low-cost a voar para os Açores; Nada mais falso! Como se não tivesse sido o anterior Governo, na pessoa do atual Presidente do Governo, a iniciar contatos com companhias low-cost e com o Governo da República dando desta forma início...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi com as companhias, foi com a Easy jet!

Deputado Berto Messias (PS): Bem lembrado!

O Orador: ... ao processo de revisão das Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo para o Continente e Madeira, no sentido de termos mais operadores a voar nos Açores e de termos também passagens mais baratas para açorianos e turistas.

Deputado Berto Messias (PS): Bem lembrado!

O Orador: Porém, não se pode prescindir da defesa dos residentes e estudantes, para que estejam realmente protegidos dos preços exorbitantes a que as tarifas chegam em época alta, num mercado totalmente livre, como acontece noutras paragens bem conhecidas. Por isso, nos Açores, através das novas obrigações de serviço público, serão definidos tetos máximos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quais?

O Orador: ... nas tarifas para defesa dos açorianos, mas sempre permitindo a entrada bem-vinda das companhias low-cost.

Nos transportes Marítimos, permitam-me que aponte como extraordinariamente importante a chegada dos novos barcos para o transporte do Triângulo e Grupo Central, pela qualidade que irão conferir e pelo extraordinário contributo que poderão dar para impulsionar uma nova dinâmica económica e comercial no Grupo Central.

Relativamente a OBRAS PÚBLICAS, será considerado o desenvolvimento dos projetos previstos na Carta Regional de Obras Públicas, documento que visa

garantir previsibilidade ao mercado de construção civil, que vive momentos conturbados.

Nesta matéria, é interessante sinalizar as palavras do líder do maior partido da oposição quando diz, e passo a citar, *“uma parte das verbas previstas no plano são para pagar rendas de investimentos que já foram feitos”* e que são *“verbas para pagar investimentos do passado”*.

Estas declarações não deixam de ser curiosas, sabendo exatamente do que falamos, como é o caso das SCUT, quando o Sr. Deputado Duarte Freitas e restante bancada aprovaram nesta casa o diploma que definiu as bases da concessão.

Deputados Francisco César e Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O que é que ele dizia?

O Orador: Acresce que o Sr. Deputado Duarte Freitas (momentaneamente ausente da sala) ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Que chatice! Preparaste isso para ontem e ele hoje não está cá!

O Orador: ... considerou, e passo a citar, *“uma inevitabilidade a utilização de novos instrumentos financeiros para os equipamentos públicos”*, como as parcerias público privadas. Acrescenta ainda que, e cito novamente, *“temos um novo instrumento financeiro para utilizar que vai permitir antecipar investimentos, vai poder acelerar o seu desenvolvimento e se é assim, deveria acelerá-lo em todas as ilhas”*.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, conclui-se que uma parte das verbas que são para pagar investimentos do passado, como diz o Sr. Deputado Duarte Freitas, seriam substancialmente maiores se o PSD estivesse à data no Governo, porque o projeto SCUT teria sido ampliado, imagine-se, à Terceira, São Jorge, Pico e Faial,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: ... curiosamente para investimentos entretanto realizados pelos Governos Socialistas. Ou seja, o deputado Duarte Freitas ao fazer as declarações que fez sobre este Plano e Orçamento, na ânsia típica de criticar o Governo dos Açores, acabou, no entanto e na verdade, por criticar o deputado Duarte Freitas que, como é sabido, queria mais projetos SCUT em mais ilhas dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Conclui-se, igualmente, que o Sr. Deputado sabia qual o efeito financeiro do novo instrumento e que teríamos necessariamente de pagar o que se fez e o que já estamos a usufruir através de uma renda a pagar durante o período de concessão. Aquelas afirmações, típicas em riste eleiçoeiro, são politiquice de ocasião no seu fulgor máximo. À primeira vista até podem iludir os mais distraídos, mas – Senhor Deputado – não passam no teste do algodão.

Deputado Luís Garcia (PS): Depois o senhor manda isso por mail, porque ele não está! Que frustração! Preparar uma intervenção e ele não está! Mas quando sair o Diário das sessões mostramos-lhe!

O Orador: Não é disso que os Açores e os açorianos precisam, mas sim de uma oposição séria e comprometida com as melhores soluções para os Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Se o PSD e o CDS-PP na República, incluindo o PSD Açores, em jeito de dupla personalidade, consideraram e votaram a favor daquilo a que chamaram o “*Orçamento da Salvação*”, mesmo que ninguém o reconheça como tal a não ser do PSD e CDS-PP (e, às vezes, até parece que nem todos), tinham o dever de votar favoravelmente este que é um plano e orçamento regional de verdade,

de apoio social, com especiais medidas para as empresas e criação de emprego, de respeito pelos açorianos, pondo-os sempre à frente dos números, mesmo quando esses são cortados nas transferências da República.

Deputado Berto Messias (PS): Ora aí está!

O Orador: Este é, sem dúvida, um plano e orçamento que contempla propostas concretas ao encontro das melhores soluções açorianas para os Açores.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à próxima intervenção.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Mais um Plano e mais um Orçamento. Muitas ações e muitos milhões.

A novidade é sempre pouca.

Nas nossas ilhas vamos aguardando com paciência e com grande resiliência as obras e as políticas que melhor nos poderiam servir. Acontece que os milhões são gastos, algumas obras são inauguradas e os níveis de progresso ficam aquém do esperado.

Isto sucede porque as Políticas não são assertivas, os projetos não são reprodutivos, a estratégia, se existe, não resulta e o desenvolvimento fica comprometido.

Se assim não fosse, então os cerca de 500 milhões de euros de investimento público que nos últimos 10 anos foram aprovados neste Parlamento para a ilha do Pico, deveriam ter tido como consequência padrões de progresso e desenvolvimento que, muito sinceramente, não se verificam hoje no quadro socioeconómico daquela ilha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Resta saber se um novo Centro de Saúde trará mais benefícios aos picoenses (?!); se uma nova Fábrica de leite trouxe mais rendimento aos produtores (?!);...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: ... se o investimento feito no aeroporto pode ou não trazer mais progresso á ilha (?!); se temos estruturas escolares adequadas nos três Concelhos (?!); se temos um Porto Comercial que sirva convenientemente a economia da ilha (?!); se a Escola Profissional do Pico merece ou não ter outras condições de trabalho e ter outra atenção do Governo (?!); se é importante ou não reabilitar os Estaleiros Navais da Madalena e ali criar mais umas dezenas de postos de trabalho (?!).

Trago-vos aqui alguns exemplos que demonstram que os milhões nem sempre correspondem a boas soluções e que do que é verdadeiramente estruturante há ainda muito a fazer.

A realidade social e económica que hoje se vive na ilha Montanha não será porém muito diferente do que se passa na generalidade das nossas ilhas.

Desemprego a um nível preocupante, famílias e empresas com sérias dificuldades financeiras incumprindo com a banca e com entidades terceiras, um setor cooperativo em falência, uma economia muito fragilizada.

Na Região, a crise na construção civil gerou mais desemprego. O desemprego colocou famílias na pobreza.

Nos órgãos de comunicação social dos Açores aparecem notícias sobre movimentos espontâneos da sociedade, em gestos de solidariedade para matar a fome, sobretudo a idosos e a crianças.

Estes são sinais de um novo tempo, de um tempo diferente. Sinais que a todos nos devem sensibilizar e incomodar. Por isso, temos de fazer tudo quanto esteja ao nosso alcance para debelar os problemas sociais mais graves gerados pelo desemprego que resulta desta crise.

Enquanto político desta Região também me sinto obrigado não apenas a constatar a realidade, mas a contribuir para as soluções. É por isso que deixo aqui algumas, modestas sugestões, mesmo que possam ser consideradas irrelevantes:

- O sector da **construção civil**, na Região, precisa de ser “resgatado” da profunda crise em que se afundou nos últimos dois anos.
- O investimento público no **domínio da Habitação**, nomeadamente no contexto da reabilitação urbana, deve ser uma prioridade dos Governos regional e locais.
- A **cooperação institucional** entre o Governo e as autarquias deve concretizar-se em tarefas conjuntas e integradas, quer nas respostas sociais mais emergentes, quer implementando pequenas empreitadas, reanimando a atividade das nossas empresas locais de pequena e micro dimensão, pois elas são o ativo mais importante para travar ou debelar esse grande flagelo social que hoje se vive nos Açores que é o **desemprego**, que já regista **21.545** cidadãos açorianos.
- Os milhões do próximo quadro comunitário de apoio têm de ser criteriosamente aplicados em todas as nossas ilhas. Esta poderá ser uma última oportunidade para resolvermos alguns dos problemas mais estruturantes, ao nosso desenvolvimento e progresso. Não

podemos desperdiçar tempo nem dinheiro. Por isso não se admitem derrapagens financeiras em Obras Públicas com aconteceu no passado.

- A **carta das Obras Públicas** sendo um documento orientador do investimento público e importante para o reposicionamento e redinamização do setor da construção civil, tem de ser consequente. Já se passou 1 ano desta legislatura e o seu efeito prático tarda em acontecer.

Senhora Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Apesar de **tantos milhões gastos** durante tantos anos, as nossas ilhas de menor dimensão vão ficando cada vez mais reduzidas. Os jovens engrossam as fileiras do desemprego. Jovens na sua maioria qualificados que desistem de viver nas nossas ilhas, pois nelas não encontram perspetivas profissionais. As populações que vão restando são envelhecidas e as economias ficam enfraquecidas.

A **Política da coesão**, desenhada no **PECA**, mesmo surgindo para corrigir políticas passadas e erradas, não passou de novo falhanço e de mais uma falácia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como políticos responsáveis não podemos continuar a agir e a pensar como se tudo o que de bom acontece é por nossa causa e o que sucede de mal é culpa de outros.

Deputado Francisco César (PS): O problema é que os senhores julgam que tudo o que sucede de mal é nossa culpa!

O Orador: Deste **Novo Governo**, com **Novos protagonistas**, os açorianos esperam Novas políticas, já que as “**velhas Políticas**” se revelaram pouco eficazes.

Este Governo tem assim nova oportunidade para demonstrar ser mais capaz.

Com sentido de responsabilidade, irrelevante ou não, mais uma vez o PSD confere a este Governo o benefício da dúvida.

Disse.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo,

Subo a esta tribuna...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não subas para a tribuna, homem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não subas!

O Orador: ... para dar conta da apreciação do PCP a este Plano e Orçamento e dar conta de algumas das propostas de alteração que, a serem aprovadas, contribuirão decisivamente para inverter o rumo de empobrecimento das famílias açorianas e de ruína dos micro, pequenos e médios empresários que, por falta de rendimento disponível das famílias, não cumprem o seu objeto, ou seja, não vendem porque não há quem compre.

O tempo ridiculamente reduzido de que as Representações Parlamentares dispõem para este debate a isto me obriga.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isto é: com 15mn disponíveis para três dias de debate, não é possível, por melhor que se faça a gestão do tempo, intervir...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... sobre todas as propostas setoriais constantes do Plano, ou sobre o articulado do Orçamento, ou ainda, sobre a filosofia que lhe está subjacente.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Começo por assinalar uma proposta de alteração que apresentámos ao Orçamento Regional que, sem ter nenhum reflexo financeiro direto, põe a tónica numa questão extremamente importante. É que o Poder Orçamental na Região Autónoma dos Açores reside nesta Assembleia e não no Governo. **Não é por isso admissível que, aprovado o Orçamento e o Plano, o Governo se dedique a alterar rubricas e valores a seu bel-prazer, esvaziando um poder e invadindo uma competência que pertence a esta Assembleia**, invocando um Decreto-Lei que se aplica ao Governo da República, mas que nunca se poderia aplicar ao Governo da Região Autónoma dos Açores. Se o Governo pode alterar amanhã tudo o que decidirmos agora, pergunto: O que estamos aqui a fazer?

É preciso gerir os fundos públicos com rigor e transparência. Por isso **propomos também que não se autorize o Governo a alienar participações sociais ou a atribuir subsídios sem outro fundamento legal** para além desta autorização que, ano após ano, tem sido inscrita nos Orçamentos da Região.

Quanto à proposta de orçamento, reconheço que **a intenção de tentar compensar algumas das medidas penalizadoras de que têm sido alvo os trabalhadores da administração pública, embora não custe um cêntimo a mais ao Orçamento Regional, é positiva.**

Não posso, porém deixar de reafirmar que discordo do mecanismo que está a ser utilizado. **O Governo utiliza um instrumento criado para compensar os custos da insularidade, ou seja, um instrumento que foi criado para compensar um constrangimento permanente para compensar cortes salariais que não são permanentes.** Por isso propomos a manutenção da remuneração compensatória,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não são?!

O Orador: ... abrangendo todos os níveis salariais que são objeto de cortes em 2014, e o aumento de 3% para a Remuneração Complementar. O PCP considera que estas são as opções corretas pois assim não iremos desvirtuar o objetivo para que foi criada a Remuneração Complementar e mantemos, com caráter temporário, um mecanismo que foi desenhado para fazer face a cortes salariais transitórios.

Deputado André Bradford (PS): Lá fora é que é bom!

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores e Deputados, Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Ainda no que concerne ao Orçamento, não posso deixar de referir uma proposta que a Representação Parlamentar do PCP apresenta que pretende obter poupanças na despesa pública. **Propomos que se proíba qualquer gasto em licenças de software proprietário quando existir alternativa de software**

livre equivalente. Esta proposta mais não visa do que dar corpo a um Projeto de Resolução, apresentado pelo PCP e aprovado por unanimidade na última legislatura, que recomendava ao Governo Regional a gradual aquisição de software livre para substituir o software proprietário nos serviços da administração pública regional. É apenas um contributo, mas cremos que é um contributo e que marca uma opção, em termos da gestão dos fundos públicos e de redução da despesa.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores e Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo,

No que concerne ao Plano, e porque o tempo escasseia, só posso dizer que é um Documento de continuidade. Falta-lhe uma lufada de ar fresco, falta-lhe o rasgo, falta-lhe um golpe de asa, falta-lhe o rumo que guindou o PS, uma vez mais para o Governo, falta-lhe, Senhoras e Senhores Deputados, o rumo prometido da Via Açoriana para o Desenvolvimento.

As propostas de alteração que o PCP apresenta para o Plano de 2014 sinalizam outras opções políticas, políticas que têm as açorianas e os açorianos no centro das suas preocupações, políticas que visam repor na agenda política regional o principal desígnio autonómico, o desenvolvimento harmonioso.

Para terminar, Senhoras e Senhores Deputados, ilustro esta última afirmação com algumas das propostas de alteração que propomos e que dizem bem de como poderia ser diferente este Plano.

- A criação de uma **ligação marítima regular e permanente entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria;**

- A ampliação da **oferta de transportes públicos terrestres nas ilhas do Pico e São Jorge;**

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: - A construção de uma **nova fábrica para a SINAGA;** e

- A reabilitação da sede da **Adega Cooperativa da Ilha Graciosa.**

Trata-se de sinalizar e não foi por acaso que escolhi estes **quatro exemplos**, transportes e aumento da capacidade produtiva regional, ou seja, dinamizar a economia regional, produzir riqueza e eliminar constrangimentos provocados por uma política de transportes que até agora se tem mostrado desadequada e ineficaz.

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado! É verdade!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Senhora Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Um dos segmentos de transporte mais importantes para a indústria e para a logística, o transporte marítimo, ainda não tem todo o seu potencial devidamente utilizado. A sua importância está diretamente ligada à intermodalidade, à geração de novos empregos, ao aumento da movimentação de cargas na Região e fora dela e ao fortalecimento do setor da logística no mercado nacional e regional.

Apesar de todas as dificuldades que enfrenta – com alguns portos ainda inadequados, burocracia e altas tarifas, falta de normalização de procedimentos, para citar apenas algumas – o setor movimenta mais de 90% de todas as trocas comerciais da Região. Não é fácil, mas é possível imaginar o quanto, em termos de desempenho, se pode melhorar se se centrar a preocupação no desenvolvimento de um trabalho efetivo que altere este quadro.

O transporte marítimo, se modernizado e adequado às exigências de um mundo globalizado, pode diminuir distâncias internas e externas e, ainda, ser decisivo na consolidação do mercado interno para além de potenciar o aumento do comércio com os demais mercados.

Mostrar preocupação com o desenvolvimento dos transportes não chega. Importa ter presente que somente usando várias formas de transporte, com custos reduzidos e menor tempo para deslocar as cargas, se poderão diminuir preços, fortalecendo o consumo interno e fomentando as exportações.

Possuir uma frota mercante bem dimensionada, coisa que Portugal se encarregou de destruir ao longo dos últimos 40 anos, é uma questão não só de desenvolvimento social e comercial mas, também, de segurança e estratégia. As empresas de transportes marítimos constituem-se como ativos fundamentais do desenvolvimento económico e da independência de qualquer país digno desse nome. Para o setor da logística, o transporte marítimo também significa

crescimento e emprego. É um mercado vastíssimo e, no caso português, se excetuarmos o tráfego para as Regiões Autónomas, praticamente inexistente, quando considerada a magnitude do potencial em jogo.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

A União Europeia desempenha hoje um papel fundamental no negócio internacional do *shipping* dado que mais de 40% da frota mundial é controlada por Armadores seus. Esta posição representa também um instrumento económico e social de grande relevo, considerando que 80% do comércio mundial é transportado por via marítima. Neste negócio, Portugal, infelizmente, por falta de frota e não só, não desempenha qualquer papel relevante.

Importa, também, realçar que, de acordo com dados da própria União Europeia, o transporte marítimo, juntamente com os portos, constituem um vetor âncora de fundamental importância para a existência e desenvolvimento dos “*clusters marítimos*”, cada vez mais considerados como elementos de grande impacto na dinamização económica e na criação de emprego especializado.

Como é sabido, as novas e gigantescas comportas do Canal do Panamá e o alargamento do Canal do Suez associadas ao degelo do Ártico e ao facto de já desde o verão de 2008 estar desobstruída e portanto navegável, embora condicionada, a Passagem do Nordeste, que, ligando os Oceanos Atlântico e Pacífico ao longo da costa norte da Sibéria, diminuirá em cerca de 15 dias as ligações marítimas entre a China e os principais Portos Europeus, introduzirão profundas alterações no tráfego marítimo internacional, quer no que diz respeito à carga contentorizada, quer no que diz respeito ao turismo de cruzeiros, embora, no último caso, com muito menos incidência.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O petróleo barato acabou. A maioria do petróleo ainda por explorar está em águas profundas ou sob o gelo. O peso dos custos com combustível na

conta de exploração dos navios, mais do que duplicou ao longo das últimas décadas. Por essa razão, o tempo do petróleo como combustível no transporte marítimo terá também que chegar ao fim. Tal está a acontecer de forma muito mais brusca e desagradável do que era previsível e desejável.

Impulsionada pela União Europeia e pelos Estados Unidos da América, a nova legislação internacional sobre limites no controlo de emissões de óxidos sulfurosos, óxidos nitrosos e material particulado não será cumprida com a utilização dos combustíveis tradicionais. As soluções alternativas residem na utilização de ULSD- combustível diesel de ultra baixo teor de enxofre ou LNG- gás natural liquefeito. O primeiro caso, ULSD, por si só não assegura uma solução global sendo que, o grande problema, reside no facto de ser muito mais caro. O segundo caso, LNG, apresenta-se como uma solução mais lógica, dado que o LNG é constituído essencialmente por metano (CH_4) o qual quando arrefecido a uma temperatura próxima dos -162°C contrai o seu volume numa proporção de 600:1, formando um líquido criogénico, adequado ao armazenamento e transporte.

Claro que subsistem enormes desafios a ultrapassar, nomeadamente no que diz respeito à utilização de aços especiais extremamente caros e, também, ao facto de a proporção relativa de capacidade energética do LNG versus Diesel implicar ser necessário transportar cerca de 1,6 vezes o volume de gás para percorrer a mesma distância que seria possível com Diesel. A combustão do LNG é indiscutivelmente mais limpa e será, seguramente, o futuro. Estima-se que 80% dos navios existentes venham a ser substituídos nas próximas décadas.

É neste contexto que surge o projeto COSTA – CO_2 & Ship Transport Emissions Abatement by LNG – que visa desenvolver condições quadro para a utilização de Gás Natural Liquefeito (LNG) como combustível em navios,

substituindo os combustíveis navais tradicionais o que poderá vir a ser relevante no tráfego interno e na cabotagem insular e cujos primeiros passos no Atlântico Norte se preveem aconteçam a partir de 2020.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Como já várias vezes afirmei, um plano de investimentos no sector dos transportes não pode ser uma mera elencação de projetos e ações, como muito bem referiu na sua intervenção o Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande Secretário!

O Orador: O carácter meramente indicativo de um plano de investimentos no sector dos transportes só faz sentido se a ele estiver associado, para o médio e longo prazo, um plano sustentado de desenvolvimento do sector, envolvendo toda a cadeia logística, respetivas redes de infraestruturas e de custos reais, elaborado em estreita associação com o processo de desenvolvimento socioeconómico da Região, capaz de projetar o sector, dotado de uma estrutura permanente de gestão e de sistemas de informação fiáveis, exigindo-se da administração pública o funcionamento articulado para que, eliminando redundâncias e ineficiências, se atinjam níveis superiores de desempenho, próximos dos grandes centros logísticos.

Contudo, nada funcionará satisfatoriamente se relativamente ao sector público empresarial regional, refiro-me, neste caso, concretamente às empresas públicas diretamente envolvidas na gestão de infraestruturas portuárias e/ou a sistemas de transporte marítimo, a Região, enquanto acionista, não se limitar à nomeação das administrações, à aprovação do plano estratégico, deixando aos administradores nomeados e só a estes a responsabilidade pela sua execução. Esta é, aliás, a única forma de se lhes poder exigir responsabilidades, coisa a que, infelizmente, não estão habituados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Os documentos em análise – Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014 – no que aos transportes marítimos diz respeito, sintetizam, por um lado, os compromissos assumidos com os Açoreanos e, por outro lado, procuram dar resposta ao que, em termos de mobilidade marítima, são as necessidades sentidas.

A proposta de **Plano Integrado de Transportes** por mim aqui referida em 2001 e ao qual na altura eu denominei de **Plano Sustentado de Transportes** já lá vão alguns anos, como instrumento de integração funcional dos diferentes meios de transporte é, na minha modesta opinião, o aspeto mais relevante e inovador deste Plano. As obras concluídas, em fase de conclusão ou a iniciar, cuja elencagem escuso de enumerar, basta olhar para o documento, são sem dúvida importantes e constituem-se como uma marca indelével do esforço dos Governos Regionais Socialistas para dotar a Região das infraestruturas bases indispensáveis ao seu desenvolvimento. Fica a faltar o plano estratégico de desenvolvimento de cada porto e fica, também, a sugestão de que os mesmos deveriam ser elaborados em simultâneo com o plano integrado de transportes.

Só um **Plano Integrado de Transportes** poderá levar à construção de um modelo otimizado que permita conseguir uma melhoria significativa da eficiência global do sistema de transporte, criando uma relação duradoura e ganhadora entre um crescimento económico continuado e um ambiente melhor. Contudo, não convém ter ilusões; a descontinuidade territorial nunca permitirá funcionalidades intermodais tal como as conhecemos em alguns territórios continentais.

O **Plano Integrado de Transportes** deverá ter como objetivo a necessidade de uma mudança efetiva para políticas de transporte com melhor equilíbrio, sustentáveis, transparentes em todos os subsectores, potenciadoras da

intermodalidade possível, privilegiadoras de medidas preventivas e orientadoras do sector em detrimento das medidas corretivas *a posteriori*.

Tal plano terá de articular, num quadro estratégico de desenvolvimento, as dinâmicas de alteração de cada ilha, bem como a capacidade de reação dos agentes económicos locais para marcarem o ritmo e o sentido das mudanças, sem esquecer, contudo, que o todo é maior do que a soma das partes ou seja, sem permitir que as pressões locais, embora por vezes legítimas, se sobreponham à definição e implementação de princípios e objetivos de melhoria da mobilidade e das condições de vida de todos os Açoreanos, não deixando ninguém para trás.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Por tudo isto, recomendo vivamente a todos os que desempenham cargos públicos que façam o possível, tentem o impossível, mas esqueçamos os milagres.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, passemos, então, à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Quem ainda acreditasse na letra plasmada na Proposta de Plano para 2014, e no que diz respeito a ilha Graciosa, e quando confrontado com uma decisão de apoio ou não a este documento, sejamos sinceros... seria difícil votar contra.

O problema deste quinto Governo Regional socialista é de falta de credibilidade. Aquilo que se escreve no Plano não é para se levar à letra. Aquilo que se apresenta hoje, ou fica por realizar ou, então, adia-se para daqui a três anos, quando já estivermos mais perto do ato eleitoral.

O Governo Regional inscreve nesta Proposta de Plano para 2014 uma verba de 2,5 milhões de euros destinada à construção da marina da Barra.

É este mesmo Governo Regional que apresentou, há relativamente pouco tempo, na Carta Regional de Obras Públicas em que se destinam para a referida obra 6 milhões de euros.

Agora digam-nos: acreditamos na Carta de Obras Públicas ou fazemos fé na Proposta de Plano que está aqui perante o Parlamento?

Ou, então, não acreditamos nem numa nem noutra?

Ou seja, isto é mesmo uma questão de credibilidade!

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: De credibilidade dos documentos apresentados por este quinto Governo Regional socialista e de credibilidade dos seus atores. Daqueles que permanecem no poder há quase dezassete anos e que vêm conduzindo a Região para este beco sem saída.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

A beneficiação e reabilitação das estradas regionais da Graciosa são dotadas com uma verba de 130 mil euros.

Se tivermos em conta o estado de degradação da estrada Limeira-Serra Branca, Ribeirinha – Porto Afonso, obra há muito prometida, mas que nunca conheceu um metro de estrada de execução, só podemos, novamente, apontar para a falta de credibilidade dos documentos aqui apresentados e que são postos à votação.

O mesmo se poderá dizer em relação ao Matadouro da Graciosa.

Temos perante nós mais um Plano que inscreve uma verba irrisória, no valor de 185 mil euros, e já diversos Planos foram aprovados por este Parlamento em que os diversos Governos Regionais...

Deputado Berto Messias (PS): Mas como é que o senhor se vai abster?

O Orador: ... socialistas se propunham levar a cabo a construção de tão importante obra para a economia da Ilha Graciosa.

É, na verdade, uma questão de credibilidade ou, então, de falta dela!

Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Turismo na ilha Graciosa, neste ano de 2013, conheceu um revés. As dormidas baixaram em 32%.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Porque será?

O Orador: Não Basta construir um bonito...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade!

O Orador: ... e bem apetrechado hotel para que os turistas escolham a Graciosa para as suas férias.

E os jovens graciosenses bem que precisam de oportunidades de emprego.

A remodelação das Termas do Carapacho ficou concluída no passado ano de 2010, num investimento que, em conjunto com a requalificação da zona balnear, ascendeu a 3,5 milhões de euros.

Por ocasião da sua inauguração, o atual Presidente do Governo, e, na altura, Secretário Regional da Economia, afirmava: "O Governo está orgulhoso da obra que aqui faz" (...) que marca não só a História da ilha Graciosa, mas que tem lugar cativo nos afetos e na memória coletiva do povo desta ilha".

Entretanto, menos de dois anos volvidos, as Termas foram encerradas...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E o arquiteto levou um processo em cima!

O Orador: ... para remodelação e a zona balnear oferece apenas o mínimo de condições.

No início deste ano, o Governo Regional comprometeu-se a reabrir as Termas até ao final do passado mês de abril.

Estamos em novembro, e as Termas continuam a precisar de obras. E os turistas aguardam que a palavra do Governo se cumpra.

É tudo uma questão de credibilidade!...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E os Graciosenses querem ter esperança.

Esperança em dias melhores.

Esperança no futuro.

Esperança em oportunidades de emprego para os seus filhos, para que a hemorragia populacional não leve a nossa ilha aos patamares que pensávamos terem sido...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... coisa do século passado.

Temos que repor a verdade. Para que a esperança triunfe.

Disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos, relativamente àquilo que afirmou na sua intervenção, eu acho que lhe fizeram uma maldade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Fizeram o senhor vir aqui dizer algumas coisas, algumas poderá, eventualmente,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter lata!

O Orador: ... ter alguma razão, mas eu queria passar a dizer o seguinte.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Em algumas tens razão!

O Orador: De facto, na Graciosa, assistimos, nos últimos anos, a um grande investimento, a um grande e forte investimento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E de qualidade!

O Orador: De qualidade o senhor nunca saberá, porque o senhor não conhece a Graciosa, ou conhece muito mal.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já estive lá!

(Risos da câmara)

Aliás, é o defeito de...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor é que não sabe!

O Orador: ... muita gente. E o senhor sabe outra coisa, Sr. Deputado? O senhor quando fala eu fico aqui calado. Muito obrigado.

Eu queria dizer que na Graciosa o que nós fizemos foi: investimos em três áreas que eram fundamentais e o senhor sabe disso. Investimos na área da agricultura; investimos na área das pescas; investimos também na área do turismo. E, além disso, também investimos numa área que lhe é muito cara, porque o senhor é Provedor de uma Santa Casa da Misericórdia,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É pá! Isso é baixo!

O Orador: ... investiu-se muito na área social, sobretudo também na sua freguesia, e o senhor disso não falou. É pena que não tenha falado, porque, inclusivamente, nós, na Graciosa, tínhamos um défice importante nesta área social, que o senhor é um dos responsáveis também por isso, porque nós tínhamos duas valências para cerca de 100 utentes e passamos, com os

Governos do Partido Socialista, para 17 valências para 655 utentes. Portanto, foi um salto importante. Foi investimento, Sr. Deputado Valdemiro, que o senhor não referiu aí.

Queria dizer outra coisa.

Eu não sei como é que acontecia na sua freguesia (o senhor também fez a gestão de uma freguesia durante muitos anos). Eu não sei se o senhor quando orçamentava se pagava tudo, ou se teria que deixar algum pagamento para depois. Não sei como é que fazia. É evidente que a marina da Barra só tem uma dotação de 2 milhões de euros, porque se trata do primeiro pagamento. Se vai a concurso agora, no princípio do ano de 2014,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Há quantos anos?

O Orador: ... será...

Oh, Sr. Deputado, não é há muitos anos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Há muitos! Conheço bem a Graciosa e costumo ir passear para a marina da Barra!

O Orador: Só foi prometido pelos Governo do Partido Socialista em 2008. Só foi prometido em 2008.

Eu gostava de...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como é que o senhor votou na Câmara?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, eu vou chegar lá!

E relativamente a promessas, Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos, o senhor deve perceber muito disto, relativamente às promessas, porque o senhor, inclusivamente, também prometeu, na sua freguesia, uma praça de toiros e ainda não a vi.

(Burburinho geral)

O Orador: Mas vou esperar por isso.

O senhor quando fala na marina da Barra não tem razão nenhuma. Na marina da Barra estão, neste momento, previstos investimentos de mais de 2 milhões de euros e é isso que vai ser preciso para a execução da obra durante o ano de 2014. Portanto, está bem assim.

Relativamente às estradas, Sr. Deputado Valdemiro, o senhor tem razão numa coisa: a estrada Limeira/Porto Afonso, tem de reconhecer que já apareceu noutros manifestos eleitorais e já esteve programada a sua execução, mas foi assumido pelo Governo que não era oportuno, nesta altura,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então, tudo bem!

O Orador: ... por razões que toda a gente conhece.

Ainda queria dizer outra coisa, Sr. Deputado.

A Graciosa tem mais de 70 km de estrada, estradas regionais e falta asfaltar 8 km. O senhor não falou nos outros, claro. É evidente!

Relativamente à questão do matadouro, também já foi assumido pelo Governo que não é possível executar a obra em 2014, mas que vai ser lançada no fim do ano e vai ser executada em 2015. Isso foi assumido e está no relatório da comissão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não está é na Carta das Obras Públicas!

O Orador: Relativamente ao hotel, eu sinceramente não percebi bem o que é que o senhor queria dizer relativamente à questão do hotel, mas suponho que tenha a ver com as taxas de ocupação que nós estamos a passar agora.

Aí, Sr. Deputado, o senhor vai ter que se virar para o seu Governo da República, porque o nosso mercado é essencialmente do continente e os continentais não têm dinheiro para passear porque o vosso Governo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é só na Graciosa!

O Orador: ... faz isto.

As outras ilhas, felizmente, estavam melhor preparadas e têm outros mercados no turismo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a sustentabilidade que o senhor tem no turismo! É agarrar-se numa coisa que não existe. Isso é que é sustentabilidade!

O Orador: Relativamente a estes assuntos, Sr. Deputado, eu acho que não há dúvida nenhuma.

No que se refere às termas do Carapacho, estas tiveram problemas, é do conhecimento público, toda a gente sabe. Há um processo que está a decorrer relativamente a este assunto, mas não foi a única obra na Graciosa que não correu bem. Existem lá outras obras que não correram bem. Veja-se, por exemplo, o Pavilhão Municipal, que foi feito por uma Câmara do PSD,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Lá vem!

O Orador: ... que vai ser reparado agora, porque mete água. E não é só esse, não é só esse! Por exemplo, as obras dos paus da Graciosa nunca serviram para aquilo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor foi a favor dessa obra!

O Orador: Foi o quê, Sr. Deputado?

Sr. Deputado João Costa, inscreva-se. Pode ser?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pode ficar descansado!

Deputado Luis Garcia (PSD): Não, não! Nem pensar! Vocês queriam! Não há tempo!

(Risos das bancadas)

O Orador: Portanto, existem outras obras que não correram bem na Graciosa. Não é só a questão das termas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos, tem a palavra.

(*) **Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo:

O Sr. Deputado José Ávila veio aqui com certos rodeios, com lamúrias, referir a credibilidade de pessoas. Eu pensava que o senhor vinha preocupar-se com a falta de medicamentos na Graciosa, por exemplo.

Deputado Domingos Cunha (PS): De quem é a culpa?

O Orador: Com, por exemplo, a falta dos turistas, que baixou 32%. Por exemplo, com os erros das obras do Carapacho e, principalmente, com o flagelo dos medicamentos da ilha Graciosa, porque nós...

Deputado Rogério Veiros (PS): Quem é que é responsável, Sr. Deputado?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que fiscaliza?

O Orador: ... e os doentes vão ao Centro de Saúde, recebem uma receita médica, vão á farmácia e não há medicamentos.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Qual é a farmácia?

O Orador: Fica lá a receita para irem à Terceira buscar os medicamentos, quando chegam lá para ir buscar os medicamentos já nem sequer têm a receita, a receita sumiu-se.

Portanto, o Sr. Deputado, em vez desses rodeios e dessas lamúrias e desta falta de credibilidade de pessoas, devia falar nos problemas da ilha Graciosa.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Tem, assim, a palavra a Sra. Deputado Marta Couto para uma intervenção de tribuna.

Deputada Marta Couto (PS): Exmos. Senhora Presidente da ALRAA, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Plano Regional Anual para 2014 espelha novamente o que tem sido uma opção estratégica clara dos Governos Regionais do Partido Socialista: a aposta nas energias de fonte renovável e no desenvolvimento tecnológico como fatores de evolução consonantes com as orientações europeias na promoção de políticas de eficiência energética e de I&D compatíveis com o crescimento sustentável.

O enfoque no desenvolvimento de soluções a nível de eficiência energética tem sido caracterizado por um investimento contínuo que reflete a diversificação das fontes energéticas, com especial atenção às de fonte renovável. Este foi, desde o início, um objetivo dos governos socialistas, a par do cuidado com a segurança no abastecimento de energia, da sua utilização racional, da competitividade da economia e do respeito pelo ambiente.

São objetivos que hoje se veem imbuídos de mais investimento, mais dinamismo e com um acréscimo da intervenção por parte do atual Governo Regional, que visa congrega os esforços de todos os açorianos e potenciar, a diversos níveis, as possibilidades que a nossa condição de ilhéus oferece, refutando o pseudo-estigma do isolamento.

É posição firme deste Governo operar as evoluções necessárias para que a Região avance para o mais perto possível da autossuficiência energética, objetivo este que caminha lado a lado com o de redução de custos para as famílias e para as empresas açorianas. Temos orgulho num projeto como o “Corvo Sustentável”, pioneiro na utilização das energias renováveis e que representará um elevado nível de poupança nos orçamentos familiares, reduzindo igualmente a dependência energética do exterior. Temos orgulho nos projetos no âmbito das energias hídrica, eólica e geotérmica que se espalham pelas diversas ilhas dos Açores e que são espelho de uma nova visão, de uma visão de futuro na produção de energia.

Através de campanhas de sensibilização visando a utilização racional de energia e através do Programa Eficiência + que apresenta um conjunto diversificado de

medidas de apoio e acompanhamento às famílias e às empresas no que à utilização eficaz da energia concerne, este Governo Regional pretende implementar um motor de crescimento de uma verdadeira eficácia multifacetada que se refletirá na nossa Economia, no Ambiente, na redução da dependência de combustíveis fósseis do exterior e, acima de tudo, no tão necessário crescimento das empresas e na melhoria das condições de vida das famílias açorianas.

Como representação do empenhamento que tem sido demonstrado pelos Governos do PS neste domínio, passamos de uma taxa de 17% na utilização de fontes energéticas alternativas em 2006 para uma taxa de penetração de energias renováveis na ordem dos 34% em 2013, prevendo-se um aumento para 37% em 2014, valores muito para além dos 20% delineados para os Estados-Membros da União Europeia para o ano de 2020. Vamos à frente e somos um exemplo no domínio energético e isso é capital indiscutível dos Governos do Partido Socialista nos Açores.

Exmos. Senhora Presidente da ALRAA, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O investimento em Tecnologia é outra linha de orientação que traça o objetivo de desenvolvimento profundo das nossas ilhas. É hoje uma certeza que, para sermos competitivos, teremos que ser (obrigatoriamente) tecnologicamente desenvolvidos,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... tal como o exprime o Programa Horizonte 2020.

Também este Governo assume o desenvolvimento tecnológico e a inovação como sustentáculos do futuro da Região. Tal tornou-se claro com a apresentação da Agenda Digital e Tecnológica que delineia, até 2020, a aplicação de cerca de 40 milhões de euros na área tecnológica nos Açores.

Esta Agenda, que se vocaciona para a conceção e implementação de bases para a construção de um futuro melhor e mais competitivo, apresenta 29 medidas

que traçam como objetivos a captação de investimento de base tecnológica para os Açores, o melhoramento das competências nas áreas das tecnologias e engenharias e a promoção de pequenas e médias empresas orientadas para o mercado digital.

Criando novos produtos de valor acrescentado com utilização intensiva de tecnologia, alargamos a nossa base produtiva para atividades emergentes, afirmando cada vez mais os Açores como uma das Regiões mais desenvolvidas do país.

Seja na construção de Parques de Ciência e Tecnologia, na instalação das estações dos projetos SuperDarn e ARM, no desenvolvimento do Projeto Galileu, na modernização da informação geográfica, na melhoria do próprio serviço da Proteção Civil, na informatização de serviços governamentais e numa panóplia infindável de outros exemplos, o investimento que tem sido feito a nível tecnológico é bem representativo do entendimento que este Governo Regional tem no que concerne à imperatividade do crescimento da Região.

Uma aposta fundamental foi a melhoria substancial do nosso sistema de comunicações, que integrando a Tecnologia no dia-a-dia dos Açorianos, colocou-os não só em contato entre si como com um mundo do qual estiveram tempo demais isolados. Hoje, com a ligação por cabo de fibra ótica em todas as ilhas, criámos uma maior coesão e uma maior igualdade entre todos os Açorianos, de Santa Maria ao Corvo. É hoje uma realidade constante e inequívoca que nos trouxe para o século XXI conscientes de que há muito deixámos de ser uma Região na cauda da Europa para passarmos a ser exemplo de trabalho árduo na nossa inovação, no nosso desenvolvimento e no querer ultrapassar das barreiras que tão naturalmente a condição insular nos impunha.

O alavancar do crescimento de atividades económicas orientadas para os mercados digitais, através da criação de um ecossistema favorável ao desenvolvimento tecnológico, a aposta na formação através de programas como o Escola Tech + e o U Tech + e mecanismos de incentivo à instalação de

infraestruturas tecnológicas nos Açores tal como o programa InfraTech Azores são representativos da postura deste Governo Regional face à necessidade premente do desenvolvimento de políticas tecnológicas que abracem a realidade de que os Açores devem evoluir para patamares de mais e melhores competências a este nível.

Este Plano para 2014 reflete, deste modo, e de forma muito clara, as opções que se tomam nos Açores a nível das políticas energética e tecnológica, sendo estas cruciais para o crescimento económico e, conseqüentemente, para um tão necessário crescimento do emprego.

Através das políticas energéticas criamos um ambiente mais limpo, criamos uma maior eficiência e uma maior poupança para as famílias e para as empresas. Através das políticas tecnológicas atraímos investimento externo, criamos trabalhadores especialmente qualificados e potenciamos o desenvolvimento de valor acrescentado.

Devemos, assim, continuar a empenhar-nos na implementação destas políticas, prosseguindo-se no reforço da interligação entre Governo, empresas e particulares para que, juntos, possamos continuar a criar uma Região energética e tecnologicamente eficaz. Hoje, uns Açores orientados para a eficiência energética, para o crescimento, para a aposta nas suas potencialidades aos mais diversos níveis, não estão mais a milhares de Kms do resto do Mundo mas sim à mera distância de um “clique”.

Tal acontece graças ao esforço e ao empenho demonstrados pelos governos do Partido Socialista nos Açores e prosseguidos igualmente por este novo Governo, e também de toda uma sociedade açoriana que hoje pode reconhecer que tem sido este governo socialista que tem demonstrado genuína preocupação com os Açorianos e a melhoria das suas condições de vida, que demonstra essa preocupação diariamente e que é imagem de coerência, mantendo lá fora as posições que assume cá dentro...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e que, acima de tudo, defende os Açores sempre, não cometendo, por exemplo, a indignidade de votar favoravelmente na Assembleia da República medidas gravíssimas que prejudicam inegavelmente todos os Açorianos,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... como ontem (lamentavelmente) fizeram, na votação do Orçamento de Estado para 2014,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... os deputados do PSD/ Açores.
Disse.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente, para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Eu agradeço aos líderes e ao Sr. Vice-presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

Sr. Vice-presidente, se quiser fazer o favor.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, foi pedido um intervalo regimental de 30 minutos e considerando o nosso horário vou interromper os trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 horas.

Uma boa noite para todos.

Eram 18 horas e 53 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a.

A redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*